

RELATÓRIO & CONTAS 2022

FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

RELATÓRIO & CONTAS 2022

FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

"FAZEM DIFE NA VIDA PE

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE | 7

2022 EM DESTAQUE | 9

PRINCIPAIS INDICADORES | 11

A EMPRESA | 12

QUEM SOMOS | 12

CADEIA DE VALOR | 16

AS NOSSAS PESSOAS | 17

OS NOSSOS *STAKEHOLDERS* | 21

ORGANIZAÇÃO | 22

O NOSSO PROPÓSITO | 27

RELATÓRIO DE GESTÃO | 30

OS A ERENÇA DAS SSOAS"

GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

CONTAS DO EXERCÍCIO 2022 | 106

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA | 108

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO
RENDIMENTO INTEGRAL | 109

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO
CAPITAL PRÓPRIO | 110

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA | 111

DECOMPOSIÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES | 112

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 114

REALATÓRIOS E PARECERES | 172

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 172

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 174

A portrait of José Luís Machado do Vale, a middle-aged man with grey hair, wearing a dark suit, white shirt, and a blue patterned tie. He is smiling slightly. A small circular logo is visible on his left lapel.

**"NOVOS DESAFIOS
E OPORTUNIDADES
SE APRESENTAM."**

JOSÉ LUÍS MACHADO DO VALE PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros acionistas,

No exercício de mais um ano da sua atividade, a Águas do Douro e Paiva, S.A. (AdDP) cumpriu com êxito os objetivos a que se propôs.

Nos termos dos estatutos e da legislação aplicável, vem, assim, o Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2022.

Importa, pois, realizar um balanço do ano de 2022 e deixar um registo das atividades desenvolvidas, iniciativas promovidas e os resultados alcançados, de forma a informar os acionistas, parceiros do sector e o público em geral.

Na sequência do contexto pandémico vivido anteriormente, 2022 foi um ano marcado pelo aumento geral da inflação, e, em particular, pelo aumento de preços no mercado mundial de energia, fortemente influenciado pela crise geopolítica que resultou do conflito armado na Ucrânia.

A AdDP soube adaptar-se, mantendo-se um caso de sucesso no sector do abastecimento de água, sendo de realçar a normalidade com que se realiza o abastecimento aos nossos clientes, sem qualquer interrupção ao abastecimento e com níveis de qualidade da água de praticamente 100%.

Para além da importância que assumem os resultados obtidos nos diversos indicadores de atividade, económicos e financeiros, merece especial relevo a redução do endividamento da empresa em 43%, com a antecipação da amortização da dívida à AdP.

Destaca-se a continuação do investimento na construção de infraestruturas de abastecimento de água e a operação e exploração das mesmas, permitindo a prestação de um serviço público, com continuidade, garantia e qualidade, de acordo com as melhores práticas, reconhecidas nacional e internacionalmente.

De referir, pela sua especial relevância, a aprovação dos investimentos incluídos no Plano de Neutralidade Energética do Grupo Águas de Portugal, plano que tem como principal objetivo assegurar a autossustentabilidade energética dos sistemas com base na redução dos consumos e no investimento em produção própria de energia 100% renovável.

Estes constituem investimentos que atestam a preocupação em sermos uma empresa de referência no sector, que contribui ativamente para o bem-estar das populações que nos rodeiam.

Consciente da importância da sustentabilidade no sector, a AdDP viu renovadas as certificações dos Sistemas de Gestão: Qualidade, Ambiente, Segurança, Energia, Gestão de Ativos, Responsabilidade Social e Conciliação, com conformidade total nas auditorias externas.

No futuro, continuaremos a assistir a uma diminuição dos consumos de água, devido à redução das perdas de água nas redes municipais, o que se traduzirá num decréscimo do volume de negócios da AdDP. Apesar de complexo, é necessário que a empresa se adapte a esta nova realidade, através da diminuição dos seus custos operacionais, de modo a ser sempre possível continuar a fornecer um produto de qualidade a uma tarifa socialmente aceitável.

Para os próximos anos, novos desafios e oportunidades se apresentam. A AdDP está preparada para os enfrentar e contará, por certo, com o apoio dos seus Acionistas, Clientes, Fornecedores, Regulador e Colaboradores, os quais tiveram um papel decisivo nos resultados já alcançados, e que muito nos orgulham.

2022 EM DESTAQUE

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS



272

MIL M³

VOLUME DIÁRIO DE ATIVIDADE



35,5

MILHÕES €

VOLUME DE NEGÓCIOS

2022 foi um ano marcado pela crise geopolítica que se instalou na sequência do conflito armado na Ucrânia. Verificou-se a um aumento geral da inflação, e, em particular, uma elevada subida de preços no mercado mundial de energia, bem como dificuldades nas cadeias logísticas de transporte de diversos materiais.

Apesar deste contexto adverso, 2022 pode considerar-se um ano bastante positivo no que diz respeito à gestão operacional e financeira da empresa, tendo a AdDP concluído este sexto ano de atividade com uma prestação de elevada qualidade, praticando uma das tarifas mais baixas do setor.

Esta qualidade de serviço traduz-se em assegurar a continuidade de fornecimento de uma água segura que cumpre as mais elevadas exigências de potabilidade. Em 2022, as análises atingiram uma conformidade de praticamente 100%.

Em 2022, a AdDP atingiu um volume de negócios de 35,5 milhões de euros, 3,5% abaixo do valor previsto no seu Plano de Atividades e Orçamento (PAO), e superou o valor alcançado em 2021 em 2,2%.

O volume de água vendido no ano de 2022 foi, em média, de 272 mil m³/dia, 3,5% abaixo do orçamentado para o mesmo período e 1,3% acima do registado em 2021.

Os gastos operacionais acumulados do ano de 2022 ficaram 23% abaixo do orçamento, essencialmente, devido a um menor gasto que o previsto com energia elétrica, em resultado da descida das TAR (Tarifas de acesso a redes), face a 2021, e à utilização do mercado de Banda de Reserva de Regulação. A poupança com a aquisição de energia elétrica, o maior gasto da empresa, permitiu acomodar a subida de preços de outras prestações de serviços, fortemente influenciadas pelo aumento da inflação.

O resultado financeiro apresenta um valor positivo de cerca de 112 mil euros, em resultado de uma redução acentuada do endividamento, que permitiu, pela primeira vez, que a empresa registasse gastos financeiros inferiores aos rendimentos financeiros.

Em 2022 foi possível a amortização total do endividamento em suprimentos AdP-SGPS. Assim, no final do ano a dívida era apenas composta por empréstimos BEI. A dívida líquida fixou-se em 2,2 milhões de euros.

Ao nível do plano de investimentos, a taxa de execução anual foi bastante afetada pelo aumento da inflação e pela crise geopolítica instalada, que condicionou vários concursos e adjudicações, bem como a aquisição de materiais em obras já em curso. Ainda assim, em 2022 a AdDP investiu cerca de 8,24 milhões de euros, montante que superou a execução de 2021, mas que ficou bastante abaixo dos 12,2 milhões de euros previsto no orçamento da empresa para 2022.

Destacam-se os investimentos executados na Nova Captação de Baião e na Adução à Zona Nascente do mesmo Concelho, mas também os investimentos que permitiram a modernização tecnológica de cerca de 25% das redes de comunicações industriais da empresa.

Importa referir, também, a aprovação pelo Concedente, em novembro de 2022, da execução dos investimentos incluídos no Plano de Neutralidade Energética do Grupo Águas de Portugal, plano que tem como principal objetivo assegurar a autossustentabilidade energética dos sistemas com base na redução dos consumos e no investimento em produção própria de energia 100% renovável.



1,6

MILHÕES HABITANTES

POPULAÇÃO SERVIDA



8,24

MILHÕES €

INVESTIMENTO

No âmbito da gestão energética, em 2022 a AdDP economizou cerca de 795 mil euros através do recurso ao Mercado de Reserva de Regulação (MRR) promovido pela REN (Rede Elétrica Nacional). Esta poupança decorre da diminuição dos custos de energia por via da Reserva de Regulação a descer (aumento de consumo) e Reserva de Regulação a subir (diminuição de consumo), resultante da mobilização de cerca de 3.470 MWh durante o ano.

Mantendo-se a aposta em projetos inovadores e potenciadores de melhorias para a atividade da empresa, foi desenvolvido o projeto “SeeWater - 360 Virtual Reality & Drone Aerial Imaging”. Este projeto, com recurso a levantamentos 360° dos interiores das infraestruturas, bem como a levantamentos aéreos com drone, introduziu uma melhoria significativa na forma de avaliar os riscos e as condições de trabalho e das infraestruturas, tornando possível visitas virtuais a qualquer instalação da AdDP.

A AdDP deu continuidade aos desenvolvimentos de serviços aplicacionais para a digitalização da empresa, implementando automatismos tecnológicos para acelerar a digitalização de vários processos empresariais.

Em termos de reconhecimento externo das boas práticas de gestão, em 2022 a AdDP viu renovadas as certificações do seu sistema de gestão nos referenciais de Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14001), Segurança e Saúde (ISO 45001), Responsabilidade Social (SA 8000), Energia (ISO 50001), Ativos (ISO 55001) e Conciliação (NP 4552).

A AdDP integra, desde 18 de março, a Rede Nacional de CSIRT (*Computer Security Incident Response Team*). Com esta adesão, a AdDP torna-se pioneira no setor das águas, demonstrando o seu compromisso, enquanto operadora de serviços essenciais,

para com a resiliência operacional do abastecimento de água. Esta adesão vai permitir criar os instrumentos necessários à prevenção e resposta rápida num cenário de incidente de grande dimensão, melhorando os níveis de prevenção e resposta a incidentes de cibersegurança, bem como fortalecer a cooperação com outras organizações cujo nível de maturidade em cibersegurança é elevado.

Também na área da cibersegurança, e tendo em conta as obrigações legais exigidas pelo Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho, a empresa elaborou o seu Plano Anual de Segurança e recorreu a prestações de serviços especializadas na área para garantir sistemas informáticos mais seguros e o Acesso Seguro em Teletrabalho, cuja possibilidade existe no âmbito da certificação da empresa na Norma NP 4552:2016 – “Sistema de gestão da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal”.

Numa perspetiva de partilha de recursos, a Águas do Douro e Paiva, S.A. deu continuidade ao protocolo de colaboração com a SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A., através do qual partilha com esta empresa todas as áreas de suporte à Exploração.

PRINCIPAIS INDICADORES

DIMENSÃO	2020	2021	2022
População servida (milhões hab.)	1,6	1,6	1,6
Tarifa (€/m³)	0,3636	0,3544	0,3576
CTA (€/m³)	0,0777	0,0770	0,0777
Volume de atividade (milhões m³)	101	98	99
Volume de negócios (milhões €)	37	35	36
Ativo total (milhões €)	202	194	192
Colaboradores (n.º)	141	140	151
Investimento (milhões €)	3,6	4,9	8,2

EFICIÊNCIA	2020	2021	2022
Água não faturada	2,7%	2,7%	2,9%
Cash-cost (€/m³)	0,18	0,17	0,14
Colaboradores por extensão de rede (n.º/km)	0,28	0,28	0,30
Gastos pessoal/EBITDA ajustado (%)	25%	26%	24%

QUALIDADE DO SERVIÇO	2020	2021	2022
Qualidade da água fornecida (%)	99,9%	99,9%	99,9%
Avárias em condutas (n.º/100 km/ano)	2,2	1,2	1,6
Resposta a reclamações e sugestões	100%	100%	100%
Prazo médio de recebimentos (dias)	36	35	30
Prazo médio de pagamentos (dias)	52	55	39

RENTABILIDADE	2020	2021	2022
ROCE (%)	9,4%	9,4%	12,4%
Margem EBITDA (%)	51%	53%	61%
Resultados Operacionais (antes de DRG)	11,0	10,7	14,3
Gastos Operacionais / Volume de negócios (%) ^(*)	48,8%	46,0%	38,7%
Rendibilidade das vendas (%)	21,9%	22,2%	30,4%
Rendibilidade dos capitais próprios (%)	26,2%	25,3%	35,3%

(*) Calculado conforme PAO

A EMPRES

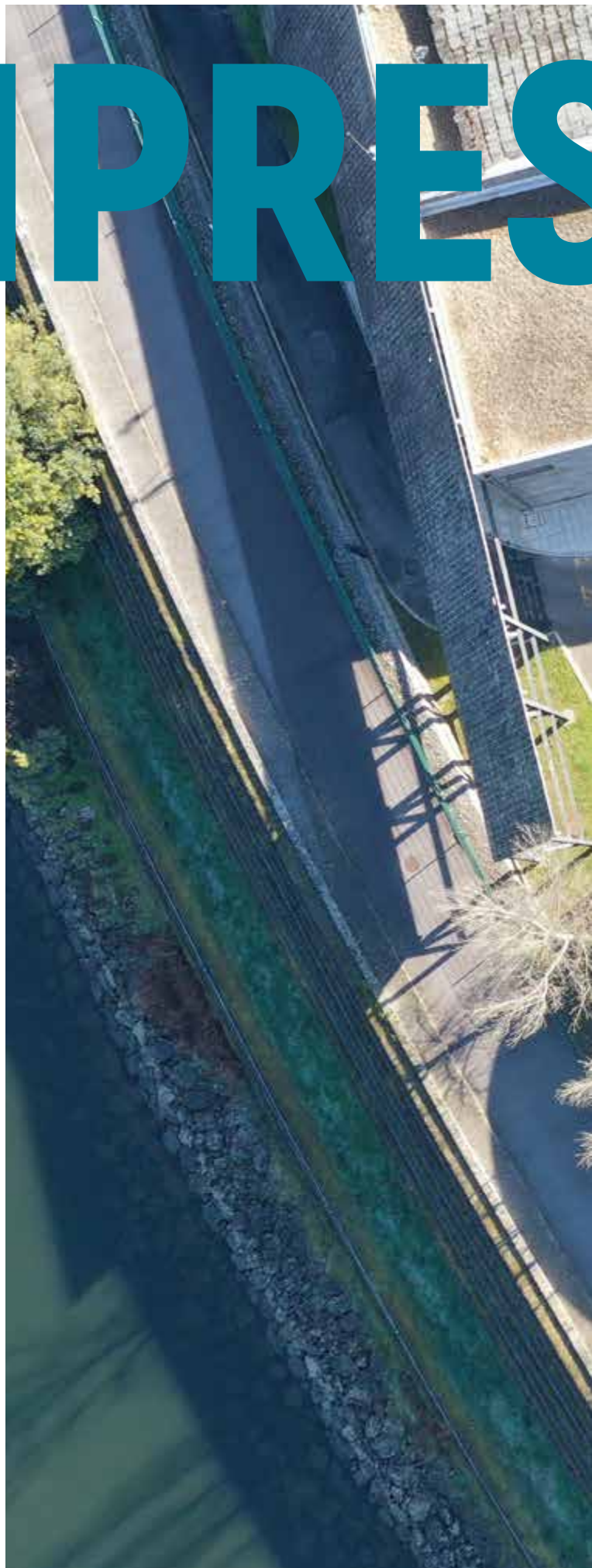
QUEM SOMOS

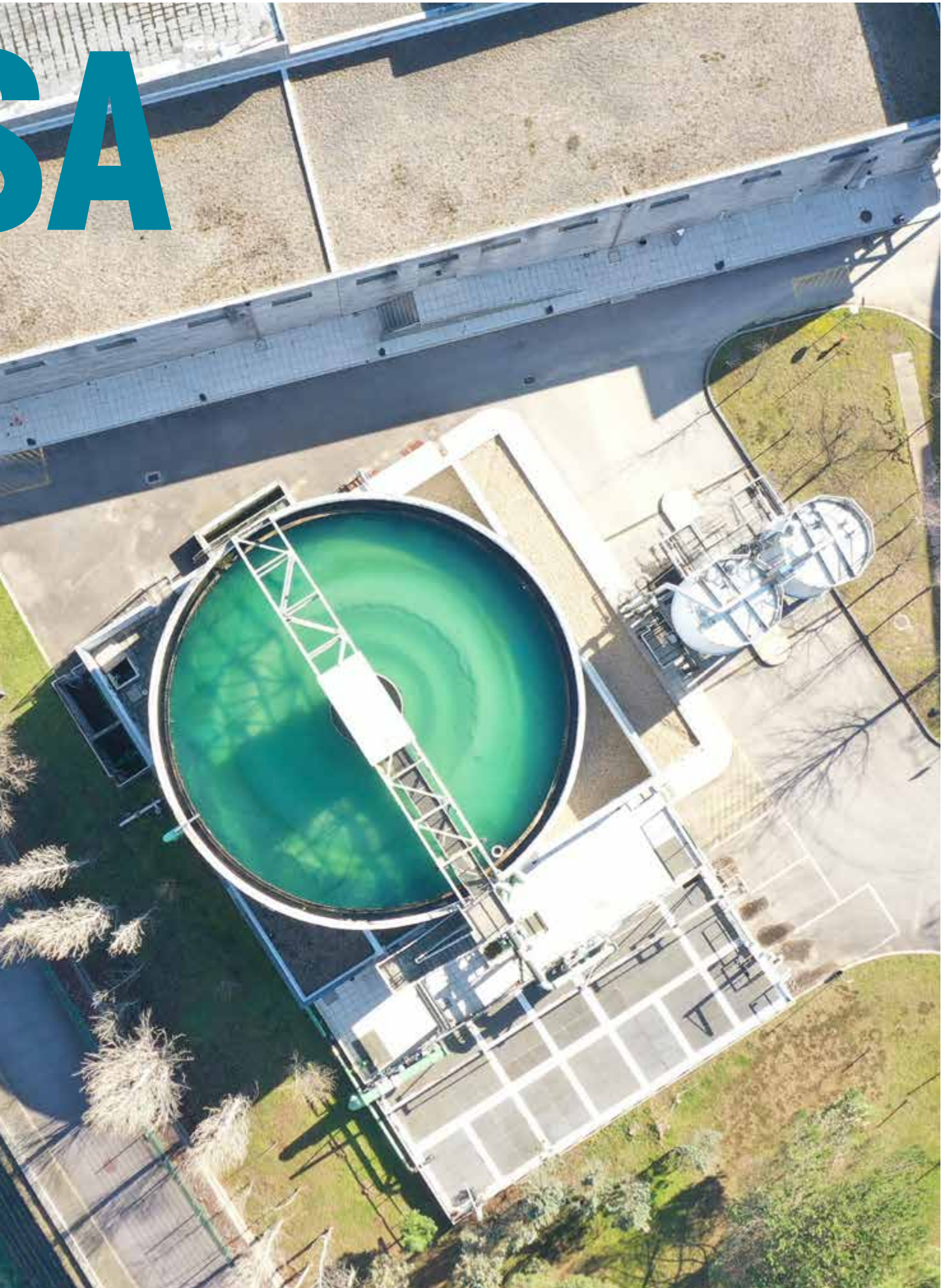
A sociedade Águas do Douro e Paiva, S.A., adiante também designada por Águas do Douro e Paiva ou AdDP, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, e tem por objeto social a exploração e a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, pelo período de 20 anos.

O sistema multimunicipal abrange a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público, o qual deve ser realizado de forma regular, contínua e eficiente.

O sistema multimunicipal resulta de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, criado pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio e gerido pela Águas do Norte, S.A..

O sistema multimunicipal integra como utilizadores os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Valongo e Vila Nova de Gaia.





SA



Figura 1 – Municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do sul do Grande Porto

A 7 de novembro de 2016, a Assembleia Geral de Acionistas da Águas do Norte, S.A. deliberou dar acordo à criação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Grande Porto e à constituição das respetivas entidades gestoras: Águas do Douro e Paiva, S.A. e SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A..

A nova sociedade foi, assim, constituída pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, publicado a 1 de fevereiro, tendo o Contrato de Concessão sido celebrado a 22 de fevereiro de 2017, por um período de vinte anos.

Do ponto de vista contabilístico e fiscal, os efeitos da cisão são reportados a 1 de janeiro de 2017.

Os Estatutos da Águas do Douro e Paiva, S.A. foram publicados pelo referido Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

Gerir o sistema de abastecimento de água em alta, garantindo a eficiência, a fiabilidade, a qualidade do serviço, a segurança do produto e o respeito pelos valores sociais e ambientais mais elevados.

VISÃO

Sermos reconhecidos pela nossa eficiência, competência, sustentabilidade e criação de valor para a região.

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

A Águas do Douro e Paiva (AdDP), assumindo o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços do abastecimento de água e para a concretização das metas nacionais estabelecidas para o setor, coloca o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os acionistas, clientes, colaboradores, concedente, fornecedores, comunidade e demais partes interessadas.

Consciente do seu papel como instrumento de desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere, a empresa assume ainda a promoção da proteção do meio ambiente e a sua valorização junto da comunidade.

Neste contexto, a AdDP aplica uma estratégia de negócio assente nos seguintes princípios:

• SATISFAÇÃO DO CLIENTE

Manter o foco na satisfação do cliente, antecipando e correspondendo às suas necessidades e expectativas, e estabelecer parcerias com vista à melhoria do serviço prestado aos consumidores;

• MOTIVAÇÃO DOS COLABORADORES

Fomentar boas práticas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, promovendo o desenvolvimento e alinhamento pessoal e profissional dos colaboradores, através da adequação e atualização de competências, consciencialização, formação e melhoria das condições de trabalho, garantindo a igualdade de entre homens e mulheres, a consulta e participação dos colaboradores, por forma a assegurar o envolvimento e comprometimento com a melhoria do sistema de gestão;

Respeitar a liberdade de associação, de representação e a igualdade de oportunidades na relação com os colaboradores, recusando todas as formas de discriminação, o trabalho infantil ou trabalho forçado, e assegurando o recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe estes valores;

• EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS

Assegurar a otimização dos processos procurando garantir a eficiência, a qualidade do serviço, a segurança do produto, a fiabilidade do fornecimento, o uso eficiente e sustentável dos recursos, a disponibilização de condições de trabalho seguras e saudáveis, a minimização dos impactes ambientais, eliminação de perigos e redução dos riscos de segurança, bem como a prevenção da poluição, dos acidentes graves com substâncias perigosas utilizadas, das lesões, dos ferimentos e dos danos para a saúde dos colaboradores, ou outros que trabalhem em nome ou ao serviço da AdDP, e da comunidade envolvente;

Promover o conceito do pensamento baseado no risco e da tomada de decisão no planeamento, na gestão dos processos e garantia dos ativos, levando em conta os custos/benefícios e riscos para o seu ciclo de vida, de modo a gerar valor para a organização e partes interessadas;

Assegurar a disponibilidade de informação e dos recursos necessários à utilização mais eficiente da energia, à redução das emissões de gases com efeito de estufa e à valorização dos ativos, assegurando a aplicação de critérios de eficiência na conceção e aquisição de produtos, serviços e ativos, quando economicamente viável;

Respeitar integralmente todas as obrigações de conformidade, bem como os requisitos da legislação aplicável, disponibilizando os recursos, monitorizando o cumprimento dos objetivos e metas que asseguram a eficácia e a eficiência do Sistema de Gestão, dando cumprimento às normas que o suportam nas vertentes de qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001), segurança e saúde (ISO 45001), gestão de energia (ISO 50001), gestão de ativos (ISO 55001), conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (NP4 552) e responsabilidade social (SA 8000), bem como outros que a AdDP subscreva;

• MELHORIA CONTÍNUA E INOVAÇÃO

Apostar na aprendizagem permanente e no aprofundamento do conhecimento, como forma de assegurar a investigação, o desenvolvimento e a inovação imprescindíveis à melhoria contínua do Sistema de Gestão.

• TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO

Adotar uma postura de transparência partilhando, com as partes interessadas, a política empresarial, os objetivos estabelecidos e o desempenho atingido nas diferentes vertentes do desenvolvimento sustentável - económica, social e ambiental.

A Política da AdDP é comunicada internamente a todos os colaboradores, está disponibilizada externamente no sítio da empresa na internet (www.addp.pt), é divulgada junto das partes interessadas nos diversos relatórios empresariais publicados para o exterior e também, junto da cadeia de fornecimento, mediante o Regulamento de Fornecedores.

CADEIA DE VALOR

Ainda que a operação seja a sua atividade mais visível, a empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação das necessidades e expectativas dos clientes, até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo, deste modo, quer para a criação de valor do capital acionista, quer para o cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica seguinte expõe-se a cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

OPERAÇÃO ÁGUA

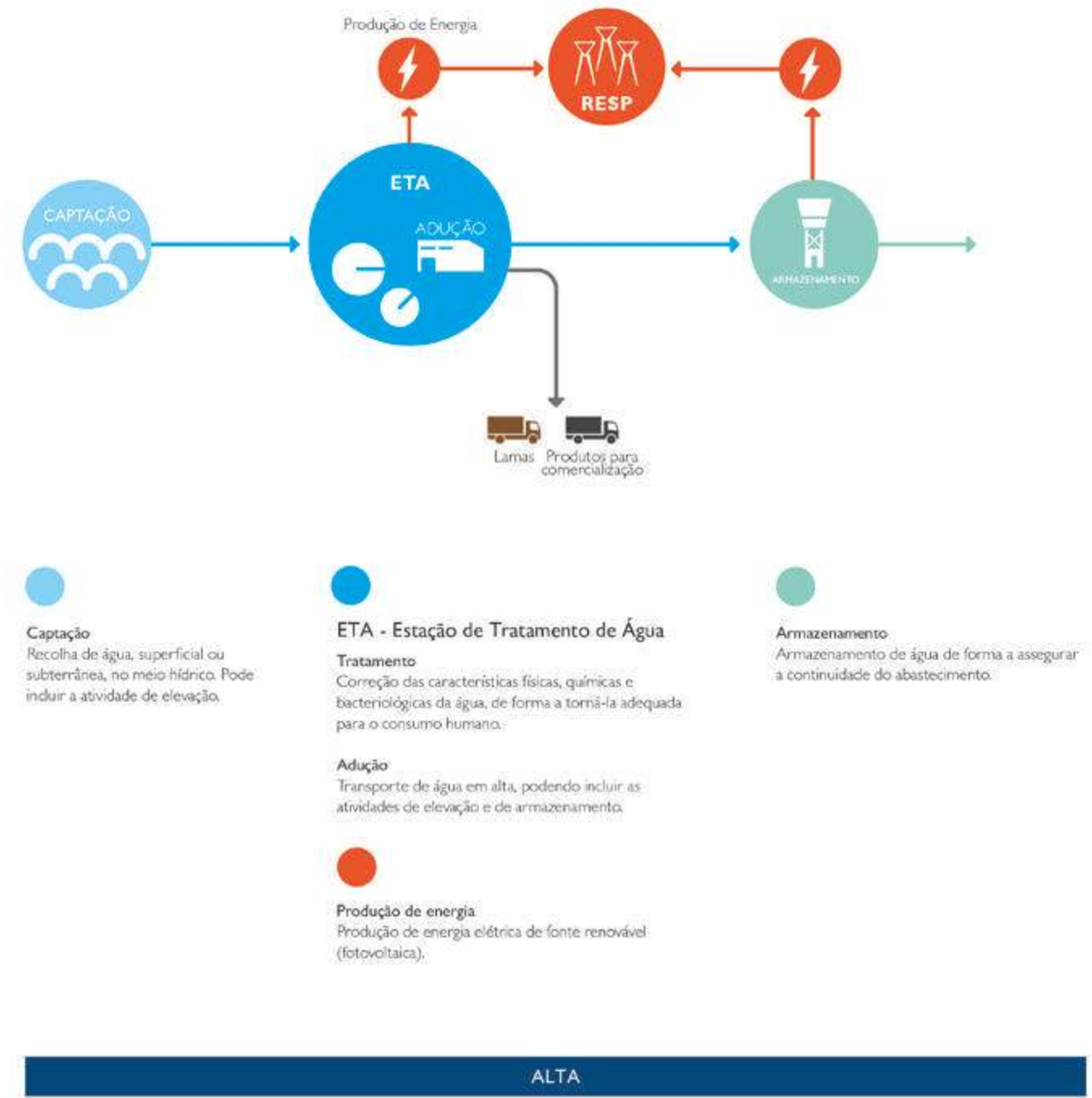


Figura 2 – Cadeia de valor para a atividade de tratamento e distribuição de água

AS NOSSAS PESSOAS

A AdDP assume o compromisso de aliar uma conduta de ética e de rigor profissional à valorização do trabalho em equipa e à promoção do desenvolvimento das competências e do mérito dos seus colaboradores.

As políticas de recursos humanos definidas englobam áreas distintas, tais como: a valorização e desenvolvimento, a segurança e saúde no trabalho, a inovação, a gestão de oportunidades e o voluntariado, baseando-se nos seguintes princípios orientadores:

- igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres;
- recusa de qualquer tipo de discriminação;
- envolvimento e comprometimento de todos os colaboradores nos projetos empresariais;
- formação e profissionalização dos colaboradores, permitindo o desenvolvimento do seu potencial;
- conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- discrição e confidencialidade no tratamento de dados pessoais e organizacionais;
- cumprimento do código de ética e conduta, da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor, nomeadamente o disposto no Acordo Coletivo de Trabalho.

O organograma atual da empresa consta do capítulo “Organização” do presente relatório. Tendo em conta que o modelo organizacional preconizado, após cisão da AdNorte, reconstituiu os vínculos laborais das sociedades extintas Águas do Douro e Paiva e SIMDOURO, verificou-se que a primeira é detentora da quase totalidade dos recursos humanos a partilhar entre as duas sociedades. Assim, foi assumido que as áreas de suporte à exploração ficariam afetas à Águas do Douro e Paiva e todos os colaboradores dessas áreas seriam colaboradores remunerados por esta última entidade. A partilha dos recursos e serviços destas áreas de suporte foi regulada num protocolo, assinado entre as duas empresas, que prevê que os custos decorrentes da partilha sejam faturados, mensalmente, à SIMDOURO.

Em 31 de dezembro de 2022, a AdDP contava com um total de 151 colaboradores, dos quais 148 ativos. Nesta data existiam, também, mais 3 colaboradores com contrato suspenso com a AdDP: 2 por cedência ocasional a outras empresas do Grupo AdP e 1 por nomeação para Órgão Social em outra empresa do Grupo.

O perfil etário dos colaboradores da empresa ronda a idade média de 48 anos, e está expresso no gráfico seguinte.

A distribuição por género apresenta uma preponderância do sexo masculino, com 62% dos colaboradores, face ao sexo feminino que conta com 38%.

Esta diferença pode ser explicada, acima de tudo, pelo predomínio de colaboradores do sexo masculino em funções operacionais. Todavia, esta evidência não resulta da adoção, pela AdDP, de quaisquer práticas discriminatórias, mas sim do facto de, nos processos de recrutamento encetados para funções operacionais, as candidaturas serem quase exclusivamente de candidatos do sexo masculino.

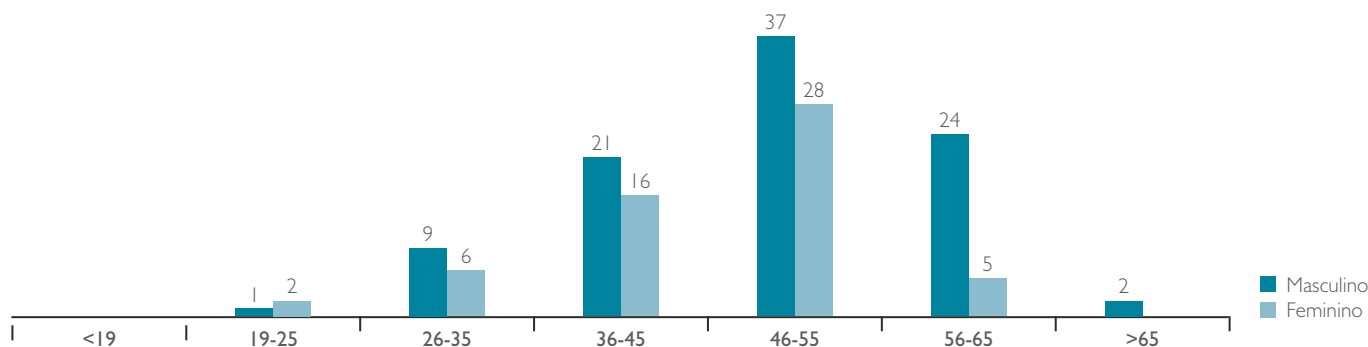


Figura 3 – Colaboradores ao serviço da empresa: distribuição por nível etário e sexo

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

Em 2022, a empresa deu continuidade ao projeto integrado de Recursos Humanos, SOMOS D'Ouro, criado em 2020 com o objetivo de:

- Promover o bem-estar e reforçar uma cultura organizacional preocupada com a saúde, segurança e qualidade de vida dos seus colaboradores.
- Elevar as competências e qualificações dos colaboradores em diversas áreas;
- Alicerçar conhecimentos, quer nos contextos individuais, como organizacionais e sociais;
- Garantir que todas as carreiras integram um projeto adaptado às reais necessidades dos colaboradores e da empresa;
- Desenvolver as equipas naturais de modo a criar alinhamento e sinergias, com o objetivo de termos colaboradores mais motivados e focados nos valores da empresa.

O subprojeto Somos Equipas – JUMP foi estendido às áreas operacionais da Exploração, fruto dos resultados muito positivos alcançados na sua implementação nas restantes Direções e Departamentos da empresa. Consiste num programa especializado em avaliação de comportamentos profissionais, que tem como propósito diagnosticar e trabalhar o estilo comportamental das diferentes equipas naturais, nomeadamente, os respetivos pontos fortes e pontos a melhorar, o tipo de liderança da chefia e dinâmica da equipa. Até ao final de 2022 este projeto encontrava-se implementado a 80%.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O Sistema de Avaliação de Desempenho apresenta-se como um instrumento de gestão dos colaboradores, das suas competências e objetivos. Permite otimizar e valorizar o desempenho individual e coletivo, fomentando o envolvimento e o compromisso de todos em relação aos objetivos estratégicos da empresa. Em 2022 decorreu a avaliação de desempenho referente ao ano 2021.

POLÍTICA DE ESTÁGIOS

A empresa vê o acolhimento de estagiários como uma ação a promover, visando desenvolver projetos que possibilitem a partilha de boas práticas da AdDP com a comunidade envolvente, assumindo-se como um agente de formação e transformação da comunidade escolar.

Em 2022 a AdDP disponibilizou 8 estágios (7 curriculares e 1 profissional) nas áreas da Gestão de Ativos e Engenharia, Recursos Humanos, Laboratório e Exploração.

Estes estágios resultaram de protocolos propostos por diversas instituições de ensino (universidades, escolas profissionais, entre outros), que veem a AdDP como uma empresa de referência no seu sector.

FORMAÇÃO

O Plano de Formação da AdDP reflete a visão estratégica da empresa e visa dotar os seus colaboradores de competências comportamentais e técnicas, essenciais para atingir uma performance de referência, melhorar os resultados e motivar os colaboradores, permitindo o seu desenvolvimento numa ótica de melhoria contínua.

Em 2022, foi desenvolvido o Plano Plurianual de Formação para o triénio 2022-2024, tendo tidos em conta os seguintes princípios orientadores:

- diagnóstico de necessidades de formação resultante do output dos PDP – Plano de Desenvolvimento Pessoais;
- ações de formação de acolhimento e integração a novos colaboradores;
- ações de formação de carácter legal;
- formação que permita aumentar globalmente o nível e qualificação de equipas ou áreas com necessidades específicas. Por exemplo, formação de gestão de equipas naturais, formação técnica em eletricidade e manutenção, formação técnica na área laboratorial, entre outros.
- cumprir o orçamento de formação.

De carácter plurianual, é um plano devidamente alinhado com o perfil de competências e com os requisitos definidos para cada função, estando igualmente em sintonia com o Plano Estratégico da Empresa e com os Planos Setoriais.

Em 2022, a AdDP promoveu um total de 92 ações de formação, das quais 54 foram ações externas e 38 ações de formação internas, na modalidade intraempresa ou ministrada pelos próprios colaboradores da empresa. Foram dadas 2.028 horas de formação versando matérias de ambiente e segurança. Em termos globais, os colaboradores receberam 7.209,50 horas de formação.

Quanto à área da segurança, foram realizadas diversas sessões de formação, nomeadamente na temática da segurança virtual com a formação “Cibersegurança – Cidadão/Cidadã Ciberseguro/a” e a formação “Fortinet NSE 7 – Secure Acces”, e diversas sessões de noções de ADR – Transporte de Mercadoria Perigosa. Refere-se, também na área de segurança, a retoma da formação “Carta de Segurança – Trabalhos em Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento”, uma certificação de competências que tem como principal objetivo dotar os colaboradores de conhecimentos e atitudes proativas, e que todos os colaboradores que trabalham em permanência nas nossas instalações devem possuir.

No que diz respeito à formação de cariz técnico, esta abrangeu as ações de formação ministradas aos colaboradores na área de Engenharia e Gestão de Ativos, Exploração e Laboratório, tais como formação no Código dos Contratos Públicos (CCP) – Novas alterações da Engenharia, Neutralidade Carbónica, Programa Avançado em Energias Renováveis no Setor da Água, Cromatografia Iónica, Manutenção de Sistemas de Bombagem, entre outras.

Nas áreas transversais de desenvolvimento pessoal e profissional foram ministradas formações de Gestão de Stress, Gestão de Emoções e Gestão de Tempo.

ABSENTISMO

Durante 2022 o absentismo representou cerca de 4,6% do tempo potencial de trabalho, atingindo cerca de 11.947 horas de ausência, o que evidencia um aumento substancial face a anos anteriores. Este aumento deve-se a ausências por Baixa por Doença, por Baixa de Acidentes de Trabalho, sendo, também, de registar um aumento significativo por Isolamento Profilático, fruto da pandemia de COVID-19.

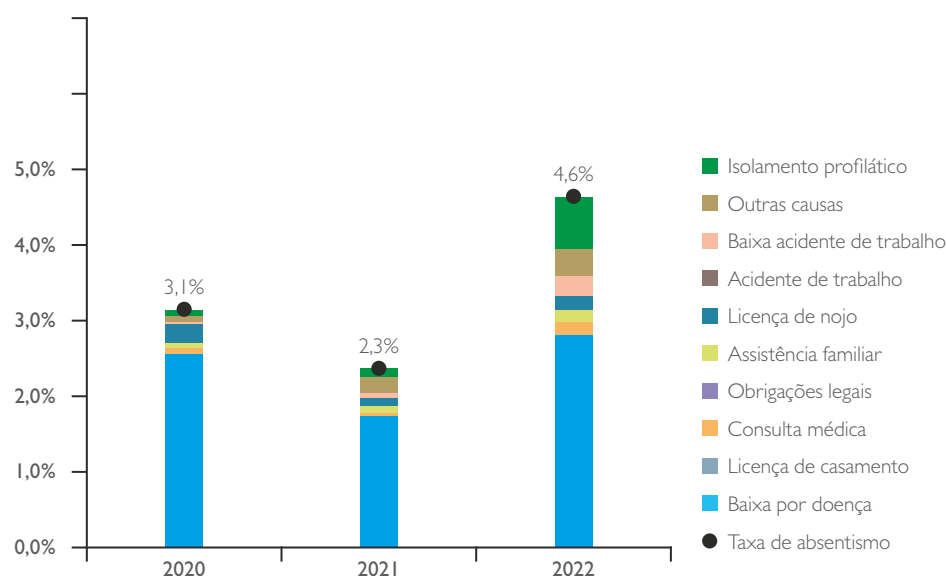


Figura 4 – Evolução da taxa de absentismo - 2020/2022

Com intuito de reduzir cada vez mais a taxa de absentismo, a AdDP tem fomentado diversas políticas, nomeadamente a existência de flexibilidade horária, a realização de um acompanhamento sistemático pela medicina do trabalho e a promoção de práticas de trabalho saudáveis e seguras.

MEDICINA DO TRABALHO

A Medicina do Trabalho constitui uma área de intervenção basilar, dirigida simultaneamente ao indivíduo e à organização, que valoriza o local de trabalho como espaço para a prevenção primária dos riscos profissionais, a proteção da saúde e o acesso aos serviços de saúde.

Com o intuito de assegurar o compromisso com a segurança, a saúde e o bem-estar dos colaboradores, a AdDP empenha-se em proteger a saúde dos trabalhadores, prevenir doenças ocupacionais, controlar riscos profissionais e sinistralidade, por forma a prevenir qualquer efeito negativo profissional, pessoal e social para o trabalhador.

Em 2022, ao abrigo do contrato de Medicina do Trabalho em regime de outsourcing, foram realizados 110 exames periódicos, 16 exames ocasionais e 15 exames de admissão, conforme o gráfico seguinte:

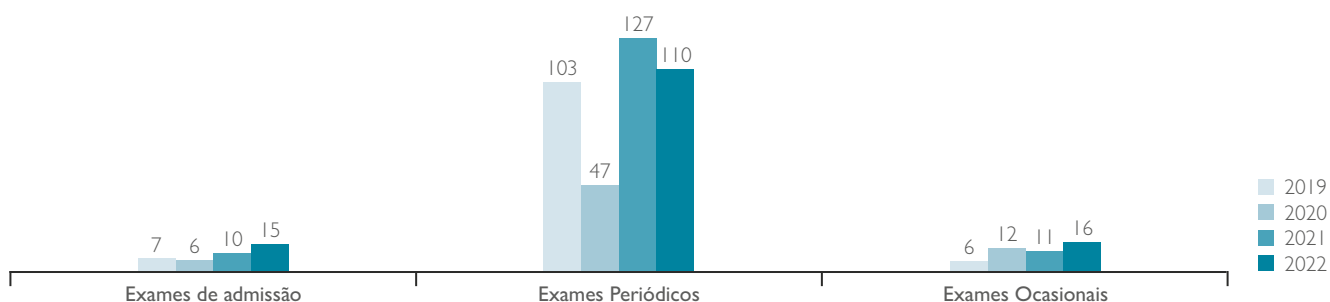


Figura 5 – Exames de Medicina do Trabalho

Os exames complementares, efetuados com o exame periódico, são realizados com base em protocolos de exames adaptados ao grupo de risco de cada trabalhador. Os exames protocolados incluem análises ao sangue e à urina, exame oftalmológico, eletrocardiograma, espirometria e apuramento das necessidades de vacinação.

À semelhança dos anos anteriores, no segundo semestre de 2022 decorreu a campanha de vacinação para a prevenção da Gripe, tendo sido administrada gratuitamente a vacina aos trabalhadores que manifestaram interesse.

INCENTIVOS SOCIAIS

A AdDP disponibiliza diversos incentivos de âmbito social, com o objetivo de proporcionar condições de trabalho que valorizem os colaboradores, sendo de destacar:

- Cabaz de Berço: esta iniciativa atribui um cabaz-oferta aos filhos dos colaboradores no momento do nascimento. É um cabaz-presente, composto por um valor monetário e por bens de puericultura para apoio aos Colaboradores.
- Equipamentos Sociais: a AdDP dispõe, nas diversas instalações de trabalho, de espaços adequados para que os colaboradores possam realizar uma pausa nos intervalos dos tempos de trabalho, bem como para a realização das refeições.
- Seguro de Saúde: extensível ao agregado familiar; permite a comparticipação das despesas de saúde.
- Seguro de Vida: assegura condições de proteção em caso de morte ou invalidez.
- Natal 2022: atribuição de oferta de Natal a cada colaborador, bem como aos seus filhos até aos 12 anos.
- Dia do aniversário: dispensa de serviço no dia de aniversário do colaborador.
- Bolsas de Estudo: atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos colaboradores, em sequência da estratégia de Responsabilidade Social do Grupo Águas de Portugal.

REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

(ACOMPANHAMENTO DA RCM N.º 18/2014 – PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE GÉNERO)

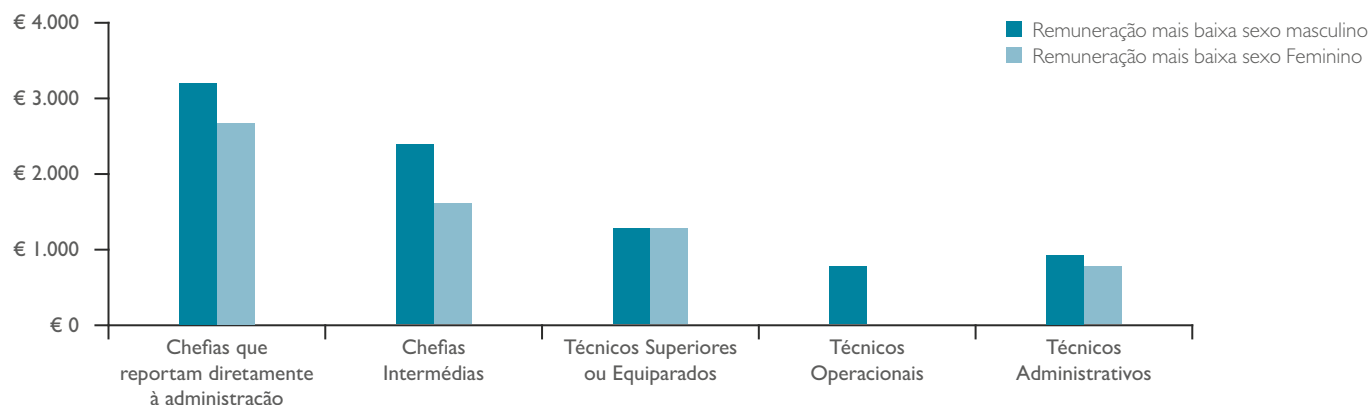


Figura 6 – Remunerações mais baixas por categoria profissional

A análise da distribuição de remunerações por género e categoria profissional é efetuada anualmente. No caso dos técnicos operacionais, conforme já referido, a AdDP não possui qualquer mulher nesta categoria, em virtude de as candidaturas serem quase exclusivamente de candidatos do sexo masculino.

OS NOSSOS STAKEHOLDERS

A AdDP está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



Figura 7 – Stakeholders AdDP

A Águas do Douro e Paiva é conhecedora da importância do diálogo com as partes interessadas, nomeadamente acionistas, clientes, colaboradores, comunidade, Concedente (Estado Português), empresas do Grupo Águas de Portugal, entidades reguladoras e fiscalizadoras, financiadores e fornecedores.

Assim, dando cumprimento às obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, a empresa tem criado alguns mecanismos de comunicação com os *stakeholders*, sendo de destacar: apresentações públicas nos municípios acionistas, definição de critérios para tratamento e resposta a pedidos de informação e reclamações, ações de comunicação e educação ambiental, nomeadamente visitas de instituições de ensino às infraestruturas da empresa.

Através do Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão, a empresa pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *stakeholders* acima descritos. Este departamento atua como interlocutor entre a administração e os *stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Através do sítio da empresa na internet – www.addp.pt – é possível consultar informação sobre a atividade e o desempenho da Águas do Douro e Paiva. Em 2022 o sítio na internet registou mais de 13.400 visitas.

A Águas do Douro e Paiva cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

ORGANIZAÇÃO

ESTRUTURA ACIONISTA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Águas do Douro e Paiva, S.A. é uma sociedade de direito privado e capitais públicos. Na estrutura acionista da Águas do Douro e Paiva, S.A. a administração central, através da empresa AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., detém uma participação correspondente a 51% do capital social; os Municípios detêm 49%.

Às tarifas a aplicar pela Águas do Douro e Paiva aos seus utilizadores acrescerá uma componente tarifária acrescida (CTA), a ser paga à Águas do Norte, S.A., com vista a contribuir para a sustentabilidade do sistema multimunicipal a esta empresa concessionado.

ESTRUTURA ACIONISTA

O capital social estatutário da AdDP é de 20.902.500,00 euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

O capital social é integralmente representado por ações da categoria A, no valor nominal de 1,00 euro cada, as quais são nominativas e assumem exclusivamente a forma escritural.

Os acionistas, a repartição das ações pelos acionistas e o capital social subscrito constam do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, e da tabela seguinte.

TABELA 1 – CAPITAL SOCIAL DA ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.

ACIONISTAS	N.º DE AÇÕES SUBSCRITAS DA CATEGORIA A	TOTAL DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E REALIZADO (€)	% DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	10 660 275	10 660 275	51,00%
Amarante	624 000	624 000	2,99%
Arouca	59 985	59 985	0,29%
Baião	111 000	111 000	0,53%
Castelo de Paiva	55 420	55 420	0,27%
Cinfães	34 420	34 420	0,16%
Espinho	299 350	299 350	1,43%
Felgueiras	241 325	241 325	1,15%
Gondomar	842 185	842 185	4,03%
Lousada	143 325	143 325	0,69%
Maia	566 805	566 805	2,71%
Matosinhos	1 127 560	1 127 560	5,39%
Oliveira de Azeméis	341 605	341 605	1,63%
Ovar	190 375	190 375	0,91%
Paços de Ferreira	227 850	227 850	1,09%
Paredes	319 725	319 725	1,53%
Porto	2 781 220	2 781 220	13,31%
Santa Maria da Feira	486 270	486 270	2,33%
São João da Madeira	77 655	77 655	0,37%
Valongo	575 240	575 240	2,75%
Vila Nova de Gaia	1 136 910	1 136 910	5,44%
TOTAL	20 902 500	20 902 500	100,00%

A estrutura organizacional da empresa está representada no seguinte organograma:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

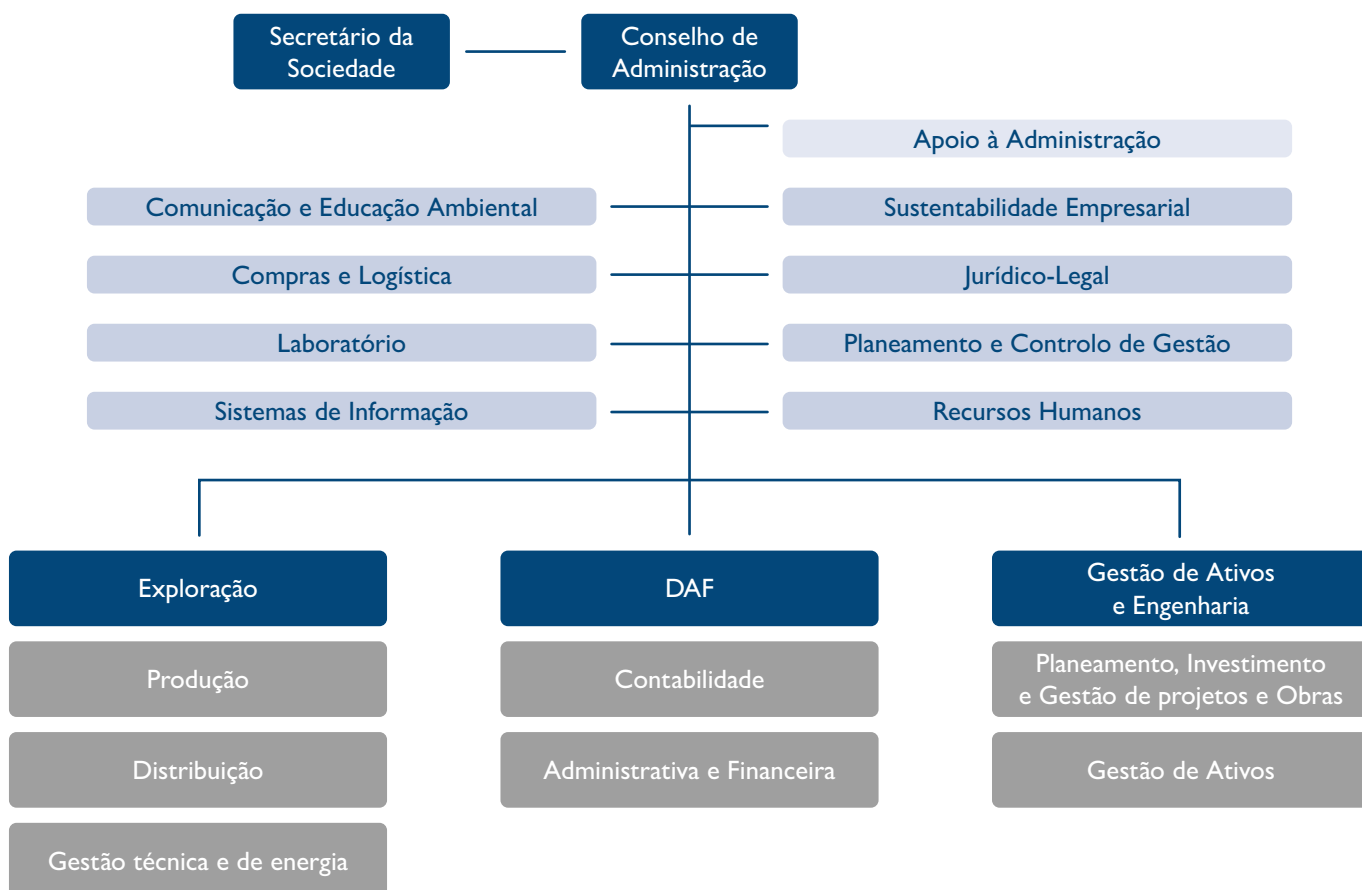


Figura 8 – Organograma em vigor em 2022

As funções das várias Direções, Departamentos e Áreas são as seguintes:

APOIO À ADMINISTRAÇÃO

Esta área engloba o secretariado e o apoio à Administração da empresa, nas suas diversas vertentes.

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O departamento de Sustentabilidade Empresarial é responsável por assegurar o cumprimento dos procedimentos internos do sistema de gestão de responsabilidade empresarial, coordenando e promovendo o cumprimento das normas de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde, responsabilidade social e energia. Assegura, também, o controlo da qualidade do produto entregue e verifica a implementação dos respetivos planos de segurança, bem como a implementação e coordenação dos processos de gestão de riscos e emergências.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O departamento de Comunicação e Educação Ambiental é responsável por desenvolver a estratégia de comunicação Institucional e desenvolver a área de educação ambiental da empresa.

APOIO JURÍDICO - LEGAL

O departamento de Apoio Jurídico-Legal assegura e coordena o apoio e a consulta jurídica, interna e externa, ao conselho de administração e a todas as direções, departamentos e áreas funcionais da empresa.

COMPRAS E LOGÍSTICA

O departamento de Compras e Logística assegura a aquisição de bens e serviços necessários ao desenvolvimento das diferentes atividades contratualizadas pela empresa sendo, ainda, responsável pela gestão dos diferentes armazéns localizados no território de intervenção, bem como, assegura, ainda, a gestão de toda a frota da empresa.

PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO

O departamento de Planeamento e Controlo de Gestão tem como função principal o controlo da atividade da empresa e o reporte a todas as partes interessadas, sejam internas ou externas, bem como prevenir a ocorrência de situações que possam desviar a empresa dos objetivos de gestão e promover ações que assegurem o seu cumprimento. Compete-lhe, também, a elaboração e a monitorização do orçamento anual.

SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Este departamento assegura a gestão do parque informático e da rede de sistemas de informação e comunicação da empresa, tornando-a mais adequada e acessível aos colaboradores, otimizando o fluxo de informação entre os locais onde a empresa desenvolve atividades e destes para o exterior, assim como a promoção, o desenvolvimento e o acompanhamento de soluções informáticas de apoio.

RECURSOS HUMANOS

O departamento de Recursos Humanos assegura a gestão dos recursos humanos, contribuindo para o desenvolvimento da empresa, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores, a gestão técnico-administrativa dos recursos humanos, as políticas de compensação e de relações de trabalho, de formação e desenvolvimento de competências e as políticas de saúde e medicina do trabalho. Este departamento compreende a área de Gestão Administrativa e a área de Gestão Estratégica de Pessoas e Desenvolvimento.

GESTÃO DE ATIVOS E ENGENHARIA

A direção de Gestão de Ativos e Engenharia tem a seu cargo a gestão do ciclo de vida das infraestruturas e a coordenação e controlo da execução do plano de investimentos contratualizados pela empresa, onde se incluem novas obras e os trabalhos de beneficiação e recuperação de partes do sistema existente, ou de instalações integradas. Tem, ainda, a responsabilidade de execução dos estudos, projetos, empreitadas e a respetiva coordenação e fiscalização dos trabalhos necessários.

ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

À direção Administrativa e Financeira cabe garantir o funcionamento global das funções financeiras e administrativas e assegurar o apoio à Administração da empresa, em matéria de gestão económica, financeira e administrativa. Assegura a realização dos procedimentos administrativos e financeiros, de gestão patrimonial e de tesouraria, garantindo as condições necessárias ao cumprimento das obrigações legais e a preparação de informação interna. Assegura, ainda, a emissão das faturas aos clientes e a sua cobrança.

LABORATÓRIO

O Laboratório é responsável por realizar análises à qualidade de água, quer no processo de tratamento, quer no abastecimento aos clientes. Compreende as vertentes de apoio geral, qualidade, amostragem, ensaios físico-químicos e microbiológicos, que se complementam na garantia da monitorização da qualidade da água.

EXPLORAÇÃO

A direção de Exploração tem a responsabilidade da captação, tratamento e abastecimento de água, de acordo com o definido no contrato de concessão. Nesse sentido, garante a operação e a manutenção dos sistemas de abastecimento de água e maximiza a eficiência dos processos operacionais, tendo em vista a otimização do custo total da Exploração.

A Águas do Douro e Paiva, S.A. estabeleceu um protocolo de cooperação com a SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A., partilhando com esta empresa todas as áreas de suporte necessárias à Exploração do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto.

Este protocolo foi celebrado considerando:

- que o artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, estabelece que, na prossecução do seu objeto social e com vista à eliminação ou redução de serviços duplicados e à minimização de recursos humanos e materiais, as sociedades (Águas do Douro e Paiva e SIMDOURO) devem proceder à partilha desses recursos entre si ou com outras entidades gestoras de sistemas multimunicipais de água e saneamento, mediante faturação dos custos decorrentes dessa partilha;
- que o modelo proposto pela entidade responsável pela prestação dos serviços de reestruturação organizacional preconiza a partilha de recursos e serviços entre a Águas do Douro e Paiva e a SIMDOURO, mormente dos órgãos funcionais de suporte, modelo que foi já praticado no passado entre as mesmas sociedades antes da agregação dos sistemas multimunicipais operada em junho de 2015.



**O NOSSO PROPÓSITO
FAZER A DIFERENÇA NA
VIDA DAS PESSOAS**

O NOSSO PROPÓSITO

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela AdDP tem, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa Política de Integridade, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as empresas do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela AdDP em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral
- Manual de Compras

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A AdDP dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por **Linha de Integridade**, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do Grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade da AdDP fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



Figura 9 – Ambições de sustentabilidade



Tendo por base o propósito “Fazer a diferença na vida das pessoas” e a missão de serviço público, estas 7 ambições vão dar resposta à garantia da prossecução das políticas setoriais, consolidando a AdDP como uma empresa de referência no setor do ambiente.

• TRABALHAR COM PROPÓSITO

As nossas pessoas estão na base de tudo o que fazemos. Munidas de um forte sentido de missão pelo serviço público que prestam, as nossas pessoas demonstram um perfil resiliente e trabalham num clima de grande proximidade e motivação para fazer sempre melhor. O orgulho, o entusiasmo e a proatividade das nossas pessoas fazem a diferença na qualidade do serviço que prestamos.

A AdDP trabalha continuamente para valorizar o esforço e a dedicação dos colaboradores, zelando pela garantia das melhores condições de saúde e segurança face aos riscos associados às suas atividades profissionais, e para contribuir ativamente para o seu desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida. Nesta matéria destaca-se o tema da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, que marcou os últimos 3 anos da AdDP, o projeto integrado de recursos humanos SOMOS D'Ouro e o apoio ao reconhecimento, validação e certificação de competências escolares de alguns trabalhadores.

• AGIR PELO CLIMA

Estamos conscientes de que um dos impactos mais significativos da nossa atividade se prende com o consumo de energia necessária para garantir o fluxo contínuo de água aos nossos territórios, 24 horas por dia, 365 dias por ano, com elevados padrões de qualidade e segurança, e com implicações ao nível das consequências da sua produção, como as emissões de gases com efeito de estufa para a atmosfera.

Ao longo dos anos, a AdDP tem adotado um conjunto de medidas para minimizar estes impactos negativos, sobretudo com a aposta no aumento da eficiência energética das operações, tendo atingido elevados níveis de eficiência. O plano de investimentos para os próximos anos inclui diversos investimentos em produção de energia renovável (eólica e fotovoltaica).

• ACELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA

A crise climática tem inúmeras implicações na nossa atividade, como a alteração dos padrões de precipitação e consequentes situações de escassez de água, reduções de caudais dos rios e degradação dos meios hídricos. A valorização da água, enquanto recurso essencial à vida, é uma preocupação sempre presente desde o início da nossa atividade, e nunca foi tão relevante como no contexto atual.

Nesse sentido, a AdDP tem apostado continuamente no aumento da eficiência hídrica, através da redução de perdas e aumento da circularidade na sua atividade, reconhecendo o valor de cada gota de água enquanto recurso precioso.

O projeto de produção de telhas de cerâmica a partir de lamas de clarificação de água reflete a orientação da empresa para a circularidade e para a minimização e valorização dos resíduos da atividade.

• INOVAR PARA IMPACTAR

O nosso dia a dia é marcado por uma procura contínua de novas soluções, que nos permitam cumprir de forma mais eficaz e eficiente a nossa missão. Através das colaborações estabelecidas com instituições académicas, de investigação e outros parceiros, a AdDP investe ainda em investigação e desenvolvimento para promover o nascimento de projetos pioneiros, nomeadamente, de desenvolvimento de modelos para gestão de ativos em instalações de fornecimento de água, fomentando ainda o desenvolvimento de teses em ambiente empresarial, também elas motor de inovação dentro da organização.

A AdDP tem apostado no desenvolvimento de projetos pioneiros para responder às suas necessidades operacionais, entre os quais se destacam a virtualização de 100% dos sistemas de telegestão, desenvolvida, exclusivamente, por recursos internos, que constitui um avanço tecnológico significativo em termos de segurança e flexibilidade, e que veio permitir a aumentar a resiliência dos sistemas e a capacidade de resposta em momentos de crise. Neste tema, destaque também para o projeto *SeeWater - 360 Virtual Reality & Drone Aerial Imaging* que constitui um avanço significativo na forma de avaliar os riscos e das condições de trabalho e das infraestruturas. Este projeto tornou possível realizar visitas virtuais a qualquer infra-estrutura da AdDP, através do computador, bem como a criação de novos ortofotomapas.

• VALORIZAR OS TERRITÓRIOS

Estamos comprometidos com a excelência dos padrões de qualidade e segurança da água que fornecemos, porque reconhecemos a sua importância para a saúde, a segurança e a qualidade de vida das comunidades que servimos.

Ao fornecer um bem essencial, a AdDP permite o desenvolvimento das atividades económicas e cria emprego direto e indireto, sendo uma força essencial à prosperidade nos territórios onde opera. Nesse sentido, a empresa tem reforçado o investimento na adaptação às alterações climáticas, nomeadamente através do aumento da resiliência dos sistemas suscetíveis a fenómenos extremos, como é o caso da interligação *Lever – Vale do Sousa*.

Destaca-se também o Portal do Cliente que reflete o compromisso de transparência, colaboração e criação de valor para os clientes

• EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE

A atenção que damos às pessoas é manifestada nas iniciativas que desenvolvemos para os nossos trabalhadores, as suas famílias e as comunidades locais. Apesar da nossa atividade direta não integrar a distribuição de água ao consumidor final, assumimos a responsabilidade de contribuir para a educação e literacia sobre a água, junto das comunidades.

Neste contexto, a AdDP tem tido um papel ativo na promoção de iniciativas junto de escolas, como é o caso da “Beba água da torneira”, em que o uso racional da água e o consumo de água da torneira são promovidos junto das gerações futuras.

A empresa tem uma política de portas abertas no que respeita às suas instalações, permitindo a visita de instituições locais às suas infraestruturas, dando a conhecer a atividade às populações e abordando temas relacionados com o desenvolvimento sustentável, como a neutralidade e autossuficiência energética e a economia circular.

Ao fornecer um serviço essencial, a AdDP permite o desenvolvimento das atividades económicas e cria emprego direto e indireto, sendo uma força essencial à prosperidade nos territórios onde opera.

Ainda no domínio desta estratégia de sustentabilidade adotada, a AdDP aderiu ao BCSD Portugal e subscreveu a Carta de Princípios da Jornada 2030, que estabelece os princípios que constituem as linhas orientadoras para uma boa gestão empresarial e cujo objetivo é o reforço de práticas de gestão sustentável baseadas em seis princípios: Conformidade Legal e Conduta Ética; Direitos Humanos; Direitos Laborais; Prevenção, Saúde e Segurança; Ambiente; e Gestão.

Em 2022, a AdDP viu dois projetos de inovação serem destacados no 1º Relatório do Observatório dos ODS, tornando-se, assim, a empresa do Grupo AdP com a maior distinção ao nível de boas práticas no que respeita ao cumprimento das metas estabelecidas nos ODS, em concreto no ODS#6 – Água Potável e Saneamento e no ODS#12 – Produção e Consumo Sustentáveis. Este relatório, desenvolvido pela *Católica Lisbon School of Business & Economics*, numa parceria com o BPI e a Fundação “La Caixa”, destacou os projetos “Telegestão 100% Virtual” e “Circularidade das lamas de clarificação da água”.

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. A ENVOLVENTE

1.1. CONTEXTO MACROECONÓMICO¹

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento das infeções associadas a COVID-19 na China pesou sobre a atividade económica global em 2022, e os dois primeiros fatores continuarão a fazê-lo em 2023.

GLOBAL

O crescimento global para o ano 2022 estima-se em 3,4% e é esperado um crescimento de 2,9% para 2023 (3,1% para 2024). A previsão de baixo crescimento em 2023 reflete o aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, bem como a guerra na Ucrânia. A queda no crescimento em 2023 é impulsionada por economias avançadas. Espera-se que o crescimento recupere na China com a plena reabertura em 2023. A recuperação esperada em 2024 reflete a gradual recuperação dos efeitos da guerra na Ucrânia e a redução da inflação.

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.



ão



Em 2023, os preços do petróleo deverão cair cerca de 16%, enquanto os preços de matérias não-combustíveis deverão cair em média, 6,3%.

As taxas de juro serão revistas em alta, refletindo a política de redução da taxa de inflação.

ZONA DO EURO

O crescimento real do PIB na UE surpreendeu positivamente, no primeiro semestre de 2022, com os consumidores a retomarem vigorosamente os gastos, principalmente em serviços, após o relaxamento das medidas de contenção da pandemia de COVID-19. A expansão continuou no terceiro trimestre, embora num ritmo consideravelmente mais fraco. A incerteza elevada, altas pressões sobre os preços da energia, erosão do poder de compra das famílias, um ambiente externo mais fraco e condições de financiamento mais restritivas devem levar a UE, a área do euro e a maioria dos Estados-Membros à recessão no último trimestre do ano. O PIB em 2022 deverá crescer em 3,3% na UE (3,2% na área do euro).

Depois de cair para 4,6% do PIB em 2021 (5,1% na zona euro), o défice da UE deverá descer ainda mais para 3,4% do PIB este ano (3,5% na zona euro). Em 2023, porém, o défice público agregado deverá voltar a aumentar ligeiramente (para 3,6% na UE e 3,7% na zona euro), à medida que a atividade económica enfraquece, as despesas com juros aumentam e os governos alargam ou introduzem novas medidas discricionárias para mitigar o impacto dos preços elevados da energia. Como resultado, o déficit é projetado em 3,2% do PIB na UE e 3,3% na área do euro em 2024. No horizonte de previsão, projeta-se uma nova redução do rácio dívida/PIB na UE, de 89,4% do PIB em 2021 para 84,1% do PIB em 2024 (e de 97,1% para 91,4% na área do euro).

Espera-se que o aumento das pressões de preços tenham movido o pico da inflação para o final do ano e elevado a projeção da taxa de inflação anual para 9,3% na UE e 8,5% na área do euro. Adicionalmente, espera-se que a inflação diminua em 2023, mas permaneça alta em 7,0% na UE e 6,1% na área do euro, antes de moderar em 2024 para 3,0% e 2,6%, respetivamente. As revisões refletem principalmente preços grossistas de gás e eletricidade significativamente mais elevados, que exercem pressão sobre os preços da energia a retalho, bem como sobre a maioria dos bens e serviços na cesta de consumo.

O mercado de trabalho continuou a apresentar um forte desempenho, com emprego e participação no nível mais alto e desemprego no nível mais baixo em décadas. A forte expansão económica atraiu um adicional líquido de dois milhões de pessoas para o emprego no primeiro semestre de 2022, elevando o número de pessoas empregadas na UE para um recorde histórico de 213,4 milhões. A taxa de desemprego manteve-se no mínimo histórico de 6,0% em setembro. Espera-se que os mercados de trabalho reajam com desfasamento face ao abrandamento da atividade económica, mas que se mantenham resilientes. O crescimento do emprego na UE está previsto em 1,8% em 2022, antes de estagnar em 2023 e subir moderadamente para 0,4% em 2024. As taxas de desemprego na UE são projetadas em 6,2% em 2022, 6,5% em 2023 e 6,4% em 2024.

Após vários anos de taxas de juro de referência em zero ou negativas, desde meados de 2022 o Conselho do BCE, de modo a controlar a inflação, tem vindo a aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE. Em comunicado de inícios de 2023, as taxas foram novamente aumentadas em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para, respetivamente, 3,00%, 3,25% e 2,50%, com efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2023.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2022 são os seguintes:

	ESTIMATIVA 2022	ANO 2021
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	6,8%	5,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,9%	4,7%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	8,1%	0,9%
Taxa de desemprego	5,6%	6,6%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,693%	(0,546%)
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,17%	0,30%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, seguida de um crescimento de apenas 1,5% em 2023, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2024 e 2025, 2% e 1,9%, respetivamente. O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Estes desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global acentuada, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. Os fatores que têm suportado o consumo privado deverão perder importância. Não só se estima que a margem de ajustamento resultante da riqueza acumulada durante a pandemia de COVID-19 se reduza, como se projeta que o aumento da percepção do risco de alteração das condições do mercado de trabalho, ainda que sem materialização na presente projeção, condicione as decisões de consumo. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

A inflação aumenta em 2022 para 8,1%, fixando-se em 5,8% e 3,3% nos dois anos seguintes. A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente. Projeta-se que esta evolução favorável prossiga nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100%.

1.2. O SETOR

O SETOR A NÍVEL MUNDIAL²

Em termos globais, a água é um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água está no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, e sendo objeto do Objetivo 6, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos, que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à Inovação e Desenvolvimento para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos, ainda, perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano.
- um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento; e
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o *World Bank Water Global Practise*, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA³

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou por comunicação da Comissão Europeia o Plano *REPowerEU* Europeia a 18 de maio de 2022.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética, a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energético de que a Europa necessita.

No contexto deste Plano foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º 136/2022).

Em resposta à crise geopolítica foi publicado a 27 setembro de 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: Reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; Reduzir o consumo energético na climatização de espaços; Promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); Promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; Capacitar os técnicos da administração pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

³ Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15% do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7%.

O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL⁴

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

PANORAMA NACIONAL

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS
• 9,8 milhões de habitantes servidos	• 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
• 97% de alojamentos servidos	• 86% de alojamentos servidos
• 184 litros: consumo médio diário de água por habitante	• 8,7 milhões de habitantes servidos com tratamento
• Tarifa média ponderada: 0,558 EUR/m ³	• 86% de alojamentos servidos com tratamento
• Indicador Água Segura em Portugal Continental (alta): 99,59%	• 1,8 milhões de m ³ de águas residuais tratadas diariamente
	• Tarifa média ponderada: 0,535 EUR/m ³

Dados RASARP 2022

Com a proximidade do término do Plano PENSAAR 2020, em 2020, foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que inclui no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Foi apresentada a proposta de despacho que aprova o PENSAARP-2030 que esteve em consulta pública até maio de 2022. O seu fim último é o de atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas, passando pela concretização de quatro objetivos estratégicos globais.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O GRUPO ADP EM 2022

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

⁴ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

A gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.”

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em março, o Grupo em parceria com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente desenvolveu uma campanha nacional “Campanha Poupe água hoje para ter amanhã”. Esta campanha, de âmbito nacional, pretendeu sensibilizar para a importância de pouparmos e reutilizarmos muito mais água num contexto geral de alterações climáticas, e, sobretudo, no contexto específico da seca de 2022, a terceira mais gravosa desde 1921. As medidas de adaptação à seca e à escassez já implementadas no passado, bem como o acionamento de planos de contingência, permitiram às empresas do Grupo AdP superar os efeitos da seca de 2022 sem se ter verificado falhas a nível do abastecimento, não obstante o grande esforço que tal acarretou.

Tendo em vista o cumprimento das metas fixadas nos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, a 28/12/2022 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 26 de março, que autoriza o Fundo Ambiental a efetuar transferências para as empresas do Grupo Águas de Portugal no âmbito do apoio para a implementação da Frota Verde.

Em junho, o Grupo AdP atribuiu os ‘Prémios Verdes’ uma iniciativa do Grupo Águas de Portugal e da revista VISÃO, com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Os ‘Prémios Verdes’ destinam-se a premiar as pessoas, empresas e organizações que, em Portugal, implementam ações e medidas com boas práticas na área do ambiente, perante a atual conjuntura de emergência climática.

Em novembro, o Grupo AdP coorganizou a Semana da Responsabilidade Social. A Semana da Responsabilidade Social foi uma iniciativa organizada anualmente pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do *Global Compact Network Portugal*. A edição de 2022, que decorreu entre 22 e 25 de novembro no edifício da Águas de Portugal, teve como tema central “Engenho Humano & Energia”, fundamentado na capacidade inventiva humana nas diferentes áreas da Sustentabilidade, no desenvolvimento tecnológico e no progresso das energias renováveis, com uma aposta crescente no autoconsumo e na cogeração. José Furtado, Presidente da Águas de Portugal, apresentou as ambições do Compromisso com a Sustentabilidade através das quais o Grupo procura concretizar o seu propósito de “Fazer a diferença na vida das pessoas”.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso “*Business Ambition for 1.5°C*” da *United Nations Global Compact*, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em novembro, o Grupo AdP apresentou a sua Agenda de Inovação, dando cumprimento à estratégia de inovação 360° e, simultaneamente, constituiu o fundo de inovação do Grupo AdP com o valor de 1 M€ com vista a financiar, através de um processo competitivo, projetos de inovação no Grupo AdP. Na agenda de Inovação, encontra-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: Neutralidade Energética e Carbónica, Eficiência e resiliência de operações e sistemas, Economia Circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

A estratégia de inovação 360° assenta num princípio basilar de coordenação e cooperação entre empresas do Grupo, nomeadamente os centros de competências dispersos no território, tendo a AdP VALOR promovido diversas iniciativas de projetos de inovação agregadores de centros de competências do Grupo AdP, mas também de entidades externas ao Grupo, quer do setor da água, quer de setores afins. A inovação assume um papel agregador em que o elemento comum é a água.

Ao nível da digitalização, o Grupo AdP promoveu diversas iniciativas, nomeadamente no âmbito da digitalização das operações – componentes de automação e telegestão, através do Grupo de Trabalho que elaborou diagnóstico do grau de digitalização das diversas operações dispersas pelo território e o plano de ação para se atingir uma transição em linha com as exigências da qualidade de serviço.

Adicionalmente, a AdP VALOR tem focado a sua atenção na gestão de dados e na extração de informação de valor acrescentado que suporte decisões táticas e estratégicas.

Na dimensão da economia circular, destaca-se o início de desenvolvimento da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende que venha a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se, nesta dimensão, a estratégia de Água para Reutilização, o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No plano internacional, em 2022 deu-se continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, tendo-se protocolado em novembro de 2022 o alargamento das atividades de parceria entre o Grupo AdP e aquela instituição.

Ainda, em 2022, se dinamizaram um conjunto de projetos, de que se destaca o apoio à SEDAPAL - *Servicio de Agua Potable y Alcantarillado* de Lima no Perú tendo o trabalho sido focado no desenvolvimento de termos de referência nas áreas de gestão de ativos, eficiência hídrica / energética e resiliência e economia circular. Em adição, no âmbito do suporte à OTASS - *Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento* (Perú), procedeu-se à revisão de termos de referência que têm como objetivo a otimização de subsídios cruzados, metodologia e estimativa de funções de custo e desenho e implementação de um sistema para calcular tarifas para serviços de saneamento no Perú.

Há ainda a destacar o início dos seguintes projetos:

- Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional dos Sistemas de Água de Goa, a equipa multidisciplinar liderada pela AdP Internacional, realizou o levantamento, diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades identificadas para melhorar procedimentos da operação das ETA de Salaulim e da OPA em Goa.
- No Líbano, através de um contrato de consultoria com a DAI (EUA), a AdP Internacional prestou apoio a 4 empresas regionais de água e saneamento no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa. Em concreto, salienta-se a realização de diagnósticos operacionais nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira) bem como a elaboração de uma estratégia de emergência de médio prazo para cada uma das 4 empresas regionais.
- Em Cabo Verde, a AdP Internacional integrou um consórcio liderado pela empresa AqualnSilico, uma *start-up* portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA *School of Science and Technology*, que desenvolveram a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada.

1.3. A ENERGIA NO GRUPO ADP

O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

O ano 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte.

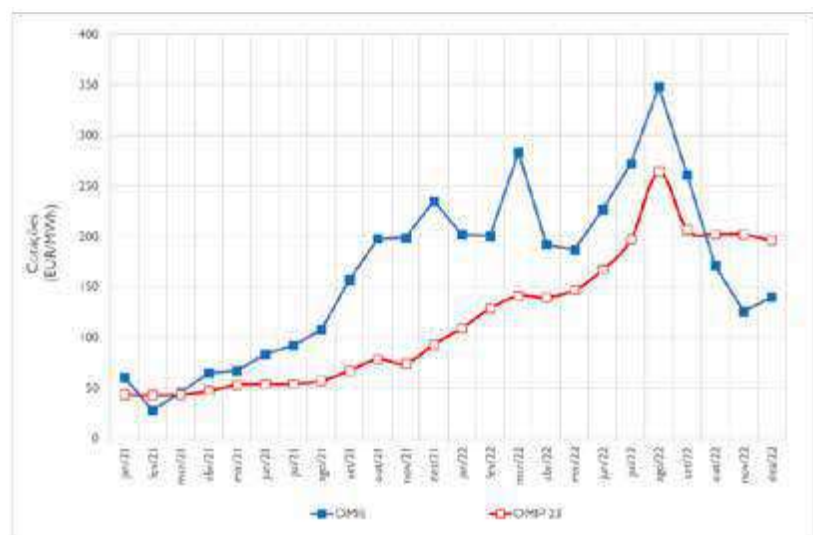


Figura 10 – Eletricidade

A cotação média da eletricidade em Portugal, no mercado grossista ibérico (OMIE), foi de 217,90 €/MWh em 2022 (tendo sido de 111,81 €/MWh em 2021). Já a cotação média, em 2022, do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2023 foi de 176,28 €/MWh, aumentando +196% face ao ano passado. As cotações nos mercados atingiram valores máximos históricos.

Devido à instabilidade dos mercados de energia, e com o objetivo de controlar a subida dos preços para produção de energia, os governos português e espanhol criaram um mecanismo excecional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica com reflexo na formação do preço de mercado da eletricidade no referencial grossista do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). Este mecanismo fixa o preço de referência do gás natural e em Portugal foi publicado no Decreto-Lei n.º 33/2022, de 14 de maio.

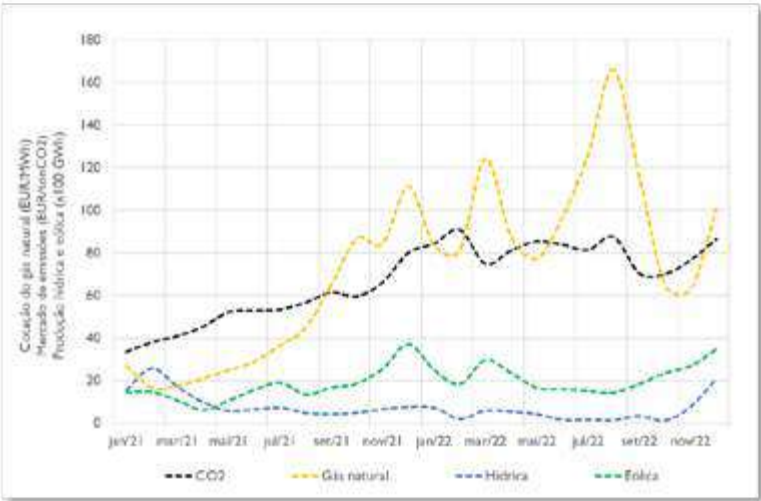


Figura 11 – Componentes que influenciam o preço da energia

Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destacam-se o aumento do preço médio do gás natural (+110%), acompanhado de uma grande volatilidade, atingindo um valor máximo de 240,00 €/MWh. Também a cotação média do CO2 aumentou face ao ano anterior (+51,5%), voltando a atingir valores máximos históricos 97,77 EUR/ton CO2. A produção eólica em 2022 foi superior face ao ano anterior (+29%), já a produção hídrica foi significativamente inferior (-45%), resultado de um ano em que o país atravessou um período de seca extrema (figura anterior).

Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DIÁRIO)	COTAÇÃO MÉDIA EM 2022 (EUR/MWH)	COTAÇÃO MÉDIA EM 2021 (EUR/MWH)	2022 / 2021
Portugal	217,90	111,81	94,9%
Alemanha	235,46	96,85	143,1%
França	275,89	109,00	153,1%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2023, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DIÁRIO)	COTAÇÃO MÉDIA EM 2022 (EUR/MWH)	COTAÇÃO MÉDIA EM 2021 (EUR/MWH)	2022 / 2021
Portugal	176,28	59,46	196,5%
Alemanha	298,65	70,86	321,5%
França	368,00	69,49	429,6%

No ano 2022 o consumo nacional foi de 50.363 GWh, superior em +1,8% face ao registado em 2021.

O consumo foi satisfeito em 50% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 59,7% verificados em 2021. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -45,2% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,63 (-32,2% face a 2021) - e a produção de energia eólica foi de +0,4%.

A produção térmica, entre 2022 e 2021, apresentou um acréscimo de +13,1% no gás natural e um decréscimo de -29,4% na cogeração. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam, espera-se que definitivamente, a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 18,4% do consumo, muito superior ao verificado em 2021 (+94,7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2022 foi de 16,6° C, superior em 1,4° C relativamente ao valor normal do período 1971-2000.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

O ano 2022 foi um ano ímpar no que diz respeito às TAR, tendo ocorrido uma revisão das mesmas no 2.º semestre. No 1.º semestre de 2022, as TAR reduziram-se em todos os níveis de tensão face a 2021 (-94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN). Já no 2.º semestre e tendo como referencial os valores de 2021, as TAR voltaram a reduzir-se com significado (-126,5% em AT, -113,0% em MT, -75,1% em BTE e -68,4% em BTN).

Em 2023 as TAR terão a redução mais acentuada verificada até ao momento: -636,5% em AT, -663,2% em MT, -228,4% em BTE e -419,8% em BTN, face ao preço médio de 2022. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta de um decréscimo acentuado na tarifa de Uso Global do Sistema, suportado pela diminuição dos CIEG, os quais se traduzem em 2023 num benefício para o Sistema Elétrico Nacional.

O ano 2022 ficou marcado pela instabilidade e complexidade dos mercados e, devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de um concurso de 2 lotes, sem preço base, nos últimos meses do ano e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, migração para o regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem termos, isto é, até que os mercados estejam estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

Assim, em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado (o qual aumentou em todos os níveis de tensão, apesar de com menor expressão em BTN), contrabalançando com a redução das TAR em 2023, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo aumente mais de 100 milhões de euros face a 2022. De recordar que o preço de energia em AT, MT e BTE no ano 2022 (também em 2021) representou um preço extraordinário, resultado da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020, altura em que o procedimento contratual foi desenvolvido.

O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

O ano 2022 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo em resultado da reabertura da economia após o ciclo pandémico de COVID-19, do qual resultou num acentuado crescimento dos preços das matérias-primas e da energia, situação potenciada pelo surgimento de uma guerra na Europa em resultado da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, fatores que conduziram ao aparecimento de fortes estrangulamentos nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e da energia, entre outros.

No conjunto do ano 2022, o preço médio do gás natural registou um aumento de +109,6%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo às restrições, numa primeira fase, e posteriormente ao corte total, à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa que se registavam no final do inverno. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE e os preços dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP em 2021 e 2022.

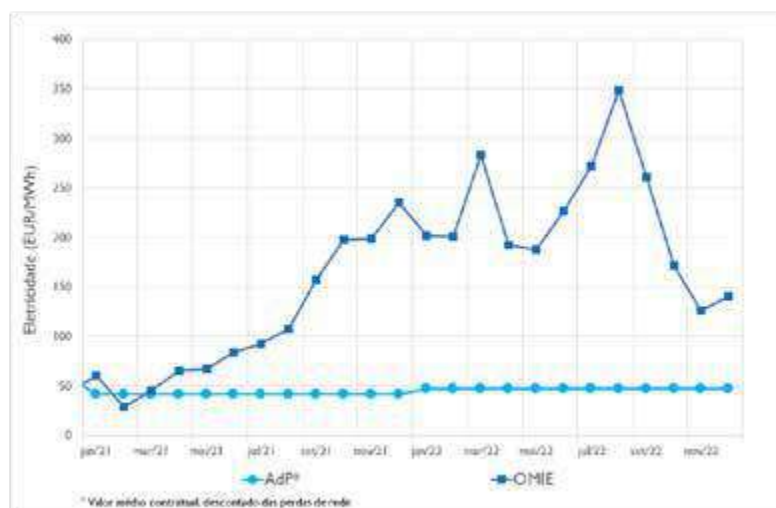


Figura 12 – Evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE

Em resultado, no ano 2022 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 217,90 €/MWh (tendo sido 111,81 €/MWh em 2021).

Refira-se que, com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2023) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2022 (+0,8% do que em 2021) cifrando-se em 747,85 GWh.

Destes, 720,54 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,7% do que em 2021 e 27,31 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,9% do que em 2021). Este valor de 720,54 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 726,01 GWh e do fornecimento de +0,14 GWh e uma redução de -5,62 GWh, em resultado da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN.

Refira-se que nos dados apresentados não se encontram refletidos os consumos em regime de outsourcing, e que no Grupo AdP têm tratamento diferenciados em função dos contratos celebrados.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão: 22,8% em alta tensão (AT), 68,1% em média tensão (MT), 3,9% em baixa tensão especial (BTE) e 5,2% em baixa tensão normal (BTN).

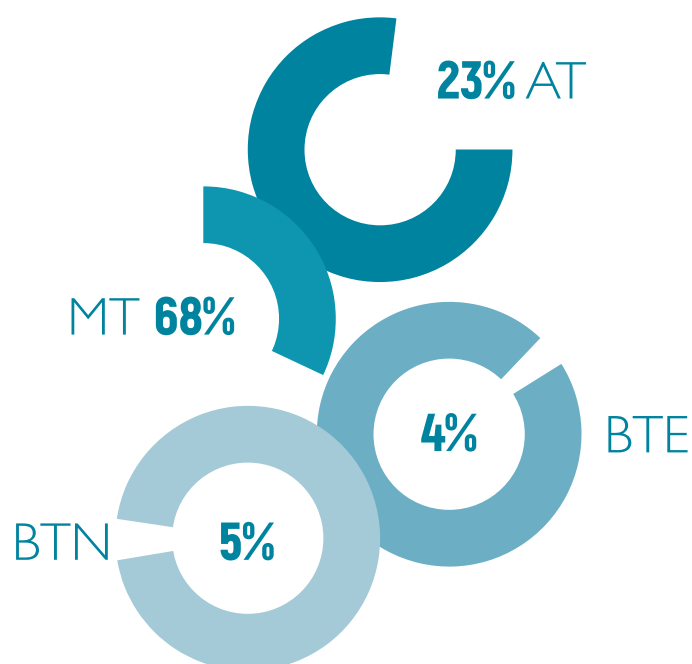


Figura 13 – Consumo da RESP do Grupo AdP em 2022

No ano 2022 merece ainda destaque a produção própria de energia – 100% renovável –, seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2022 apontam para uma produção de 38,51 GWh/ano (+5,2% face a 2021). O autoconsumo foi de 27,31 GWh (+3,8% do que em 2021) e a energia vendida à RESP totalizou 11,20 GWh (+8,6% do que em 2021).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2022 foi de 709,34 GWh, que representa uma variação de +0,6% do que em 2021, em que o saldo foi de 705,43 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP atingiu 5,1% do seu consumo total de energia (em 2021 foi de 4,9%).

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.319 toneladas, o que representa uma diminuição de 359 toneladas evitadas face a 2021 (-4,1%). Importa referir que o fator de emissão de 2021 foi revisto de 0,218 kg CO₂/kWh para 0,237 kg CO₂/kWh, com base na metodologia habitualmente aplicada.

Em termos nacionais e relativamente a 2022, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em consumos de energia elétrica quer em pontos de ligação.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2022, 6.679 pontos de ligação à RESP (9 em alta tensão, 1.041 em média tensão, 398 em baixa tensão especial e 5.231 em baixa tensão normal), o que representa um aumento de +2,5% face a 2021 (+166 pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.470 registaram consumos durante o ano de 2022, representando 96,9% dos ativos (+1,1% que em 2021).

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2023) deverá atingir em 2022 cerca de 32 milhões de euros (-48,8% do que em 2021), que corresponde a cerca de -30,3 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado da forte descida das TAR.

Os encargos do Grupo AdP associados à fatura com a energia elétrica pelos níveis de tensão distribuem-se da seguinte forma: 16,2% em AT, 54,2% em MT, 6,3% em BTE e 23,3% em BTN.

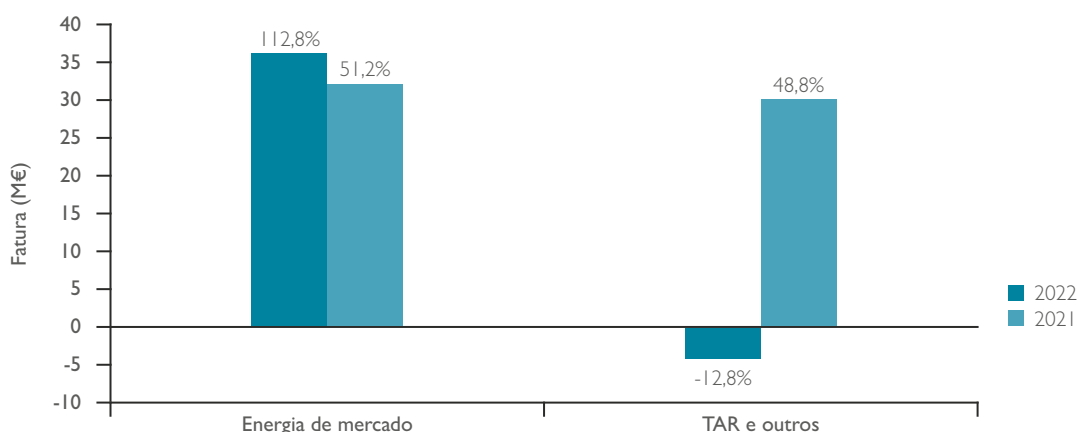


Figura 14 – Peso relativo da energia e da TAR na composição da fatura de energia do Grupo AdP em 2022

Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2022 foi cerca de 44,07 €/MWh (foi de 86,72 €/MWh em 2021). E os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 49,32 e 44,36 €/MWh, para 2022 e 2021.

Para o ano de 2023 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 30 de junho de 2023 para os abastecimentos em AT, MT, BTE, no regime liberalizado enquanto os abastecimentos em BTN foram migrados o regime regulado, com início a 1 de janeiro de 2023).

O valor médio deverá situar-se em torno dos 202,2 €/MWh (versus 57,38 €/MWh em 2022 e 86,60 €/MWh em 2021), representando um aumento face a 2022 de +252%, maioritariamente influenciado pela subida do preço da energia de mercado, ainda que contrabalançado pela descida acentuadas das TAR, estimando-se que venha a representar um aumento que representa um aumento do preço médio de energia elétrica do Grupo AdP entre 2023 e 2021 de +134%.

Os valores estimados para 2023 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que todas as alterações no perfil de carga/consumo terão efeitos, num ou noutro sentido no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2022, os 131 veículos 100% elétricos (+3 que em 2021) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,0 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 172 mil litros de combustíveis de origem fóssil o que representa uma redução de 582 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,5% (-84,75 tep), e o consumo elétrico foi de 291 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -394 toneladas (-86,2%).

No ano 2022 a frota automóvel do Grupo AdP (1.436 veículos) consumiu cerca de 2,92 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de +4,4% face a 2021 – ano em que foram consumidos 2,80 milhões - e uma variação de +17,4% face a 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19 (onde se consumiram 2,5 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 8.011 l/dia (em 2021 o consumo médio diário foi de 7.676 l/dia, tendo sido de 6.803 l/dia em 2020).

O consumo de combustíveis em 2022 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,9 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +27,1% face a 2021 (3,0 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +62,4% face a 2020 (2,4 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético – entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero - e comparando os valores de dezembro de 2022 com os valores de dezembro de 2021, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 11,5 cents/l (+7,3%) para o gasóleo e uma redução de 4,5 cents/l (-2,6%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +35,4% no gasóleo e de +21,4% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2022 cerca de 38,3 milhões de km (o que representa cerca de 955 vezes o perímetro da Terra).

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será fortemente reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que irá ocorrer ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,

- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP - enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2022 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um *mix* integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (até 2025 e até 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 - Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo AdP tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo AdP. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que

orientar e suporta a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2023, será implementado um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

1.4. CONTEXTO REGULATÓRIO

Em 2022, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2022, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se, igualmente, pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2022, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2022, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2022, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta Recomendação Tarifária dos Serviços de Águas e a consulta pública relativa à proposta de Recomendação sobre águas para reutilização.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, trabalho esse que se perspetiva que se conclua até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

ADDP – ATIVIDADE EM “ALTA”

A AdDP é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de abastecimento público de água em “alta”.

As tarifas em “alta” praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a AdDP as tarifas encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas com base na taxa de inflação (IHPC).

Com o processo de agregação dos sistemas, em 2015 foi criado um mecanismo de corretor tarifário, a componente tarifária acrescida (CTA), que veio a ser reforçado nos processos de cisão ocorridos em 2017. Estes mecanismos estão atualmente estabelecidos entre os sistemas do litoral e do interior. A CTA do primeiro período tarifário ficou estatuída via diplomas de constituição dos sistemas beneficiários, sendo a sua atualização monitorizada pela ERSAR.

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifários a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2022, a tarifa e a CTA aplicadas na faturação, pela AdDP, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2022, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 2,18%.

O diploma constituinte da AdDP estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da AdDP, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2022 estavam registados nas contas cerca de 63,2 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrentes da atividade da AdDP. Aguarda-se decisão da ERSAR sobre a validação do DRG bruto, de natureza superavitária, decorrente da atividade do ano 2022, e registado em demonstração de resultados (13,3 milhões de euros).

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A AdDP está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2023, o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AdDP, disponível em <https://www.addp.pt/dados.php?ref=qualidade-servico>.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A AdDP que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a AdDP deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

Em 2022, no cumprimento da legislação, a AdDP implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AdDP são, também incluídos, no RASARP.

Em setembro de 2022, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi divulgado pela ERSAR.

REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

A AdDP está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a AdDP dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Em 2022 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 100%. Este valor corresponde a manutenção face ao verificado nos últimos anos.

2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A Águas do Douro e Paiva, S.A., enquanto empresa concessionária responsável pela construção, gestão e concessão do sistema municipal de abastecimento do sul do Grande Porto, tem como missão gerir o sistema de abastecimento de água em alta, garantindo a eficiência, a fiabilidade, a qualidade do serviço, a segurança do produto e o respeito pelos valores sociais e ambientais mais elevados.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas empresas que integram o Grupo AdP, designadamente pela Águas do Douro e Paiva, S.A. (adiante Empresa).

A atividade prosseguida pela Empresa enquanto instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política setorial a prosseguir, com base na qual as empresas do Grupo AdP, designadamente a Águas do Douro e Paiva, S.A., desenvolvem a sua atividade;
- Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar pelas empresas do Grupo AdP, designadamente pela Águas do Douro e Paiva, S.A. no exercício da respetiva atividade operacional;
- Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas do Grupo AdP, e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. estão, ainda, sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. deverá:

- a) Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f) Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;;
- g) Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- h) Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

I. **Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais**, nomeadamente:

- I.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;

- I.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - I.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
2. **Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor** em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2. Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3. Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. **Sensibilização para a globalidade dos custos** incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos **ambientais**, tendo em vista:
 - 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
4. **Promoção do desenvolvimento regional**, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 4.1. Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.2. Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - 4.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. **Elevar os níveis de eficiência e consistência**, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 5.2. No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. **Assegurar as boas práticas na gestão de ativos**, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 6.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - 6.2. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - 6.3. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - 6.4. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. **Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do Grupo AdP** em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

3. NEGÓCIO

A Águas do Douro e Paiva celebrou, a 22 de fevereiro de 2017, um Contrato de Concessão com o Estado Português, tendo ficado concessionária, pelo período de 20 anos, do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto.

Cabe à empresa a conceção, construção e gestão do sistema de captação, tratamento e adução de água “em alta”, em regime de exclusividade, a 20 Municípios, simultaneamente Acionistas e Clientes, onde residem cerca de 1,8 milhões de habitantes: Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Valongo e Vila Nova de Gaia.

São também clientes do sistema os Municípios de Penafiel e de Vale de Cambra.

O sistema de abastecimento em funcionamento, com 8 captações de água (rios Douro, Paiva, Ferro e Vizela, Ferreira, Ovil e captação subterrânea em Ovar), desenvolve-se ao longo de cerca de 508 km de condutas e inclui 5 estações de tratamento de água, 15 estações de cloragem/recloragem, 28 estações elevatórias e 37 reservatórios.

O volume de água anual distribuído pelos clientes atingiu o valor total de 99 milhões de metros cúbicos.

A tarifa praticada durante o ano 2022 foi de 0,3576 €/m³.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro e do Contrato de Concessão, foi cobrada a Componente Tarifária Acrescida (CTA), a pagar à Águas do Norte, S.A., no valor de 0,0777 €/m³. Em termos globais a CTA ascendeu a cerca de 7,7 milhões de euros.

Mesmo considerando a CTA, a tarifa praticada é uma das mais baixas a nível nacional (0,4353 €/m³). O montante total das vendas ascendeu a 35,5 milhões de euros.

O Sistema de Gestão da empresa, certificado externamente, define as Políticas Empresariais, os Objetivos Estratégicos e Setoriais, os indicadores de desempenho e todos os procedimentos que garantem a integral conformidade com a legislação e com os requisitos normativos, bem como a melhoria contínua do desempenho da organização nas três vertentes da sustentabilidade: económica, social e ambiental.

Este Sistema de Gestão permite, assim, assegurar a otimização dos processos, procurando garantir a eficiência, a qualidade do serviço, a segurança do produto, a fiabilidade do fornecimento, o uso eficiente e sustentável dos recursos, a minimização dos impactes ambientais e riscos de segurança, bem como a prevenção da poluição e dos acidentes.

Além da sua atividade principal, a AdDP exerce, ainda, a atividade de oferta de rede e serviço de comunicações eletrónicas, rentabilizando a rede de fibra ótica instalada ao longo das condutas do sistema adutor.

3.1. ATIVIDADE OPERACIONAL

3.1.1. PRINCIPAIS INDICADORES

DIMENSÃO DO SISTEMA	2020	2021	2022
Número de municípios abastecidos	22	22	22
Comprimento total condutas (km)	501	501	508
Reservatórios (n.º)	37	37	37
Estações elevatórias (n.º)	27	27	28
Estações de tratamento de água (n.º)	5	5	5

INDICADORES ATIVIDADE	2020	2021	2022
Água captada (milhões m³)	103,4	100,7	102,2
Água faturada (milhões m³)	100,6	98,0	99,3
Consumo de reagentes (t)	3,0	2,9	2,7
Consumo total de energia (GWh)	108,6	107,2	105,2
Produção de lamas (t)	1 896	1 746	1 415
Qualidade da água (%)	99,9%	99,9%	99,9%
Ocorrência de falhas no abastecimento (n.º/ponto entrega/ano)	0	0	0
Ocorrência de avarias em condutas (n.º/100 km)	2,2	1,2	1,6

RÁCIOS OPERACIONAIS	2020	2021	2022
Reagentes / Volume faturado (kg/m³)	0,030	0,030	0,027
Energia / Volume faturado (kWh/m³)	1,072	1,087	1,060
Lamas / Volume faturado (kg/m³)	0,019	0,018	0,014
Reagentes / Volume faturado (€/m³)	0,005	0,005	0,005
Energia / Volume faturado (€/m³)	0,092	0,073	0,029
Lamas / Volume faturado (€/m³)	0,001	0,001	0,001
Cash-cost (€/m³)	0,18	0,17	0,14

3.1.2. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

O sistema de produção e de abastecimento de água da AdDP encontra-se estruturado em três unidades operacionais e geográficas – Lever, Vale do Sousa e Baixo Tâmega.

Os subsistemas de Lever e do Vale do Sousa estão ligados entre si pela conduta adutora Ramalde – Galegos.

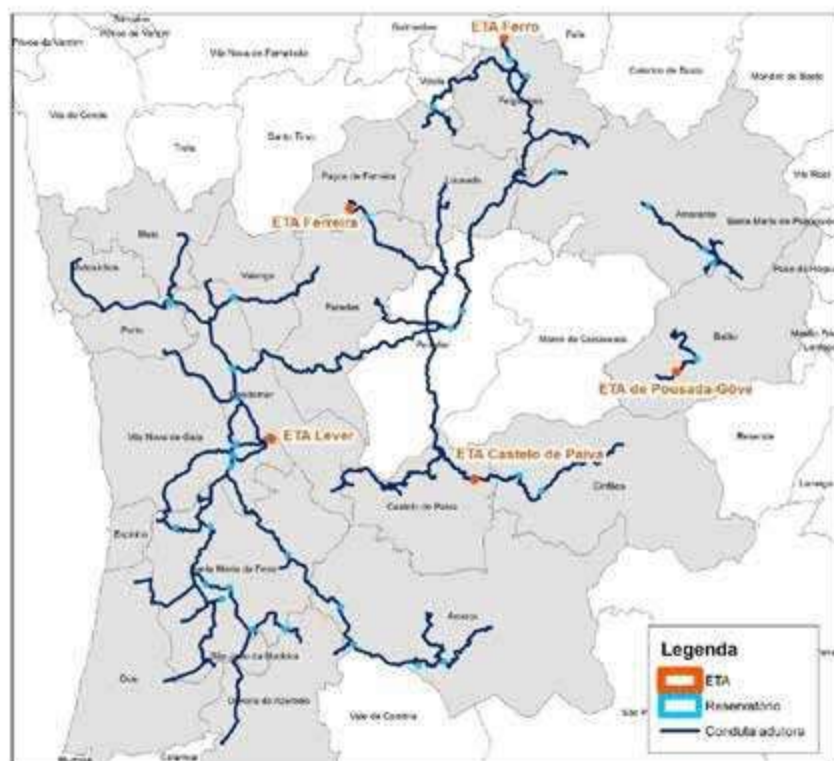


Figura 15 – Sistema de abastecimento de água da AdDP

O Subsistema de Lever encontra-se dividido em dois Setores:

- o Setor Norte abastece Porto, Matosinhos, Maia, Gondomar, Valongo e parte do Município de Paredes, Municípios que, no seu conjunto, consomem cerca de 52% do volume total de água distribuído pela AdDP, e
- o Setor Lever Sul abastece os Municípios de Vila Nova de Gaia, Espinho, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Ovar, Arouca e Vale de Cambra. É responsável por 33% dos consumos.

A principal origem de água deste subsistema é o rio Douro, através de três captações distintas localizadas em Lever: a captação superficial e as captações de Lever Montante e de Lever Jusante. A água captada superficialmente é, depois, tratada na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Lever.

A AdDP integrou, em 2011, no seu sistema a captação subterrânea do Carregal, em Ovar, pelo que parte da água distribuída neste Município tem origem nesta captação.

O subsistema do Vale do Sousa abastece os Municípios de Amarante, Castelo de Paiva, Cinfães, Lousada, Felgueiras, parte do Município de Paredes, Paços de Ferreira e Penafiel. É responsável por 14% dos consumos.

As origens de água deste subsistema incluem os rios Ferro e Vizela (ETA do Ferro), o rio Paiva (ETA de Castelo de Paiva), o rio Ferreira (ETA do Ferreira) e o rio Douro (através da conduta adutora Ramalde – Galegos).

Em emergência a adutora Ramalde-Galegos poderá funcionar no sentido inverso, abastecendo parte do Subsistema de Lever.

O subsistema do Baixo Tâmega é responsável pelo abastecimento ao Município de Baião, com origem de água no rio Ovil e respetivo tratamento efetuado na ETA de Pousada – Gôve. É responsável por 0,4% dos consumos.

Em 2022, a AdDP abasteceu com normalidade os 20 Municípios utilizadores do Sistema, bem como os Municípios de Vale de Cambra e Penafiel, clientes da empresa.

O volume global de água distribuída foi de 99.282.034 m³, salientando-se o número baixo de roturas em condutas, a fiabilidade das instalações afetas ao sistema em exploração e as redundâncias que integram este sistema.

Na figura seguinte apresenta-se a evolução mensal da água distribuída.

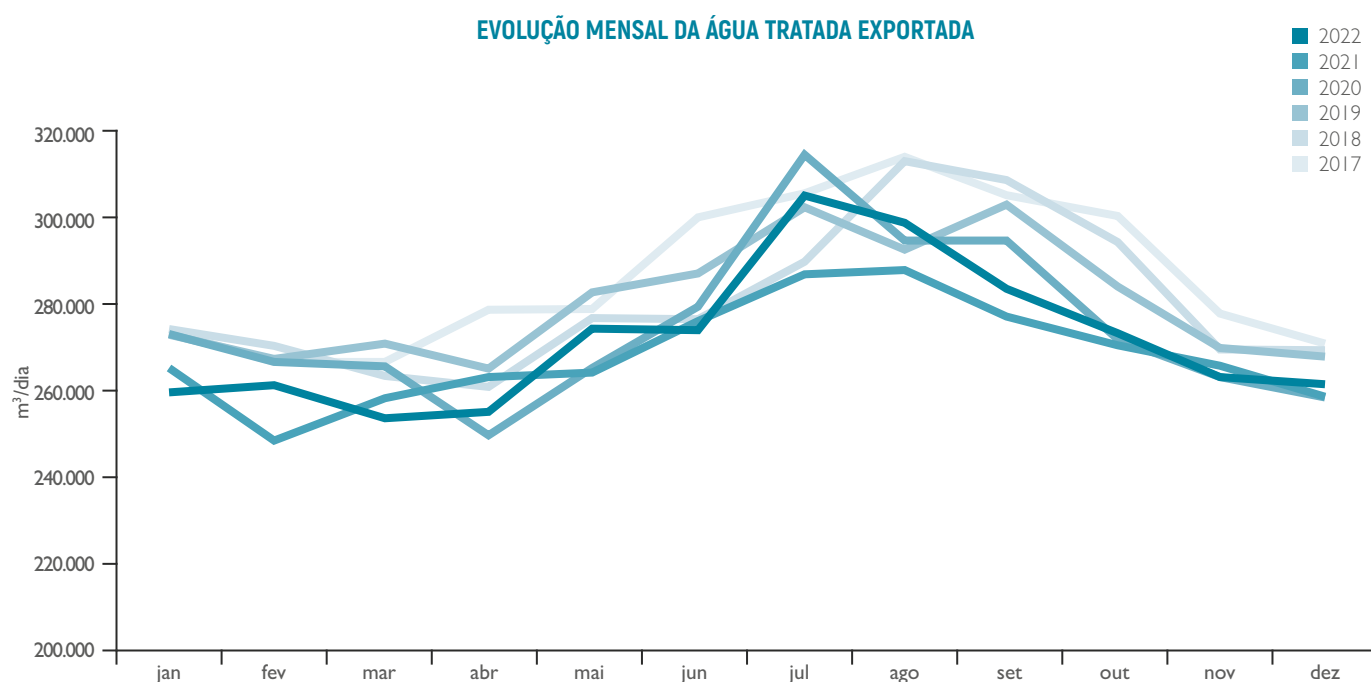


Figura 16 – Evolução mensal da água distribuída

Numa análise ao consumo anual constata-se que os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Maia, Santa Maria da Feira e Valongo são responsáveis por cerca de 76% do volume global de vendas da AdDP.

O Município do Porto representa cerca de 21% do volume global e os Municípios de Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Gondomar cerca de 18%, 12% e 8%, respetivamente.

ÁGUA TRATADA EXPORTADA EM 2022

MILHARES M³

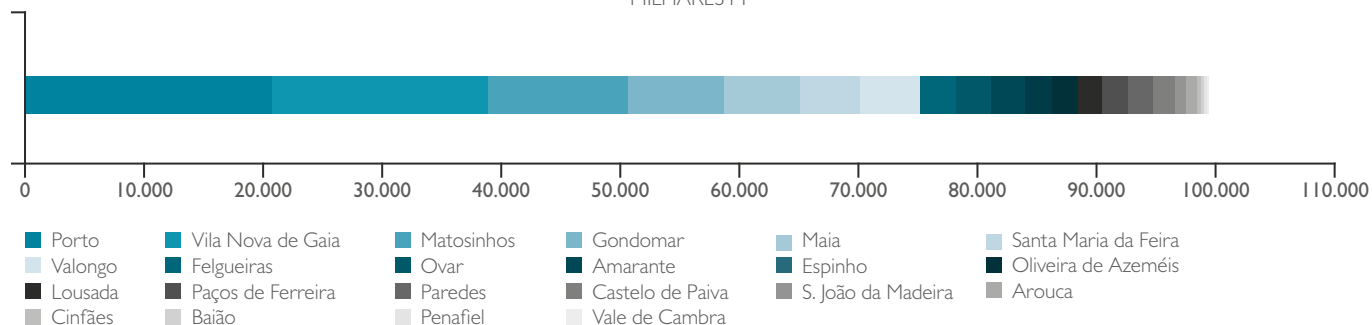
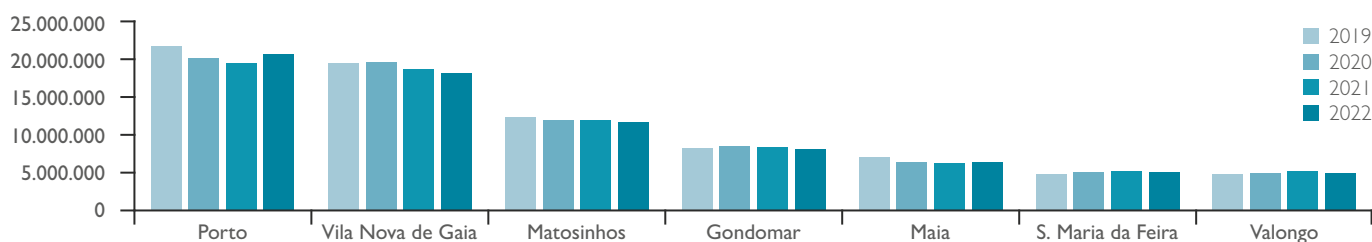


Figura 17 – Água tratada exportada em 2022

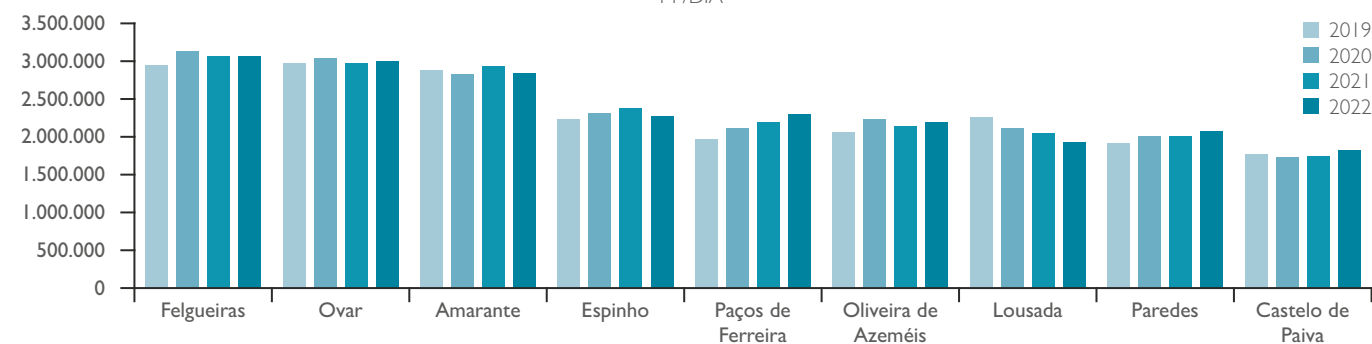
EVOLUÇÃO DA ÁGUA TRATADA EXPORTADA POR MUNICÍPIO

M³/DIA



EVOLUÇÃO DA ÁGUA TRATADA EXPORTADA POR MUNICÍPIO

M³/DIA



EVOLUÇÃO DA ÁGUA TRATADA EXPORTADA POR MUNICÍPIO

M³/DIA

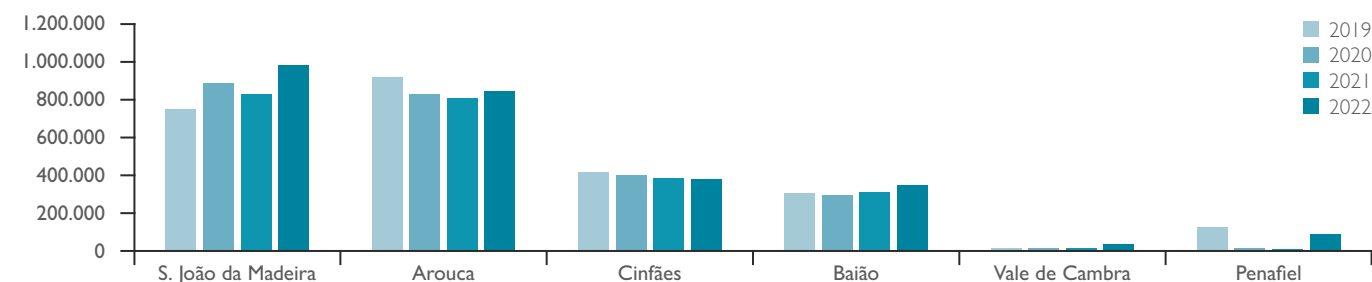


Figura 18 – Evolução da água tratada exportada por Município

TABELA 2 – VOLUMES DISTRIBUÍDOS POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIO	VOLUME DISTRIBUÍDO (M³)			VARIAÇÃO 22/21
	2020	2021	2022	
Porto	20 136 184	19 327 487	20 717 777	7,2%
Vila Nova de Gaia	19 672 849	18 562 566	18 175 463	-2,1%
Matosinhos	11 923 999	11 776 534	11 687 777	-0,8%
Gondomar	8 479 205	8 214 710	8 063 449	-1,8%
Maia	6 376 503	6 189 881	6 448 807	4,2%
Santa Maria da Feira	5 029 219	5 048 631	5 081 909	0,7%
Valongo	5 001 958	5 045 255	4 929 908	-2,3%
Felgueiras	3 125 064	3 061 034	3 062 407	0,0%
Ovar	3 033 137	2 970 724	2 991 800	0,7%
Amarante	2 827 957	2 934 759	2 843 387	-3,1%
Paços de Ferreira	2 106 214	2 186 433	2 296 511	5,0%
Espinho	2 303 512	2 378 744	2 266 253	-4,7%
Oliveira de Azeméis	2 236 962	2 143 663	2 190 656	2,2%
Paredes	2 009 610	2 002 959	2 072 518	3,5%
Lousada	2 112 611	2 043 697	1 923 015	-5,9%
Castelo de Paiva	1 727 660	1 747 366	1 821 844	4,3%
S. João da Madeira	892 200	829 572	981 680	18,3%
Arouca	835 591	812 400	849 971	4,6%
Cinfães	410 035	387 416	384 436	-0,8%
Baião	302 994	319 753	351 161	9,8%
Penafiel	23 300	6 017	96 746	1507,9%
Vale de Cambra	22 250	25 813	44 559	72,6%
	100 589 014	98 015 414	99 282 034	1,3%

A análise da evolução dos consumos permite retirar as seguintes conclusões:

- Em 2022 o volume de água vendido foi, em média, de 272 mil m³/dia, 3,5% abaixo do orçamentado e 1,3% acima de igual período de 2021.
- 8 dos 22 clientes da AdDP apresentaram, em 2022, uma diminuição do consumo face a 2021. Destacam-se os Municípios de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Espinho, Lousada e Valongo que, em conjunto, representam quase totalidade desta diminuição.
- Dos clientes que evidenciaram aumento de consumo face ao ano anterior, salientam-se Porto, Maia, S. João da Madeira e Paços de Ferreira, quando se comparam volumes totais anuais.

Em 2022 a AdDP captou 102 milhões de m³ de água, o que corresponde a uma média diária de 280 mil m³.

A AdDP tem em funcionamento 8 captações com produções de água diárias distintas. As principais captações são a captação superficial da ETA de Lever e a captação de Lever Montante. Em 2022, a água com origem nestas duas instalações representou cerca de 85% do total de água captada.

A ligação da captação dos poços subaluvionares de Lever Montante à ETA de Lever permite que parte da água captada nestes poços siga para a ETA. A integração das duas componentes produtivas permite uma exploração do Complexo de Lever mais flexível e económica, bem como a garantia de padrões elevados da qualidade da água captada.

A produção de água para abastecimento da região do Vale do Sousa é assegurada, maioritariamente, pela ETA de Lever e pela ETA de Castelo de Paiva. A ETA de Castelo de Paiva produziu cerca de 5 milhões de m³ em 2022, e a ETA de Lever forneceu a este subsistema cerca de 8,3 milhões de m³.

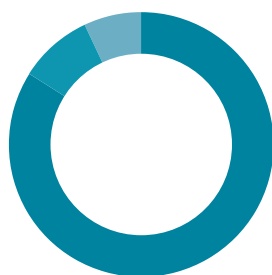
O Complexo do Vale do Sousa conta, ainda, com a capacidade de produção da ETA do Ferro e da ETA do Ferreira.

Tendo em conta a diversidade de origens possíveis para abastecimento aos municípios do Vale do Sousa, e depois das conclusões retiradas de um estudo sobre o melhor regime de funcionamento para as ETA do Vale de Sousa, a forma de funcionamento no Vale do Sousa é a que a seguir se descreve.

No verão, a ETA do Ferreira permanece parada e procede-se ao arranque da ETA do Ferro, reforçando o abastecimento de água às linhas do Vale do Sousa - Norte e Vale do Sousa - Tâmega que, nesse período, veem aumentar fortemente as necessidades de água. No final do verão, a ETA do Ferro é retirada de serviço e coloca-se em funcionamento a ETA do Ferreira, ganhando-se uma redundância parcial à ETA de Castelo de Paiva, necessária nos momentos de elevada precipitação e consequente subida da turvação no rio Paiva. Em 2022, devido às obras de reabilitação previstas para a ETA do Ferreira, esta instalação continuou fora de serviço, após o Verão, mantendo-se em funcionamento a ETA do Ferro.

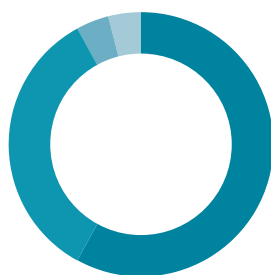
O subsistema do Baixo Tâmega (Baião) é totalmente abastecido pela ETA de Pousada – Gôve.

SUBSISTEMA DE LEVER VOLUMES PRODUZIDOS POR ORIGEM



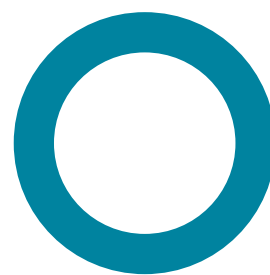
ETA Lever **83,5%**
Lever jusante **9,4%**
Lever montante **7%**
Captação do Carregal **0,1%**

SUBSISTEMA VALE DO SOUSA VOLUMES PRODUZIDOS POR ORIGEM



Complexo Lever - VS **58%**
ETA Paiva **34%**
ETA Ferreira **4%**
ETA Ferro **4%**

SUBSISTEMA BAIXO TÂMEGA VOLUMES PRODUZIDOS POR ORIGEM



ETA Pousada - Gôve **100%**

Figura 19 – Volumes produzidos em 2022, por origem

Importa referir as condições de grande seca que se registaram em 2022, sobretudo no Vale do Sousa.

Em Portugal, e de uma forma geral, o ano de 2022 caracterizou-se por um ano de seca grave e na AdDP o impacto foi muito significativo no Vale do Sousa. Os rios Paiva, Ferreira e Ovil atingiram valores de disponibilidade hídrica mínimos e a qualidade da água na origem obrigou à tomada de medidas com impacto significativo na organização. Não se registaram restrições ao abastecimento, mas estão a ser estudadas medidas que permitam mitigar o impacto caso situações semelhantes venham a ocorrer no futuro.

Durante o ano 2022, no sentido de aumentar a fiabilidade do sistema em exploração, foram introduzidas melhorias que se revelaram de grande eficácia operacional, sendo de destacar as seguintes:

OTIMIZAÇÃO DA LAVAGEM DOS FILTROS COCODAFF NA ETA DE LEVER:

Tendo em vista diminuir as perdas de meio filtrante – antracite, foi desenvolvido um trabalho de estágio por uma aluna do ensino superior. As propostas apresentadas foram implementadas na programação da lavagem dos filtros. Os resultados obtidos garantem a mesma eficácia de lavagem e a perda de meio filtrante diminuiu consideravelmente, o que se traduz em poupança para a empresa. De facto, a perda de antracite provoca o desgaste dos equipamentos das lamas e obriga à limpeza periódica dos resíduos acumulados nos tanques e a sua deposição em aterro.

DRAGAGEM COM REMOÇÃO DE SEDIMENTOS NA ENVOLVENTE AOS POÇOS DE CAPTAÇÃO DE LEVER:

Este projeto, previsto há alguns anos, foi finalmente implementado em 2022. Consistiu na aspiração de um metro de espessura de sedimentos na zona envolvente aos poços de captação de Lever, numa área aproximada de 95.000 m². O serviço foi efetuado com recurso a uma draga de sucção e os sedimentos foram depositados fora da zona envolvente, a jusante, numa zona mais profunda do rio Douro. O resultado correspondeu às expectativas, pois, para além de aumentar a produtividade das captações subaluvionares e melhorar o desempenho energético de Lever, permitiu que, em 2022, os teores de manganês na água distribuída baixassem para valores semelhantes aos de anos anteriores a 2016.

REABILITAÇÃO DA ETA DO FERRO:

A ETA do Ferro foi alvo de uma intervenção significativa com reabilitação das infraestruturas e atualização de equipamentos, modernizando a instalação e tornando possível o funcionamento de forma contínua ao longo do ano.

NOVA ORIGEM DE ÁGUA EM BAIÃO:

Com a necessidade de alargamento do abastecimento de água no concelho de Baião, e devido às condições de baixa disponibilidade hídrica do rio Ovil, está a ser construída uma nova origem para o abastecimento ao município de Baião, a partir do rio Douro. A conduta de ligação à ETA de Pousada – Gôve está concluída, faltando agora a construção da captação do Abelhal e a conclusão da EE intermédia. Esta nova origem vai permitir um acréscimo de água significativo, aumentando a resiliência do abastecimento a Baião.

No que respeita à rede adutora, importa mencionar as intervenções que se apresentam seguidamente:

- Substituição da tubagem da compressão da EEI de Jovim, que se encontrava com um nível de corrosão generalizado com várias zonas pouco espessas, onde o risco de fuga era iminente. A nova tubagem garantirá durabilidade e fiabilidade ao circuito de compressão;
- Trabalhos de impermeabilização da cobertura no reservatório de Quinta do Tapado (Penafiel), para resolução de problemas de infiltrações e escorrências com desgaste prematuro de equipamentos e instalação elétrica;
- Empreitada de reabilitação do revestimento das células do reservatório de Duas Igrejas (célula 1), face à evolução das patologias do revestimento interior deste reservatório, teve início no 3º trimestre do ano a respetiva obra de reabilitação, tendo ficado concluídos os trabalhos relativos à 1ª célula;
- Substituição do caudalímetro do PE de Formiga Ermesinde, para garantir a sua fiabilidade; foram também alterados os circuitos hidráulicos das caixas de visita por tubagens em aço inox, reduzindo os diâmetros e melhorando a precisão da medição de caudal;
- Substituição da tela de cobertura da EE da Feiteira, devido ao facto de já ser notório o aparecimento de água em vários pontos deste sistema de impermeabilização, nomeadamente na sala dos transformadores;
- Novos pontos de entrega (PE) do município de Lousada. Ainda no 1º trimestre de 2022 entrou em funcionamento a obra de extensão de rede adutora, com aproximadamente 7 km, e três novos PE a Lousada, Lodares 2, Boim e Mós. Infraestruturas que permitiram um reforço da fiabilidade de abastecimento aquele Município;
- Execução de caseta no reservatório de Escariz, no exterior da EE com o objetivo de colocar a cloragem nesta nova sala e a existente passará a alojar os novos variadores de velocidade e os quadros elétricos de forma a evitar os efeitos do cloro nestes componentes mais sensíveis;
- Execução de caseta no exterior do reservatório da Abelheira e beneficiação interior da câmara de manobras, devido à existência de uma cloragem no interior da câmara de manobras do reservatório da Abelheira provoca a degradação acelerada dos gradis, dos quadros elétricos e demais acessórios. Posteriormente, será necessária a substituição dos gradis, substituição de acessórios, beneficiação do pavimento e pinturas;
- Substituição dos atenuadores acústicos nas estações elevatórias de Seixo Alvo, S. João de Ver e S. Vicente Louredo, já que estes equipamentos, com cerca de 15 anos, apresentavam um elevado grau de degradação e corrosão, diminuindo o seu desempenho, podendo colocar em causa o cumprimento das normas de emissão de ruído para o meio ambiente;

- Impermeabilização interior de uma célula do reservatório da Abelheira. No âmbito das atividades internas de operação e manutenção desta instalação, constatou-se que uma das células apresentava uma fuga de água cuja dimensão justificava a sua reparação. Tendo em consideração a capacidade de armazenamento do reservatório, considerou-se pertinente a realização de uma impermeabilização com recurso a uma solução de telas à base de resinas de policloreto de vinilo para contato com água potável. Se esta nova tecnologia se revelar mais eficaz do que as técnicas clássicas de impermeabilização, poderá ser replicada em instalações de idêntica dimensão e que também necessitem de reabilitação da impermeabilização das células;
- Reabilitação da cloragem do Carregal. Os trabalhos consistiram na beneficiação e pintura da construção civil, da caseta e das bacias de retenção dos reagentes. Foram também reabilitadas as caixas de visita que apresentavam degradação provocada pela ação dos reagentes, tendo-se efetuado o tratamento dos pontos mais frágeis das tubagens e posterior pintura melhoria das condições de acesso em segurança ao interior das caixas de visita. Foram ainda substituídas as bombas doseadoras existentes por outras mais eficientes;
- Substituição de ventosas da adutora Lever-Lagoa. Estes órgãos de segurança apresentavam um crescente grau de deterioração que se materializava em fugas de água com uma dimensão já considerável e que algumas dessas fugas não eram de fácil deteção, uma vez que grande parte desta conduta está instalada em locais não pavimentados e de difícil acesso;
- Beneficiação da CVI 60 da adutora Lever-Lagoa. Os trabalhos consistiram no tratamento dos pontos mais frágeis das tubagens e posterior pintura, criação de condições de acesso em segurança tanto ao interior da CV como no seu interior às tubagens e acessórios. Foi ainda pintada a parte interior e exterior da caseta de apoio a esta caixa de visita.

REMODELAÇÃO DOS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO DAS EE E RESERVATÓRIOS DA ADDP

A grande maioria das estações elevatórias e reservatórios da AdDP está em funcionamento desde o arranque do sistema multimunicipal, ou seja, há cerca de 22 anos. Os quadros elétricos de comando destas instalações e respetivos autómatos são, maioritariamente, os equipamentos de origem, pelo que se encontram obsoletos. Acresce, ainda, o facto de ser cada vez mais difícil encontrar no mercado peças de substituição e os prazos de entrega, bem como os preços estarem a aumentar, consecutivamente, ao longo dos últimos anos.

Tendo em conta estas contingências, a AdDP continuou a implementar, no terreno, o plano estratégico de renovação do parque de autómatos em funcionamento nestas infraestruturas, tendo, em 2022, reabilitado as instalações de EE S. Vicente de Louredo, RR Abelheira, EE Feiteira, PE Forcada, RR Alto Marquinho, RR Visalto, PE Rebordosa, EC Compostela e Largo Santo.

Estas beneficiações permitiram, também, rever e otimizar os processos de cada instalação, nomeadamente, com adição de novos modos de funcionamento em automático, colocação de consolas atualizadas para monitorização e controlo no local, e contabilização individual do consumo de energia por grupo de bombagem.

REMODELAÇÃO DOS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA

A AdDP conta na sua rede com uma quantidade assinalável de quadros elétricos de rua, distribuídos pelos pontos de entrega de água, aos municípios acionistas, e pelas caixas de visita, seccionamento, descarga e ventosas.

Muitos destes equipamentos foram instalados no início da exploração da rede da AdDP e encontram-se obsoletos. No caso específico de alguns autómatos, a sua substituição é urgente, por não serem compatíveis com a evolução, quer da instrumentação, quer das redes de comunicações.

Desta forma foram trocados, pela equipa de automação da AdDP, em 2022, os autómatos dos seguintes pontos de entrega: PE 500, PE 505, PE 510, PE 065, PE 625, PE 655 e PE 660.

Estas beneficiações permitiram, também, rever e otimizar os processos de cada instalação, bem como a substituição de instrumentação obsoleta, nomeadamente transmissores de caudalímetros.

3.1.3. GESTÃO DE LAMAS

Quanto à produção de lamas de clarificação da água, verificou-se uma diminuição do valor global relativamente a 2021, em resultado da diminuição da água captada superficialmente, devido ao aumento da produção de água nas origens subaluvionares (Lever Montante e Lever Jusante), que não produzem lamas.

As lamas de clarificação de água constituem o resíduo produzido em maior quantidade pela AdDP: cerca de 97% da quantidade total de resíduos produzidos. Na ETA de Lever, em 2022, foram produzidas aproximadamente 1,1 mil toneladas de lamas.

Em 2022 manteve-se a política de valorização destas lamas, iniciada há vários anos e que resultou de uma investigação promovida pela AdDP juntamente com o setor universitário, e de uma parceria com uma empresa do setor cerâmico, sendo as lamas produzidas no processo de tratamento da ETA incorporadas no fabrico de telhas. A solução encontrada foi a ambientalmente mais correta, tratando-se de um exemplo prático de “Economia Circular”, representando para a AdDP um custo inferior ao da deposição em aterro.

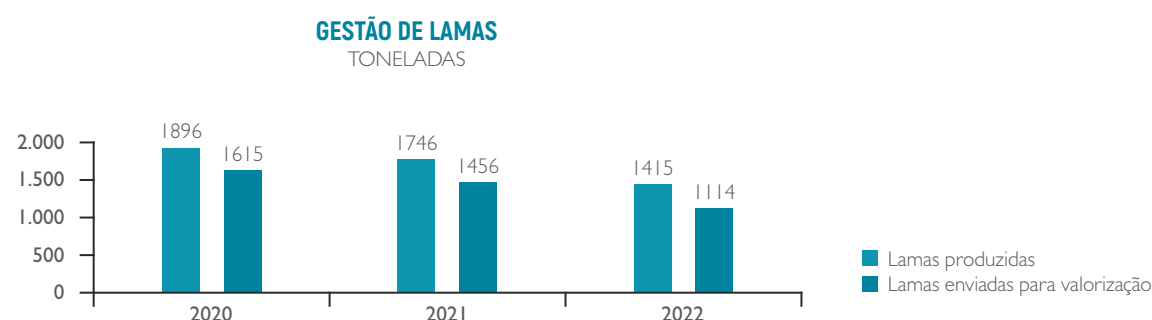


Figura 20 – Gestão de Lamas 2020/2022

3.1.4. GESTÃO ENERGÉTICA

Em 2022 foram consumidos cerca de 105 GWh de energia no sistema de abastecimento de água, com um custo global de aproximadamente 2,9 milhões de euros. Os consumos diminuíram face aos registados no ano anterior.

A AdDP apresenta 12 instalações consumidoras intensivas de energia:

- de acordo com o SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia: 8 instalações com consumos anuais superiores a 500 tep (EE Lever Montante, ETA de Lever, Jovim, Ramalde, Seixo Alvo, S. Vicente de Louredo, Ponte da Bateira e Quinta do Tapado).
- segundo com o Decreto-Lei n.º 68-A/2015: 4 instalações com consumos anuais superiores a 250 tep (EE Lagoa, EE S. João de Ver, EE Vale de Ferreiros e EE de Figueiró).

O conjunto destas 12 instalações é responsável por mais de 94% do consumo global de energia na AdDP.

A empresa manteve, em 2022, a certificação na norma ISO 50001 das cinco instalações já certificadas: ETA de Lever, EE Lever Montante, EE Jovim, EE Ramalde e Captação da Ponte da Bateira.

Em 2022, a AdDP, através do Mercado de Reserva de Regulação (MRR) promovido pela REN (Rede Elétrica Nacional), economizou cerca de 795 mil euros, resultado da poupança nos custos de energia por via da Reserva de Regulação a descer (aumento de consumo) e Reserva de Regulação a subir (diminuição de consumo), resultante da mobilização de cerca de 3.470 MWh.

A AdDP continuou a usufruir do preço extremamente vantajoso de 40 €/MWh de energia nas faturas, o que levou a um decréscimo significativo do custo de energia em 2022, reforçado pelo forte decréscimo das tarifas reguladas no segundo semestre do ano.

Ainda durante este ano, a AdDP deu continuidade à sua aposta na redução da fatura energética com a produção e consumo de energia a partir de fontes renováveis, nomeadamente com a adjudicação do estudo eólico nas imediações da ETA de Pousada.

Foram instaladas três novas unidades de produção de energia para autoconsumo (UPACs), com uma potência instalada de 22 kW e com potencial de produção anual de cerca de 31,2MWh, na ETA de Castelo de Paiva, EE de Vale Ferreiros e EE/ RR de Lagoa, evitando-se a emissão de 33,4 tCO₂ equivalente. A AdDP conta agora com 10 UPACs que, em 2022, produziram 44 MWh.

Além destas UPACs, a AdDP tem 13 centrais de microprodução de origem fotovoltaica, que produziram, em 2022, 50 MWh de energia para venda à rede.

Ainda ao nível da instalação de painéis solares fotovoltaicos, está em fase de construção, a colocação de painéis solares fotovoltaicos no parque de estacionamento do Edifício de Exploração e na EE Lever Montante, cuja produção estimada é de 163,3 MWh. Esta medida constituiu também um requisito apontado na auditoria energética realizada no âmbito do SGCIE

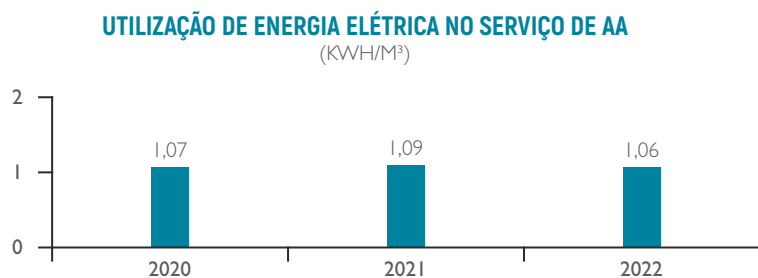


Figura 21 – Utilização de energia elétrica no serviço de AA (kWh/m³)

Em 2022, foram, ainda, realizadas algumas atividades com vista ao aumento da eficiência Operacional e Energética:

- Adaptação de circuitos hidráulicos para substituição de grupos eletrobomba (incremento de eficiência) nas estações elevatórias de Avelal e Sta. Eulália;
- Adaptação de circuitos hidráulicos no reservatório de Figueiró para implementação de modo de funcionamento supressora (incremento de eficiência [kWh/m³] em cerca de 30%);
- Reformulação da ligação “alta - baixa” no ponto de entrega de Penacova, Felgueiras com objetivo de redução dos volumes bombeados para Barrosas na EE Sta. Eulália;
- Relativamente à operação da rede, deu-se continuidade à gestão eficiente da rede adutora, paralelamente ao modelo de Reserva de Regulação, através da manutenção do valor baixo ou quase nulo do consumo em período de hora de Ponta (mais dispendioso) e da minimização do consumo em período de cheias (segundo mais dispendioso), com a consequente transição para os períodos de vazio (mais económico);
- Implementação da visualização operacional e no terreno, da supervisão/sinópticos da rede (tablets), nomeadamente e numa fase inicial, disponível nas equipas das cloragens, permitindo um controlo mais eficaz dos processos de tratamento / desinfeção, nas instalações da rede adutora.

3.1.5. QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

A AdDP considera determinante, para o bom desempenho da sua atividade, a manutenção de elevados níveis de qualidade da água produzida e distribuída.

Ciente do papel e importância para a saúde pública da comunidade em que se insere, a AdDP, implementou um Plano de Segurança da Água (PSA) segundo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). A adoção deste Plano trouxe uma abordagem diferenciada na gestão da qualidade da água, assente na gestão do risco – em detrimento do controlo de fim de linha – e na proteção da segurança da água, em todos os pontos críticos do seu percurso, desde as origens até à torneira do consumidor final, tendo em conta, obviamente, que o abastecimento aos clientes é feito em alta.

Deste Plano fazem parte procedimentos de controlo de rotina e de emergência que visam assegurar a qualidade da água e a continuidade do abastecimento, e que minimizam o risco de a água chegar aos reservatórios municipais em incumprimento dos parâmetros de qualidade legalmente estabelecidos. Estes procedimentos vão para além do estritamente exigido por lei e estão consignados no Sistema de Gestão da AdDP.

No entanto, em seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 152/2017, que altera o regime da qualidade da água para consumo humano, transpondo as Diretivas n.º 2013/51/EURATOM e 2015/1787, em 2021, iniciámos o projeto “Plano de Segurança da Água 3.0”. Este projeto consistiu numa evolução e revisão profunda da avaliação de risco em vigor; à data, de modo a acomodar as novas exigências legais nesta matéria, designadamente a obrigatoriedade do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) ser suportado por uma avaliação do risco a efetuar pela entidade gestora.

Assim, em abril de 2022, instruímos no Portal da ERSAR, para sua apreciação, a nova avaliação de risco da qualidade da água produzida e distribuída pela AdDP. Apreciada a informação submetida, a 9 de agosto de 2022, a ERSAR considerou que o PCQA para o ano de 2023 poderá ser aprovado com a informação da avaliação do risco efetuada pela AdDP, a qual cumpre com os elementos exigidos, considerando que a avaliação de risco apresenta uma metodologia sistemática ao longo do sistema de abastecimento, foram apresentados os dados de monitorização e a lista de parâmetros por tipo de controlo cumpre com os critérios legais aplicáveis.

Dada a relevância do tema, a AdDP participou na “Conferência Internacional para a Segurança da Água”, organizada pelo grupo de especialistas em Planeamento de Segurança da Água da *International Water Association* (IWA). Ao longo de vários dias, peritos internacionais do meio académico e industrial, decisores políticos/autoridades e outras organizações trocaram ativamente, e partilharam, a investigação e o *state-of-the-art* sobre segurança da água, contribuindo com conhecimentos práticos para a implementação/ atualização dos PSA das entidades gestoras. A conferência deu especial ênfase aos recentes avanços no planeamento da segurança da água, tendo sido partilhados conhecimentos, experiências e lições aprendidas por todos os envolvidos em atividades relacionadas com a segurança da água, particularmente importante nestes tempos incertos de mudança climática. Discutiu-se, ainda, a 2ª edição do *Water Safety Plan Manual – Step by step risk management for drinking water suppliers* da OMS / IWA, juntamente com outros desenvolvimentos recentes na temática dos PSA.

Em 2022, no âmbito do programa aprovado pela ERSAR, realizaram-se 10.564 determinações na água tratada. O grau de conformidade da água distribuída foi de 99,92% valor consideravelmente superior a 98,5% (valor de referência da ERSAR para a classificação “Qualidade do serviço boa”).

A tabela que se segue resume os resultados destas determinações e comprova a elevada qualidade da água produzida e distribuída pela empresa.

TABELA 3 – DETERMINAÇÕES NA ÁGUA TRATADA

PARÂMETROS	N. DETERMINAÇÕES	% CONFORMIDADE
Organoléticos	1.240	100 %
Físico-químicos	6.135	99,93 %
Microbiológicos	3.017	99,87 %
Radiológicos	172	100 %
Total	10.564	99,92 %

No entanto, a monitorização da qualidade da água efetuada pela AdDP vai muito para além do estritamente exigido por lei, quer em número de análises, quer no tipo de parâmetros pesquisados, abrangendo todas as fases dos processos, desde a captação, o tratamento, a reserva, a adução e a entrega de água aos clientes.

Ainda na vertente da qualidade do produto, a comunicação com os Clientes é encarada, na AdDP, como um fator decisivo, quer ao nível do Sistema de Gestão, quer ao nível da promoção de um clima de transparência e confiança com os Municípios abastecidos. Para tal, a AdDP realiza periodicamente, com todos os seus Clientes, reuniões para discussão dos resultados analíticos e identificação de eventuais ações melhoria, corretivas e preventivas. Nestas reuniões são entregues os relatórios trimestrais da qualidade da água, que também são disponibilizados ao público no sítio da empresa na internet.

Na reunião periódica de final de 2022, em que se efetuou um balanço da qualidade da água ao longo do ano e perspetivou as atividades para o ano de 2023, aproveitou-se, ainda, para partilhar com os clientes as mais recentes medidas tomadas pela AdDP para eliminar o aparecimento sazonal de manganês na água tratada. Este momento de partilha, contou com a participação e envolvimento extraordinário da Coordenadora do Departamento da Qualidade da ERSAR.

Do mesmo modo, em 2022, com vista a estreitar relações e fomentar uma colaboração mais ativa, promoveu-se uma reunião com a Autoridade de Saúde da Região Norte e encetou-se contacto similar com a Autoridade de Saúde da Região Centro.

A AdDP manteve a sua participação em grupos de trabalho especializados, de entre os quais se destaca a Comissão Especializada da Qualidade da Água da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas.

3.1.6. O SISTEMA DE GESTÃO DA ADDP

A AdDP, assumindo o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços do abastecimento de água e para a concretização das metas nacionais estabelecidas para o setor, coloca o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os acionistas, clientes, colaboradores, concedente, fornecedores, comunidade e demais partes interessadas.

Consciente do seu papel como instrumento de desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere, a empresa assume ainda a promoção da proteção do meio ambiente e a sua valorização junto da comunidade.

É neste contexto que, o Sistema de Gestão (SG) da AdDP se encontra certificado nos referenciais normativos:

REFERENCIAL

ISO 9001	Qualidade
ISO 14001	Ambiente
ISO 45001	Segurança e saúde
SA 8000	Responsabilidade Social
ISO 50001	Energia
ISO 55001	Ativos
NP 4552	Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal

Para avaliar a conformidade e detetar oportunidades de melhoria no SG, a SIMDOURO mantém um Programa Anual de Auditorias, internas e externas, realizadas por entidades independentes acreditadas pelo IPAC (Instituto Português de Acreditação, I.P.).

O desempenho e a conformidade do SG e dos vários processos são reportados periodicamente ao Conselho de Administração e, anualmente, é efetuada a revisão global do SG e estabelecidos novos objetivos e metas.

Em 2022 foram realizadas as auditorias externas de certificação, por entidade certificadora, e obtidas as renovações das certificações nas normas de Qualidade (ISO 9001:2015), Ambiente (ISO 14001:2015), Segurança e Saúde (ISO 45001:2018), Responsabilidade Social (SA 8000), Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (NP4552:2016), Ativos (ISO 55001:2014), cuja fronteira abrange todas as estações elevatórias e Energia (ISO 50001:2018), cuja fronteira abrange o Complexo de Lever e três estações elevatórias: EE de Jovim e EE de Ramalde, em Gondomar, e a EE da Ponte da Bateira, em Castelo de Paiva.

A manutenção das certificações anteriores constituiu o reconhecimento do forte compromisso da AdDP com a sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água, e permite evidenciar, junto dos clientes, acionistas e restantes partes interessadas, que as políticas, valores e as melhores práticas internacionais de gestão estão eficazmente implementadas na organização, garantindo a eficiência, a fiabilidade, a qualidade do serviço, a segurança do produto e o respeito pelos valores sociais e ambientais mais elevados.

No âmbito do projeto *Sustainable Act*, promovido pela Porto Business School, que visa reconhecer o mérito das empresas nacionais que se destacam na adoção de práticas de gestão e na implementação de ferramentas e metodologias de sustentabilidade, foi atribuído à AdDP o Selo PME Sustentabilidade. Trata-se do reconhecimento das boas práticas da AdDP alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e é um incentivo para a prossecução da estratégia de sustentabilidade adotada.

3.1.7. AMBIENTE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A 28 de janeiro de 2022 foi publicado o Decreto-Lei n.º 20/2022, que aprova os procedimentos para identificação, designação, proteção e aumento da resiliência das infraestruturas críticas nacionais e europeias, e que terá, a curto prazo, impacto significativo na AdDP. Conhecedora deste facto, e visando elevar o patamar de proteção, segurança e aumentar a resiliência das suas infraestruturas críticas, a AdDP convidou o Serviço de Informações de Segurança (SIS) a ministrar o módulo avançado do Programa Crítica. O Programa Crítica do SIS pretende contribuir para a melhoria da proteção de Infraestruturas Críticas, Pontos Sensíveis e outras infraestruturas relevantes de sectores de atividade económica em Portugal face a eventuais ameaças terroristas.

Durante 2022, assegurou-se a coordenação da gestão de riscos e emergências, efetuando a investigação dos acidentes e quase acidentes e a realização dos simulacros previstos nas Medidas de Autoproteção aprovadas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Neste contexto, realizaram-se 9 simulacros:

- 8 simulacros de incêndio e evacuação geral, nas instalações da AdDP que têm trabalhadores em permanência, com a participação dos trabalhadores, trabalhadores temporários, prestadores de serviços, fornecedores e visitantes;
- 1 simulacro de falha de energia no Datacenter do Complexo de Lever que visou testar o funcionamento dos sistemas de redundância no fornecimento de energia elétrica e sensibilizar os trabalhadores para a adoção de procedimentos que minimizem o impacto desta mesma situação.

Dada a criticidade que a segurança dos trabalhadores tem na organização, é prestada atenção especial à investigação de todos os acidentes e quase acidentes com ferimentos pessoais, danos materiais, danos de propriedade, fogos e danos no ambiente, ocorridos ou provocados por indivíduos com vínculo à empresa (trabalhadores, prestadores de serviços, estagiários, trabalhadores por conta própria, entre outros) no local, no tempo de trabalho ou no itinerário, bem como aos acidentes ocorridos ou provocados por quaisquer outros indivíduos desde que se verifiquem nas instalações da empresa. Nesta matéria, durante 2022, não ocorreu qualquer acidente grave ou mortal na empresa.

Após dois anos de interregno por causa da pandemia de COVID-19, a AdDP voltou a dedicar dias exclusivos à segurança. Este ano, num modelo inovador e usando estratégias de *gamification*, 35 equipas de trabalhadores, foram desafiadas a responderem a uma emergência e a ultrapassarem obstáculos mecânicos e digitais de modo a conseguirem sair, o mais rapidamente possível, de um *Escape Room*. Para além da consolidação dos conhecimentos, pretendeu-se que esta formação decorresse em ambiente de competição saudável, pelo que os trabalhadores competiram entre si pelo prémio "Campeões da Segurança 2022". No final, o prémio foi atribuído ao grupo com melhor tempo registado e cada elemento recebeu um prémio individual.

Em 2022 manteve-se operacional o programa de coaching individual de ergonomia, denominado Ergocoaching 2.0, cujo objetivo é fornecer aos trabalhadores estratégias individuais para posturas e hábitos mais saudáveis e ergonómicos, que promovem a performance no trabalho.

Visando o diagnóstico, a prevenção e tratamento de lesões e patologias que afetam os pés, de forma a proporcionar a melhoria da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores em contexto laboral, com a utilização permanente de calçado de segurança, mas também a nível pessoal, a AdDP, em parceria com a Associação Portuguesa de Podologia, lançou um projeto piloto de consultas de podologia.

Desenvolveu-se, também, para as infraestruturas da AdDP, um projeto inovador designado "SeeWater - 360 Virtual Reality & Drone Aerial Imaging". Esta inovação, com recurso a levantamentos 360º dos interiores das infraestruturas, bem como a levantamentos aéreos com *drone*, constituiu um avanço significativo na forma de avaliar os riscos e as condições de trabalho das infraestruturas. Este projeto tornou possível visitas virtuais a qualquer infraestrutura da AdDP através do computador, bem como a criação de novos ortofotomapas. Em apenas 3 meses de utilização, foram já contabilizadas 657 visitas remotas às instalações da AdDP.

Este projeto foi apresentado nas XIII Jornadas de Engenharia, promovidas pela AdP Valor. Trata-se de um evento integrador e inclusivo, que reforça a cultura e identidade técnica do Grupo AdP, pela partilha de experiências, de conhecimento e de promoção do trabalho de excelência que os profissionais de cada empresa desenvolvem nas suas áreas de atuação.

A AdDP reconhece que o diálogo no local trabalho é uma componente crítica do desempenho do seu SG. Para reforçar a auscultação e o envolvimento dos trabalhadores, nas mais variadas matérias, existem os seguintes grupos focais:

- A Comissão de Ambiente e Segurança (CAS) que funciona como interface entre a Administração e os trabalhadores relativamente a temas de Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho. Esta Comissão integra dois representantes de todos os trabalhadores (Exploração) e dois representantes da Administração (Técnicos Superiores de Segurança). A função da CAS é, através da emissão de recomendações, contribuir para a prevenção de riscos profissionais, acidentes de trabalho e doenças profissionais, para a promoção da saúde, das condições de trabalho e da formação dos trabalhadores, e para a melhoria da gestão ambiental. Durante 2022, a Comissão de Ambiente e Segurança da AdDP reuniu com uma frequência semestral.
- A Equipa de Desempenho Social (EDS), cuja constituição tem uma representação paritária entre elementos da gestão e dos trabalhadores. De realçar que os representantes dos trabalhadores que integram a EDS foram nomeados pelos Sindicatos com representação na empresa. Esta equipa reúne semestralmente e as posições emanadas pelos membros desta equipa são consultivas e não vinculativas. Todavia, a empresa compromete-se a valorizá-las tendo em conta a sua importância para o desejável alinhamento entre as iniciativas da empresa e as necessidades e preocupações dos trabalhadores.
- O Grupo da Conciliação é uma equipa multidisciplinar e transversal, conhecedora da cultura da organização bem como do espectro de funções da mesma, do enquadramento pessoal e profissional dos trabalhadores. A equipa tem ainda um equilíbrio desejado entre sexo feminino e masculino, e integra elementos de várias direções da empresa, bem como elementos de áreas de interface com fornecedores e de gestão de risco nos locais de trabalho. Este grupo é coordenado pelo Representante da Administração para a Conciliação, reunindo semestralmente, e tem como funções, entre outras, implementar, acompanhar e assegurar o cumprimento de todos os requisitos da norma de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

3.1.8. LABORATÓRIO

O Laboratório da Águas do Douro e Paiva, S.A. evidencia o conhecimento acumulado de 25 anos de existência, sendo as suas competências reconhecidas e acreditadas pelo IPAC – Instituto Português de Acreditação, no Anexo Técnico n.º L0487.

Em 2022 o Laboratório garantiu o controlo analítico da água captada, tratada e distribuída, através da realização de análises nas vertentes Físico-Química, Microbiologia, Biologia e Radiologia (externo), para os clientes internos do Processo de Controlo Operacional (PCO) e da Sustentabilidade Empresarial (PCQA) no âmbito do cumprimento das obrigações legais da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e da Associação Portuguesa do Ambiente (APA). Foram também realizadas análises para a SIMDOURO, na matriz de efluentes tratados e de torneiras do consumidor, nas vertentes de Físico-Química e Microbiologia.

Em 2022 realizaram-se 70.540 determinações, das quais 62.670 foram efetuadas no Laboratório e 7.870 em regime de outsourcing. Foram realizadas internamente mais 1.105 determinações do que no ano de 2021.

No âmbito do protocolo de cooperação entre os Laboratórios da AdDP e da Águas do Norte, foram realizadas análises de Parasitologia, Fitoplâncton, Microbiologia e COD, COT e cor, num total de 1.772 determinações.

Foram realizadas auditorias internas, com auditores externos, para todas as áreas de ensaio e para os requisitos de gestão e auditorias externas, de avaliação de acompanhamento da acreditação, pelo IPAC – Instituto Português de Acreditação, segundo o referencial normativo NP EN ISO/IEC 17025:2018, para parâmetros físico-químicos, microbiológicos, biológicos acreditados e gestão.

Foi obtida a extensão da acreditação para 22 novos métodos de análise. Foi implementado o método de pesquisa de microrganismos cultiváveis a 30°C. Foi, também, iniciada a implementação da pesquisa de colifagos somáticos e a implementação de catiões por cromatografia iónica.

De referir a aquisição de novos equipamentos – máquina de lavar e desinfetar material de laboratório, microscópio, e lupa estereoscópica –, tendo sido instaladas novas bancadas de trabalho para acomodar estes equipamentos.

Foram realizadas ações de formação interna na área de “Técnicas de colheita de amostras de águas” para a requalificação dos técnicos de colheita de amostras e na norma “NP EN ISO/IEC 17025:2018 - Requisitos Gerais de Competência para Laboratórios de Ensaio e Calibração” para os novos colaboradores do laboratório.

Foi realizado um estágio curricular em ambiente empresarial, no âmbito de uma Licenciatura em Engenharia Química. O projeto consistiu na validação do método de pesquisa de microcistinas por ensaio imuno-enzimático – ELISA.

O Laboratório iniciou a sua colaboração no Projeto científico FCT, CleanWater, da UCIBIO/REQUIMTE - Laboratório de Investigação Lab. Microbiologia, da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. O projeto tem por objetivo a avaliação do impacto que o uso massivo de compostos de amónio quaternário-QAC tem na biodiversidade microbiana e na dispersão de bactérias/genes.

Em 2023 o laboratório irá iniciar um projeto para a pesquisa e quantificação de microplásticos e finalizar a implementação da pesquisa de colifagos somáticos e a implementação dos Cátions amónio, cálcio, cálcio dissolvido, magnésio, magnésio dissolvido, potássio, sódio e sódio dissolvido, por cromatografia iónica.

3.1.9. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Das ações que decorreram ao longo do ano de 2022 merecem especial destaque as seguintes:

- Participação das Jornadas da Inovação na FEUP, integradas no *Company's Day* da AdDP, no âmbito do programa FEUP - PRIME, do qual a empresa faz parte e que pretende aproximar a dinâmica das empresas do universo da academia. A iniciativa promovida pelo ILO – *Industry Liaison Office* da FEUP – consistiu numa sessão de trabalho, onde se refletiu e debateu a importância da Sustentabilidade, tendo sido promovidas diversas apresentações e painéis de discussão, sobre diferentes tópicos associados ao tema;
- Participação no programa TECH3, da RTP, onde foram apresentados os projetos de I&D que têm sido desenvolvidos no âmbito da parceria com o FEUP - PRIME;
- Participação na campanha de sensibilização “Feche a Torneira”, promovida pelo Grupo Águas de Portugal e a Agência Portuguesa do Ambiente e que contou com a parceria da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática;
- Participação no concurso “Não fiques à seca!” promovido pela Universidade Católica no Porto, em parceria com a SIMDOURO e a Águas do Norte, dirigido aos alunos do ensino secundário, residentes nos 80 municípios da região Norte. O concurso contou com a participação de mais de 60 vídeos, provenientes de alunos de vários estabelecimentos de ensino, tendo o júri selecionado os melhores nas categorias de vídeo de equipa e a título individual;
- Participação no projeto Movimento S que teve como base o combate à obesidade infantil e a promoção de um estilo de vida saudável, através da mudança de hábitos alimentares e da inclusão da prática de exercício físico, onde o consumo da água da torneira e das boas práticas ambientais tiveram um papel fundamental. Neste sentido, a AdDP, juntamente com outras empresas do Grupo, participou neste projeto, que teve diversas iniciativas complementares, como um programa de TV e um *roadshow* pelo País;
- Participação na palestra “Amo-te Água” da Escola Secundária de Felgueiras, promovida no âmbito da disciplina de Cidadania, que foi contemplado com uma verba do PIAS – Projeto Inovador de Ambiente e Sustentabilidade, por parte da Câmara Municipal de Felgueiras;
- Foi dada continuidade ao programa de voluntariado “Embaixadores da Água”, que incentiva e apoia os colaboradores da AdDP a partilhar os seus conhecimentos com os alunos, desenvolvendo ações de sensibilização em diversas escolas;
- Realização de visitas técnicas às infraestruturas da AdDP direcionadas a diversos estabelecimentos de ensino secundário e superior, bem como a outras entidades, como é caso do Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto integradas no âmbito do Curso de Formação Interna de Recrutamento;
- Participação no evento “Pela Água”, a convite da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que se realizou na Escola Secundária Soares de Basto, com os alunos de todas as turmas do 8º ano, onde foram desenvolvidas ações de educação ambiental inseridas na campanha “Água com um Pingo de Consciência”;
- Celebração do Dia Mundial da Água na Biblioteca Municipal de Valongo, com os alunos das escolas do município, com desenvolvimento de ações no âmbito da campanha de sensibilização “Água com um Pingo de Consciência”;
- Celebração do Dia Mundial do Ambiente e do Dia Mundial da Criança, em conjunto com o Município de Gondomar. A AdDP dinamizou uma oficina pedagógica “O Nosso Futuro Sustentável”;
- Participação na iniciativa solidária “3ª Edição Corrida para a Vida” do Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro, através da atribuição de donativo, para ser aplicado em benefício dos doentes oncológicos;
- Atribuição de donativos a instituições de solidariedade social para prossecução da sua missão de apoio à comunidade, como é o caso das associações: Migalha de Amor, Coração da Cidade, Re-food 4 Good, APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, NOMEIODONADA- KASTELO, AFVTER- Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios, Fundação Portuguesa de Cardiologia- Delegação Norte e dos Bombeiros Voluntários de Valadares. Participação na campanha Águas pela Paz, um projeto de solidariedade para com o povo ucraniano, promovido pelo Grupo Águas de Portugal;
- Atribuição de donativo ao Projeto de Responsabilidade Social Interna relativo à concessão de Bolsas de Estudo 2022/2023 aos filhos dos colaboradores.
- Realização de colónias de férias para os filhos dos colaboradores, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos de idade. Foram desenvolvidas diversas atividades no Centro de Educação Ambiental da AdDP, em julho, tais como, teatro de marionetas, danças hip-hop, *ergocoaching* para crianças, jogos, oficinas criativas e pedagógicas sobre variados temas como as artes, ambiente, ciência, culinária sustentável, saúde.

No que diz respeito à comunicação interna, dinamizou-se o portal de comunicação “Somos Água, Somos AdDP”, com a publicação periódica de notícias divulgando aos colaboradores a atividade da empresa, do sector e outros conteúdos importantes.

Já no que se refere à comunicação externa, foram dinamizadas as redes sociais, através das quais a AdDP mantém uma comunicação com o público em geral. Esta comunicação, com forte presença digital, pretendeu dar a conhecer a atividade da AdDP, com recurso a uma mensagem clara e imagens originais, de modo a incrementar o Valor da Água.

3.1.10. INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA ADDP

O Grupo AdP, enquanto principal prestador de serviços no setor da água em Portugal, possui uma responsabilidade acrescida na área da inovação, da investigação e do desenvolvimento, relativamente aos temas associados ao seu core business. Nesse contexto, assume um duplo papel na colaboração com as instituições de investigação, traduzido no facto de ser simultaneamente fornecedor e cliente das sinergias que daí advêm, pois disponibiliza recursos e informação para o desenvolvimento da ciência e recebe novos conhecimentos e tecnologias para a melhoria da sua atividade.

Os desafios cada vez mais complexos, decorrentes não só das mudanças políticas, económicas, sociais e tecnológicas da sociedade atual, mas também da crescente exigência dos utilizadores, dão origem a estratégias de gestão cada vez mais assentes em soluções de inovação e eficiência de processos. Por forma a enfrentar estes desafios, o Grupo AdP adota uma estratégia de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I), bem como os respetivos objetivos e processos associados. Foi nesse contexto, que se estabeleceu o Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo para o triénio 2020-22, no qual se identificam diversos aspetos importantes de I&D+I, através dos quais a AdDP se tem norteado.

Assim, em 2022, continuou a dar-se particular atenção aos assuntos orientados para a inovação e para a investigação e desenvolvimento, nomeadamente apoiando projetos e medidas inovadores, bem como teses de mestrado de alunos das instituições de ensino superior. Salienta-se também o facto de a AdDP ser parceira do Programa FEUP Prime, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Trata-se de um programa de adesão corporativa focado em oferecer valor real e vantagens competitivas para as empresas parceiras, estabelecendo uma conexão direta com as fontes de talento e conhecimento, que darão às empresas a capacidade de se manterem à frente e disponibilizarem importantes inovações para o mercado. A AdDP tornou-se parceira deste programa, no final de 2020, o que permite que os seus processos explorem as vantagens disponibilizadas pelo referido programa corporativo (Feiras de Emprego FEUP, contacto privilegiado com estudantes, realização de um “*Company’s Day*” anualmente, com o apoio da FEUP, entre outras).

Nesse contexto, o “*Company’s Day - 2022*” da AdDP e da SIMDOURO teve lugar no dia 18 de outubro de 2022, no Auditório Magno da FEUP, sendo a Sustentabilidade o tema geral do evento. Os principais blocos do evento, em que participaram investigadores de entidades académicas, profissionais de empresas e colaboradores da AdDP e da SIMDOURO, foram i) A sustentabilidade dos recursos hídricos e das origens; ii) A sustentabilidade na gestão das pessoas; iii) Planear a sustentabilidade energética num ambiente de incerteza; iv) Sustentabilidade na cadeia de valor; v) Sustentabilidade nas organizações; vi) Sustentabilidade no modelo industrial da exploração.

Por outro lado, em 2022, no âmbito do contrato estabelecido com a empresa Inova+, para apoio no direcionamento a oportunidades de financiamento, realizaram-se dois workshops sobre inovação, para colaboradores da AdDP, organizados e coordenados pela equipa da referida empresa, com o objetivo de desenvolver os conhecimentos e práticas de IDI da AdDP.

Além disso, em 2022, a AdDP deu continuidade ao processo de candidatura para constituição de um Laboratório Colaborativo (CoLAB) do setor da água, em nome do Grupo AdP. A coordenação da candidatura, a cargo de um colaborador da AdDP, foi submetida com êxito em dezembro de 2021. Em janeiro de 2022, esse colaborador, em representação do Grupo AdP, assumiu a tarefa de defender a candidatura perante o Júri Internacional instituído pela FCT – Fundação Ciência e Tecnologia. Posteriormente, em março de 2022, toda a equipa da candidatura (colaborador da AdDP e representantes dos restantes parceiros - 5 académicos e 8 empresariais) respondeu por escrito aos esclarecimentos solicitados pelo Júri. Em junho de 2022, a FCT confirmou formalmente a aprovação da candidatura e a constituição do Water Co-Re CoLAB, dela resultante, tendo-se criado a Associação respetiva, entre os parceiros envolvidos, em outubro de 2022. A primeira Assembleia Geral dessa Associação teve lugar em dezembro de 2022, com eleição dos respetivos órgãos associativos.

4. RISCO E CONTROLO INTERNO

4.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E CONTROLO DO RISCO

A AdDP e, em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a AdDP se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.

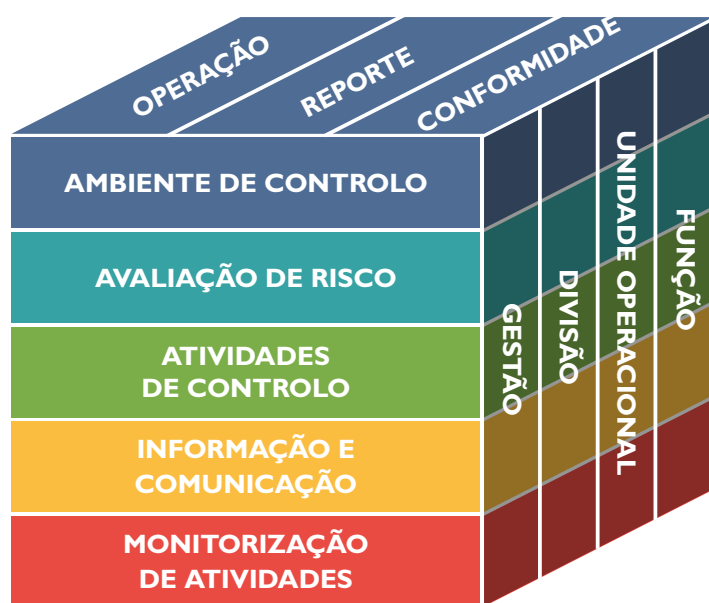


Figura 22 – Organização do Sistema de Controlo Interno

• AMBIENTE DE CONTROLO

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

• AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

• ATIVIDADES DE CONTROLO

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

• INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

• MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2022 foi dado o início à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, pelas empresas piloto, dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

No início de 2023 será realizada a reunião de arranque da Fase 2, na AdDP, que incluirá a definição do cronograma para a realização do mapeamento dos processos, com base na informação elaborada pelas empresas piloto, e cuja conclusão se prevê que ocorra até final de 2023.

A AdDP procedeu, ainda, à adaptação do Manual base de Controlo Interno do Grupo AdP, com a incorporação das MRC já elaboradas e das métricas aprovadas, tendo a sua aprovação pelo Conselho de Administração ocorrido em 22 de junho de 2022.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, em 2023 será efetuado um primeiro exercício de verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, não vinculativo, que permitirá, no entanto, à empresa obter uma sensibilidade preliminar para o cumprimento das mesmas, bem como do funcionamento das componentes contempladas no sistema de controlo interno.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AdDP sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da SIM-DOURO, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



Figura 23 – Modelo de Gestão do Risco Empresarial

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

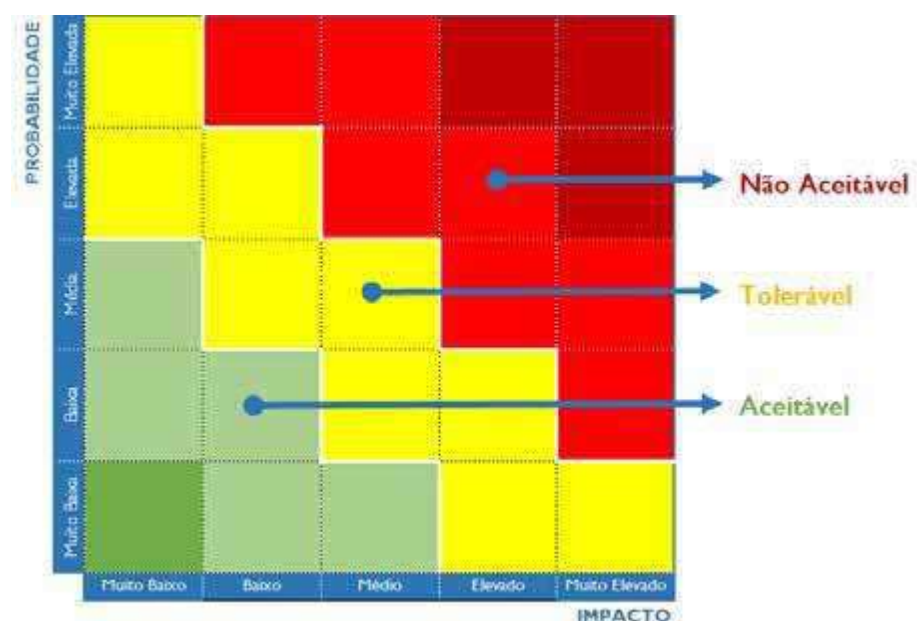


Figura 24 – Matriz de avaliação do risco

A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR), da AdP SGPS, tem por missão acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos relacionados com as classes Governação, Estratégia e Planeamento, Conformidade e Reporte são tratados e monitorizados pela AdDP, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe Operacional e Infraestrutura, além de ser assegurada pela AdDP e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver; prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi iniciado, no decurso de 2022, o projeto de revisão do referido modelo, o qual compreende as seguintes atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP;
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP;
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial;
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno.

Este projeto, por forma a assegurar a sua credibilidade e aderência à realidade do Grupo AdP, encontra-se a ser efetuada com os contributos de 8 empresas piloto do universo AdP, e com a colaboração de uma equipa de consultora externa, tendo prevista a sua conclusão no decurso de 2023.

Atendendo à referida revisão do modelo de gestão do risco, no decurso de 2022 não foi realizada a avaliação do risco na empresa.

No final de 2022 foi realizado, conforme previsto no modelo de gestão de risco, o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021. Esta análise permitiu verificar que a empresa implementou 1 medida de mitigação e redefiniu prazos de implementação nas restantes medidas.

Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AdDP se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2021:

- Eventos climáticos extremos;
- Concentração do poder digital;
- Falhas das medidas de cibersegurança;
- Gestão de talentos.

4.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A informação relativa a Risco Financeiro pode ser consultada no ponto 7.2 Gestão do Risco Financeiro, do presente relatório, em Cumprimento das Orientações Legais.

5. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

5.1. ANTECEDENTES

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio (que agregou a antiga AdDP e três outras empresas do Grupo AdP), entrou igualmente em vigor o respetivo Contrato de Concessão que, na sua cláusula 19.^a, define e regulamenta o conceito de desvios de recuperação de gastos (já em vigor na AdDP desde 2011), determinando a obrigatoriedade do seu registo anual nas contas da nova empresa.

Simultaneamente, a capitalização dos dividendos em dívida, caso aplicável, passa a ser efetuada tendo por base a rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos, sem qualquer acréscimo.

Por via do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, procedeu-se à cisão da Águas do Norte, S.A. que dá origem à nova Águas do Douro e Paiva, S.A. e à nova SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A., mantendo-se a Águas do Norte, S.A. com o remanescente dos direitos e obrigações não transferidos para as novas empresas.

Uma das implicações do registo nas contas dos desvios de recuperação de gastos é que o resultado líquido da empresa é sempre igual à remuneração acionista do respetivo ano, sendo que a variação do resultado de um ano para o seguinte resulta de variações no capital próprio a remunerar e de variações nas taxas de referência para remuneração dos capitais.

A análise da evolução do resultado operacional deixa, pois, de ser determinante para validar o desempenho da empresa, sendo importante analisar as rubricas de Balanço e da Demonstração dos resultados, referentes a Desvios de Recuperação de Gastos e a forma como evoluíram no decorrer dos exercícios.

5.2. RESULTADOS EM 2022

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação, financeira e patrimonial, alcançados pela AdDP no ano 2022, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

A AdDP concluiu o seu exercício económico de 2022 com um resultado líquido positivo de 1.182.568 euros, o que corresponde à remuneração acionista devida no exercício.

Deve também salientar-se o facto de, a partir de 2015, as empresas do Grupo AdP passarem a incluir nas suas contas a atividade da construção que, embora tenha impacto nulo nos resultados operacionais e do exercício, é apresentada nas rubricas de Rendimentos de construção de ativos concessionados e de Gastos de construção de ativos concessionados e pretende representar o serviço prestado ao concedente pela atividade de construção de que a sociedade é responsável.

Para uma mais fácil análise às contas vamos autonomizar os efeitos, quer dos desvios de recuperação de gastos quer do rédito da construção, conforme demonstrado na tabela seguinte.

TABELA 4 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

ADDP - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31.12.2022	31.12.2021
Atividade de construção		
Rendimentos de construção de ativos concessionados	8 240 550	4 881 161
Gastos de construção de ativos concessionados	-8 240 550	-4 881 161
Atividade de exploração		
Rédito de contratos com clientes	35 503 255	34 736 663
Gastos com mercadorias e matérias consumidas	-521 134	-474 045
Fornecimentos e serviços externos	-7 894 939	-11 035 130
Gastos com pessoal	-5 184 406	-4 793 195
Amortizações do exercício	-10 702 576	-10 670 894
Subsídios ao investimento	3 242 440	3 166 776
Outros gastos e perdas operacionais	-668 930	-740 401
Outros rendimentos e ganhos operacionais	529 334	545 181
Resultados operacionais (antes de DRG)	14 303 044	10 734 955
Desvio de recuperação de gastos	-13 303 963	-9 075 895
Resultados operacionais	999 081	1 659 060
Gastos financeiros	-639 411	-876 979
Rendimentos financeiros	751 763	791 100
Resultados financeiros	112 352	-85 879
Resultados antes de imposto (antes de DRG)	14 415 396	10 649 076
Resultados antes de imposto	1 111 433	1 573 181
Imposto do exercício	-3 792 954	-2 860 415
Imposto diferido	155 579	-69 312
Resultado líquido do exercício operações (antes de DRG)	10 778 021	7 719 349
Imposto diferido do DRG	3 708 510	2 110 253
Resultado líquido do exercício operações	1 182 568	753 707

(valores em euros)

PROVEITOS E GANHOS

No exercício de 2022, os proveitos totais atingiram 26.722 milhares de euros, menos 11,41% (3.441 milhares de euros) que os obtidos em 2021.

A variação verificada resulta, essencialmente, da variação do desvio de recuperação de gastos. O aumento nas vendas é responsabilidade, em partes mais ou menos iguais, do aumento da tarifa e do aumento dos caudais fornecidos, relativamente a 2021.

TABELA 5 – PROVEITOS E GANHOS

PROVEITOS E GANHOS	2022	2021	VARIAÇÃO
Rédito de contratos com clientes	35 503	34 737	766
Desvio de Recuperação de Gastos	-13 304	-9 076	-4 228
Subsídios ao Investimento	3 242	3 166	76
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	529	545	-16
Rendimentos Financeiros	752	791	-39
Total dos Proveitos e Ganhos	26 722	30 163	-3 441

(valores em milhares de euros)

GASTOS E PERDAS

O total de gastos e perdas de 2022 atingiu 25.611 milhares de euros, menos 10,42% (2.979 milhares de euros) que os suportados em 2021.

A redução de gastos centra-se nos fornecimentos e serviços externos, nomeadamente na redução dos custos de energia em 4.285 milhares de euros, que compensa, quer o aumento dos custos com conservação em 881 milhares de euros, quer o aumento de 264 milhares de euros nas restantes rubricas dos fornecimentos e serviços externos.

De salientar, também, o aumento de 391 milhares de euros nos Gastos com pessoal, fruto de atualizações salariais e a redução de 238 milhares de euros nos Gastos financeiros, consequência da redução significativa do endividamento da AdDP.

TABELA 6 – GASTOS E PERDAS

GASTOS E PERDAS	2022	2021	VARIAÇÃO
Gastos com mercadorias e matérias consumidas	521	474	47
Fornecimentos e serviços externos	7 895	11 035	-3 140
Gastos com pessoal	5 184	4 793	391
Amortizações e Ajustamentos	10 703	10 671	32
Outros Gastos e Perdas Operacionais	669	740	-71
Gastos Financeiros	639	877	-238
Total dos Gastos e Perdas	25 611	28 590	-2 979

(valores em milhares de euros)

5.3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

O Ativo Líquido da AdDP atingiu o montante de 192.345 milhares de euros, evidenciando uma diminuição de 2.116 milhares de euros relativamente a 31 de dezembro de 2021.

O investimento líquido diminui 4.647 milhares de euros pelo efeito das amortizações do exercício (cerca de 11 milhões de euros), sendo apenas parcialmente compensado pelo Investimento entretanto realizado no exercício.

A variação positiva de 3.697 milhares de euros verificada nos ativos não correntes prende-se, essencialmente, com o aumento dos Impostos diferidos ativos.

Já a variação negativa de 1.166 milhares de euros verificada nos ativos correntes resulta, essencialmente, da redução do saldo das Disponibilidades.

Relativamente ao Capital Próprio, este aumenta 467 milhares de euros, pelo efeito da variação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos.

Quanto ao Passivo, o passivo não corrente diminui 4.977 milhares de euros, essencialmente por efeito do serviço da dívida BEI e das amortizações dos suprimentos (13.217 milhares de euros) e do aumento do desvio de recuperação de gastos passivo (13.304 milhares de euros), enquanto o passivo corrente aumenta 2.394 milhares de euros por força, quer do saldo de fornecedores, quer dos impostos a pagar.

TABELA 7 – DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

BALANÇO	31.12.2022	31.12.2021	VARIAÇÃO
Investimento Líquido	154 037	158 684	-4 647
Clientes e Outros Ativos Não Correntes	28 614	24 917	3 697
Ativos Correntes	9 694	10 860	-1 166
Total do Ativo	192 345	194 461	-2 116
Capital Próprio	31 025	30 558	467
Passivos Não Correntes	147 255	152 232	-4 977
Passivos Correntes	14 065	11 671	2 394
Total do Capital Próprio e Passivo	192 345	194 461	-2 116

(valores em milhares de euros)

5.4. SEGUROS

A carteira de seguros da AdDP cobriu um amplo conjunto de riscos, sendo o nível geral de security elevado e abrangendo, nomeadamente, no ramo real: multiriscos comerciais e industriais, perdas de exploração, responsabilidade civil de exploração, responsabilidade civil ambiental e frota automóvel; e no ramo vida, seguro de saúde, vida e acidentes pessoais e acidentes de trabalho.

5.5. INVESTIMENTO

A construção do sistema de abastecimento de água da AdDP encontra-se praticamente concluída, sendo a cobertura do serviço em “alta” de 100% para 19 dos 20 municípios abastecidos.

Assim, a maioria do investimento previsto para os próximos anos refere-se a investimentos de reabilitação e substituição, melhoria de operacionalidade e aumento de fiabilidade do sistema.

Em 2022 a execução do Plano de Investimentos da AdDP foi bastante afetada pela crise geopolítica e aumento geral da inflação, que condicionou vários concursos e adjudicações, bem como a aquisição de materiais em obras já em curso. O valor do investimento em infraestruturas, durante 2022, ascendeu a 8,24 milhões de euros, distribuídos da seguinte forma:

TABELA 8 – INVESTIMENTO

	2022	2021	2020	2019
A. Terrenos	18 836	63 903	1 971	62 911
B. Estudos e Projetos	184 049	201 401	130 359	98 152
C. Empreitadas/Fornecimentos	4 689 849	3 483 153	2 541 882	2 749 007
D. Fiscalizações	61 471	91 000	70 653	81 990
E. Outros investimentos	2 656 535	531 568	317 150	469 823
F. Trabalhos própria empresa	629 810	510 135	558 035	492 528
Total	8 240 550	4 881 161	3 620 050	3 954 411

(euros)

Em 2022 foram desenvolvidos projetos no âmbito do cumprimento do Contrato de Concessão, da reabilitação de infraestruturas e da otimização energética, sendo de destacar os seguintes:

- Produção de energia - projeto solar/fotovoltaico
- Ampliação do reservatório de Souto Redondo
- Projeto-piloto de proteção catódica dos filtros de pré-tratamento da ETA de Lever
- Reabilitação da cobertura do edifício CoCodaff, na ETA de Lever
- Substituição parcial da conduta Louredo/Abelheira, Arouca
- Reabilitação da captação do Rio Ferreira
- Reabilitação da ETA de Castelo de Paiva
- Abastecimento de água a Fajões (Oliveira de Azeméis)

De referir, também, os estudos elaborados no âmbito da eventual integração no sistema da AdDP dos concelhos de Vale de Cambra, S. Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades, Viseu, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão e Vila Nova de Paiva.

No que se refere à execução de empreitadas, listam-se as principais que tiveram desenvolvimento durante o ano:

- Reabilitação de açude e muro suporte da captação da Ponte da Bateira - Castelo de Paiva (concluída em 2022)
- Novos pontos de entrega de Lousada (concluída em 2022)
- Reabilitação da ETA do Ferro (concluída em 2022)
- Abastecimento de Água a Baião, captação no rio Douro (a concluir em 2023)
- Abastecimento de Água a Baião, zona nascente (a concluir em 2023)

No âmbito do Sistema de Informação Geográfica da AdDP, foi realizado um projeto piloto de modelação de recintos a 3 dimensões. Este projeto, que contemplou os recintos de Lever Norte, faz uma réplica digital dos ativos, com uma representação mais real das instalações, que permite ver, com pormenor, os equipamentos dentro das instalações, principalmente os que estão na vertical e que, no SIG 2D, ficam sobrepostos e não têm uma visualização real.

5.6. GESTÃO DE ATIVOS

A Gestão de Ativos, na AdDP, constitui uma abordagem de apoio à tomada das melhores decisões, através de um conjunto de procedimentos que permitem gerir o desempenho dos seus ativos, minimizando o custo total de cada um ao longo do seu ciclo de vida, com um nível de risco aceitável e mantendo o nível de serviço desejado pelos clientes,

Durante o ano 2022, realizaram-se diversas atividades nas áreas das inspeções e monitorizações, no desenvolvimento de projetos, na análise do risco de falha de captações e elevatórias da empresa e atividades diversas de apoio a outras áreas da empresa, entre outros.

Destaca-se, neste ano, para cumprimento da cláusula 13ª do Contrato de Concessão da AdDP e para efeitos da Base XI das bases do contrato de concessão, anexas ao Decreto-Lei n.º 319/94 de 24 de dezembro, a elaboração e envio para o regulador ERSAR dos documentos relativos ao relatório técnico relativo à avaliação da aptidão funcional das infraestruturas da AdDP, relativo ao quinquénio 2017-2022, devidamente certificados por auditor independente.

No referido Relatório efetuou-se a avaliação de todas as instalações de AdDP, nomeadamente: captações, estações de tratamento de água, estações elevatórias de abastecimento de água, estações de cloragem/recloragem e reservatórios.

As inspeções constituem um modo de se avaliar a condição de uma infraestrutura/ativo. Neste contexto, durante o ano 2022 deu-se cumprimento ao plano anual de inspeções, realizado com meios internos, o qual abrangeu diversos tipos de ativos e teve uma taxa de cumprimento de 94%. Foram inspecionadas 28% das estações elevatórias da empresa e 38% das captações. Referem-se, ainda, outras inspeções, extraplano:

- Observação da plataforma da ETA de Lever;
- Campanha de medição com fissurómetros no edifício Cocodaff – ETA de Lever;
- Inspeção de caixas das adutoras: Pedrouços-Matosinhos-Maia, Cabanas-Valongo-Paredes e Lever-Seixo Alvo;
- Arruamento da Adutora Lever-Lagoa - Monitorização, em Crestuma.

No final de 2022, as equipas de inspeção passaram a dispor de um acessório portátil de monitorização da condição termográfica. Este equipamento permitirá detetar infiltrações nos ativos de construção civil, sobreaquecimento de equipamentos e/ou sistemas elétricos, que não são detetáveis a olho nu, antecipando problemas que de outra forma só seriam detetados numa fase mais avançada.

Das inspeções efetuadas, resultaram relatórios detalhados sobre os ativos, incluindo registos fotográficos e propostas de atuação futura, que podem abranger, entre outros, a realização de estudos/projetos ou reabilitações.

Iniciou-se, no último trimestre de 2022, um projeto piloto para análise dos deslocamentos ocorridos na plataforma da ETA de Lever, recorrendo à técnica de interferometria multi-temporal por satélite (MT- *InSAR Synthetic Aperture Radar*). Nesta prestação de serviços incluíram-se, também, dois outros ativos: o reservatório de Jovim e a travessia do rio Sousa, pela conduta Lagoa-Jovim.

Durante o ano de 2022, iniciaram-se/mantiveram-se em curso diversos estudos e projetos, dos quais se destacam:

- Reformulação da capacidade de elevação da estação elevatória de Sta Eulália;
- Produção de energia fotovoltaica na AdDP;
- Reabilitação elétrica e automação da ETA de Castelo de Paiva;
- Beneficiação da ETA de Castelo de Paiva;
- Reabilitação das caixas de visita das adutoras: Lever – Jovim – Ramalde – Nova Sintra;
- Análise hidráulica das descargas de nove instalações da AdDP;
- Estudos base relacionados com o futuro Centro de Conhecimento e Inovação.

Em junho de 2022, a AdDP foi auditada no âmbito do referencial normativo NP ISO 55001:2016, tendo a equipa auditora da APCER recomendado a manutenção da certificação neste referencial. Esta auditoria terminou com um resultado muito positivo, sem qualquer não conformidade. O cumprimento dos requisitos da norma ISO 55001 é demonstrativo do rigor da AdDP nas práticas de gestão de ativos, procurando o foco e a melhoria contínua do seu trabalho.

De referir, também, que, no sentido de implementar novas metodologias de gestão de ativos, iniciou-se, em conjunto com uma equipa de investigadores da FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o desenvolvimento de modelos de apoio à decisão, no âmbito da gestão de ativos em infraestruturas de abastecimento de água.

A AdDP manteve, durante 2022, as suas representações em grupos de trabalho especializados, dos quais se destacam:

- a Comissão Técnica de Normalização 204 “Gestão de Ativos” do IPQ – Instituto Português da Qualidade;
- a Comissão Especializada de Gestão de Ativos da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas.

6. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Relativamente ao desvio de recuperação de gastos (DRG) de 2022, a Águas do Douro e Paiva, S.A. não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

7. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS (ANEXO 1)

Em conformidade com o estipulado nas “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022” (Ofício-Circular n.º SAI_ DGTF/2023/630, de 10 de fevereiro de 2023), emanado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a Águas do Douro e Paiva, S.A. procede à divulgação do cumprimento das orientações legais.

**TABELA 9 – LISTA DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS
CONFORME APÊNDICE 2 EPNF - EMPRESAS PÚBLICAS NÃO FINANCEIRAS**

Apêndice 2 - EPNF

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2022	CUMPRIMENTO	QUANTIFICAÇÃO/ IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO/ REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
	S / N / N.A.		
Objetivos de Gestão	S		ver ponto 7.1 a)
Metas a atingir constantes no PAO 2022			
Nível de endividamento	S	PAO 2022 32,3 M€ Real 2022 17,3 M€	ver ponto 7.1 b)
EBIT	S	PAO 2022 8 M€ Real 2022 14,3 M€	ver ponto 7.1 b)
Investimento	S	PAO 2022 12,1 M€ Real 2022 8,2 M€	ver ponto 7.1 c)
Gestão do Risco Financeiro	S	2,45%	ver ponto 7.2
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-25,7%	ver ponto 7.3
Evolução do PMP a fornecedores	S	-16 dias	ver ponto 7.4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)	S	136 278 €	ver ponto 7.4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.		ver ponto 7.5
Reservas emitidas na última CLC	N.A.		ver ponto 7.5
Remunerações			ver ponto 7.6
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022	S	11 093,81 €	
Fiscalização (CF) - reduções remuneratórias vigentes em 2022	S	2 295,88 €	
Auditor Externo - redução remuneratória vigente em 2022	N.A.		
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			ver ponto 7.7
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do art.º 16º do RJSPE e art.º 11.º EGP			ver ponto 7.8
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://www.addp.pt/dados.php?ref=remuneracoes	ver ponto 7.9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://www.addp.pt/dados.php?ref=plano-gestao-riscos	ver ponto 7.10
Contratação Pública			ver ponto 7.11
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		não foi submetido nenhum contrato a visto prévio
Adesão ao Serviço Nacional de Compras Públicas	S		ver ponto 7.12
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	-10,5% (ano de referência 2019)	ver ponto 7.13
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			ver ponto 7.14
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99,5%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	69 651 €	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.		ver ponto 7.15
Elaboração Plano para a Igualdade conforme artº 7.º Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	S		ver ponto 7.16
Apresentação da demonstração não financeira	N.A.		ver ponto 7.17

7.1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

a) Objetivos de Gestão

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da empresa Águas do Douro e Paiva, S.A., são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Em 2022 o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pelo Concedente e pela Tutela Setorial e Financeira.

Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas da sociedade, em 2021, foram aprovadas as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022.

Apresenta-se, na tabela seguinte, a sua identificação, bem como, os indicadores adotados para aferir o seu cumprimento e os resultados obtidos.

Tendo em conta as ponderações definidas e escala definida para a avaliação dos gestores, a avaliação global do desempenho em 2022 atingiu o valor de 3 (Superado).

TABELA 10 – OBJETIVOS E INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES	META ^(a)	MODO DE AVALIAÇÃO ^(a)	VALOR ATINGIDO	AValiação ^{(b)(c)}
1. Eficiência de Gestão	Promover a eficiência da gestão na empresa, tendo em atenção o PRC (Plano Redução Custos), comparativamente ao previsto em PAO (Plano de Atividades e Orçamento)	1. $\Delta PRC > +0,10pp$ 2. $-0,10pp \leq \Delta PRC \leq +0,10pp$ 3. $\Delta PRC < -0,10pp$	-10,4 pp	3
2. Dívida Comercial de devedores municipais	Não incremento do stock de dívida vencida municipal	1. $DCDMA > 105\%$ 2. $95\% \leq DCDMA \leq 105\%$ 3. $DCDMA < 95\%$	0,0%	3
3. Limite ao Endividamento	Redução do stock da dívida	1. $X > 2\%$ 2. $1,5\% \leq X \leq 2\%$ 3. $X < 1,50\%$ $X = I - \text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}$	-43,4%	3
4. Respeito Prazos Pagamento	Cumprimento da RCM 34/2008	Quando $PMP \leq 60$ dias e cumpre com o estipulado com RCM 34/2008 1. Incumprir: quando PMP aumenta mais que 1 dia face ao anterior 2. Cumprir: quando PMP aumenta 1 dia 3. Excede: quando $PMP \leq 60$ dias Quando $PMP > 60$ dias ou incumprir com RCM 34/2008, 1. Incumprir: face a ano anterior; $x > -15\%$ 2. Cumprir: face ao ano anterior; $-25\% < x < -15\%$ 3. Excede: face ao anterior; reduz 25%	-16 dias	3
5. Rentabilidade	Promover a rentabilidade da empresa, medida em %, comparativamente a previsão do PAO	1. $\Delta RL < -5\%$ 2. $-5\% \leq \Delta RL \leq 5\%$ 3. $\Delta RL > 5\%$	79,6%	3
6. Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. N° Ações executadas face ao previsto $< 80\%$ 2. $80\% \leq \text{N° Ações executadas face ao previsto} < 90\%$ 3. N° Ações executadas face ao previsto $\geq 90\%$	94,6%	3
7. Qualidade da Água Fornecida	Não deterioração da qualidade da água fornecida no sistema multimunicipal, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR	1. $AQA < 97\%$ 2. $97\% \leq AQA < 99\%$ 3. $AQA \geq 99\%$	99,9%	3
8. Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	(d)	-

Notas:

^(a) Conforme fixado na reunião da Assembleia Geral de 21 de junho de 2021^(b) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores^(c) Modo de avaliação: Não atingido=1; Atingido=2; Superado=3^(d) Indicador não avaliado em 2022, decorrente da inexistência das condições nele identificadas, que possibilitassem a sua avaliação nos moldes definidos.

b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

TABELA 11 – EXECUÇÃO DO PAO

INDICADORES	PAO 2022	EXECUTADO 2022	DESVIO	OBSERVAÇÕES / MEDIDAS
Resultado Líquido	745 740 €	1 182 568 €	436 828 €	
EBITDA	18 243 515 €	21 763 180 €	3 519 665 €	
Resultado Operacional ¹ (EBIT)	8 048 089 €	14 303 044 €	6 254 955 €	
Volume de Negócios ²	36 797 127 €	35 503 255 €	-1 293 872 €	O desvio representa -3,5% e resulta de um menor consumo pelas redes em baixa de abastecimento de água
Endividamento	32 252 748 €	17 274 947 €	-14 977 801 €	
Dívida Líquida Financeira ³ /EBITDA	102%	11%		

¹ Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

² Considera apenas o rédito de contratos com clientes.

³ Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades (caixa + aplicações financeiras).

c) Execução de Plano de investimentos (PAO)

A Águas do Douro e Paiva executou cerca de 68% do investimento orçamentado para o ano no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2022. Na tabela seguinte discriminam-se as execuções de investimento em 2022 e apresentam-se justificações sumárias para os desvios face ao PAO 2022.

TABELA 12 – INVESTIMENTO EXECUTADO EM 2022

DESCRIÇÃO DO INVESTIMENTO	PAO 2022	EXECUTADO 2022		DESVIO	OBSERVAÇÕES
		TOTAL	FONTES DE FINANCIAMENTO		
			AUTOFINANCIAMENTO (RECEITAS PRÓPRIAS)		
Investimento relativo às fichas acompanhamento RET					
AA022 EI - Nova captação de abastecimento a Baião	2 000	1 285	1 285	-715	Atraso na execução empreitada, por dificuldades aquisição materiais
AA015 EI - Abastecimento Água Baião - Zona Nascente	750	610	610	-140	Atraso na execução empreitada, por dificuldades aquisição materiais
AA058 EI - Abastecimento de água a Fajões	300	0		-300	Necessidade de aprovação do aumento de investimento
AA045 EI - Otimização funcionamento EEs do sistema	266	0		-266	Intervenções divididas por EE e contabilizadas com inv. substituição
AA024 E2 - Reabilitação do Reservatório de Jovim	500	0		-500	Em estudo a solução de projecto
Outros investimentos					
AA020 EI Reabilitação da Cobertura do CoCoDAFF	500	0		-500	Em estudo a solução de projecto
AA016 EI Beneficiação da captação da ETA do Ferreira	130	0		-130	Necessidade de alteração da solução técnica do projecto
AA044 EI Plano de Acções GAE	220	0		-220	Realizados 50 502,75€ em "Outros Investimentos"
AA046 DI Dragagem albufeira de Lever	400	0		-400	Contabilizado como gasto de conservação
AA063 EI Substituição da conduta S. Vicente Louredo - Abelheira	100	0		-100	Atraso no início da empreitada
AA032 EI Reforço/melhoria de taludes	75	48	48	-27	Desvio na execução do projecto
AA041 EI Reabilitação ETA Castelo de Paiva e tanque escorrências	250	0		-250	Novo projeto de reabilitação mais abrangente, inclui ambas as empreitadas. Aguarda aprovação do valor de investimento
AA041 E2 Reabilitação da ETA de Castelo de Paiva - Automação	250	0		-250	
A056 EI Fornecimento e instalação equipamentos solar fotovoltaico	1 000	0		-1 000	Necessidade de aprovação do investimento
AA059 EI Beneficiação dos grupos de bombagem	30	0		-30	Incluído em Investimento de substituição

INVESTIMENTO/PROJETO	PAO 2022	EXECUTADO 2022		DESVIO	OBSERVAÇÕES
		TOTAL	FONTES DE FINANCIAMENTO		
			AUTOFINANCIAMENTO (RECEITAS PRÓPRIAS)		
AA001 E3 Fornecimento ponte-rolante na EE Final da ETA Lever	150	0		-150	Suspensão após reavaliação da necessidade
AA009 E4 Aquisição grupo eletrobomba captação Ponte da Bateira	500	0		-500	Demora processo de concurso por reclamações concorrentes
AA009 E2 Reabilitação Açude e execução muro suporte e caminho	0	243	243	243	Atraso execução da obra, que deveria estar concluída em 2021
AA014 E1 Nova Adutora Ramalde - Pedrouços Fase I	0	0,2	0,2	0,2	Revisão de Preços
AA014 E2 Nova Adutora Ramalde - Pedrouços Fase 2	0	423	423	423	Atraso execução da obra, que deveria estar concluída em 2021
AA014 E2.3 Nova Localização poço de ataque / sliplinning	25	0		-25	Incluída na AA014 E2
AA023 E5 Adutora Ruival / Paredes - Alternativa PE de Cête	75	0		-75	Aguarda análise pedidos de infraestruturas da C.M de Paredes
AA029 E4 Substituição de equipamentos na EE de Lever Jusante	160	0		-160	Concurso público anulado. Aguarda novo concurso.
AA007 E7 Readaptação gabinetes zona norte/nascente da sede	0	13	13	13	Necessidade de criar novos postos de trabalho
AA025 E1 Reabilitação da ETA do Ferro	0	221	221	221	Atraso execução da obra, que deveria estar concluída em 2021.
AA030 E1 Novos Pontos de entrega de Lousada	0	303	303	303	Atraso execução da obra, que deveria estar concluída em 2021.
Software gestão energia e substituição de analisadores	37	0		-37	Incluído em Investimento de substituição
Modernização Redes de Telecomunicações - Industriais	90	90	90	0	
Modernização Equip. Comunicações Infraestruturas - Industriais	70	70	70	0	
Sistemas de CCTV	55	0		-55	Demora no processo de concurso devido à sua complexidade
Alteração da sala de comando ETA de Lever	75	0		-75	Aguarda parecer da AdP
Novos caudalímetros, controlo de perdas e eficiência energética	30	0		-30	Incluído em Investimento de substituição
Analisadores de energia	100	0		-100	Incluído em Investimento de substituição
Investimentos de substituição (várias adjudicações)	710	1 544	1 544	834	Inclui valores de empreitadas previstas nas linhas acima
Estudos e projetos (várias adjudicações)	631	184	184	-447	Atraso na execução do projeto da Foz do Sousa e outros
Terrenos	410	19	19	-391	Desvio da adjudicação de empreitadas
Fiscalizações (várias adjudicações)	179	61	61	-118	
Assessorias / outros investimentos	1 830	1 893	1 893	63	
Património	250	1 233	1 233	983	Pagamento Património de Felgueiras previsto em 2021.
TOTAL INVESTIMENTO	12 148	8 241	8 241	-3 907	

(valores em milhares de euros)

7.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela *holding* (AdP-SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP-SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o “rating” dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP-SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

7.2.1 RISCO DE MERCADO

7.2.1.1 RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da Águas do Douro e Paiva, S.A. advém da contratação de empréstimos. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Douro e Paiva, S.A. ao risco de fluxos de caixa e os empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Douro e Paiva, S.A. ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e consequente desvio tarifário.

A taxa de juro real média incorrida em 2022 foi de 2,45 % (2,24% em 2021).

TABELA 13 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DE TAXA DE JURO

	31.12.2022	TX MÉDIA + 1 P.P.	TX MÉDIA - 1 P.P.
Juros (gastos)	674 198	949 381	399 015
Juros (rendimentos)	751 048	870 765	630 554
Impacto líquido	76 850	-78 616	231 539

O impacto de uma eventual variação de 1 ponto percentual, favorável ou desfavorável, na taxa média de juro, terá uma variação de 40,82%, positiva ou negativa, no gasto com juros suportados.

7.2.1.2 RISCO DE TAXA DE CâMBIO

A exposição ao risco de câmbio na AdDP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdDP.

À data de 31 de dezembro de 2022 não existem saldos em moeda diversa do euro.

7.1.2.3 RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais na AdDP em energia e combustíveis, representam aproximadamente 38% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Serviços negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

7.2.2 RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade para liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica do negócio subjacente, a tesouraria da Águas do Douro e Paiva pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito linhas de crédito disponíveis. A Águas do Douro e Paiva efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Douro e Paiva por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados, a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

TABELA 14 – RESPONSABILIDADES DA ADPP POR INTERVALOS DE MATURIDADE RESIDUAL CONTRATUAL

PASSIVOS	< 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS
Empréstimos	1 302 239	5 943 336	10 029 372
Fornecedores	3 982 828		668 600
Outros passivos correntes	4 303 960		
	9 589 027	5 943 336	10 697 972

O valor de 1,3 milhões de euros relativo a financiamentos de curto prazo é constituído pelas amortizações a efetuar em 2023 dos financiamentos BEI. Além dos financiamentos BEI, a AdDP utilizou também parcialmente uma linha de suprimentos da AdP-SGPS de renovação bienal no valor de 45 milhões de euros e tem disponível uma outra linha, também da AdP-SGPS, de Apoio à tesouraria, não utilizada, no valor de 5 milhões de euros.

Não se preveem dificuldades para a liquidação dos financiamentos de curto prazo devido ao nível de cash-flow gerado pela empresa e ao facto de ser expectável a renovação das linhas de suprimentos e apoio à tesouraria disponibilizadas pela AdP-SGPS, que ascendem a 50 milhões de euros, e que se encontram totalmente disponíveis.

O objetivo da Águas do Douro e Paiva em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Douro e Paiva é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

TABELA 15 – DÍVIDA / CAPITAL

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos não correntes	15 972 708	29 252 748
Empréstimos correntes	1 302 239	1 243 712
Disponibilidades	2 934 180	4 092 684
Dívida	14 340 767	26 403 776
Subsídios ao investimento	43 879 990	46 528 432
Total do capital próprio	31 024 918	30 558 371
Capital	74 904 908	77 086 803
Dívida / Capital	19%	34%

Os subsídios ao investimento foram incluídos no cálculo do rácio uma vez que o subsídio ao investimento não é uma obrigação presente e, por isso, não é uma obrigação da qual se espere exfluxos financeiros futuros. Para este efeito deve ser tratado como capital próprio e, todos os anos, esse capital é transformado em rendimento de forma a acompanhar as depreciações dos bens a que está associado.

O modelo de financiamento da Águas do Douro e Paiva assenta tipicamente em três tipos:

- Financiamento bancário remunerado, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI,
- Financiamento pela casa mãe a título de suprimentos e apoio à tesouraria,
- Capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

7.2.3 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas do Douro e Paiva. A AdDP está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

7.2.3.1 CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de vendas a clientes (fornecimento de água). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). De facto, do montante de faturação a clientes de 49,1 milhões de euros, a 31/12/2022, não se encontra qualquer valor vencido.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando o prazo médio de recebimento e a condição financeira do cliente, neste pressuposto a empresa entende não ser necessário registar nas contas qualquer ajustamento de risco de crédito.

TABELA 16 – DÍVIDA DE CLIENTES

	TOTAL VENCIDO	NÃO VENCIDO	ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	TOTAL	TIPO	RISCO
AdRA	0	0	85 461	85 461	EG	Baixo
AdNorte	0	166 995	122 732	289 727	EG	Baixo
Epal	0	959	0	959	EG	Baixo
Município de Lousada	0	0	51 353	51 353	Mun.	Baixo
SMEAS da Maia	0	0	221 101	221 101	Mun.	Baixo
Águas de Gaia, EM, SA	0	703 991	518 848	1 222 839	Mun.	Baixo
Município de Felgueiras	0	0	86 129	86 129	Mun.	Baixo
Município de Espinho	0	87 745	64 167	151 913	Mun.	Baixo
Município de Vale de Cambra	0	0	1 663	1 663	Mun.	Baixo
CMPEA do Porto	0	822 476	602 616	1 425 092	Mun.	Baixo
Município de Castelo de Paiva	0	68 785	52 315	121 100	Mun.	Baixo
Águas de São João, EM, SA	0	26 657	18 930	45 586	Mun.	Baixo
Penafiel Verde, EM	0	11 556	9 096	20 651	Mun.	Baixo
Indáqua Feira	0	198 444	146 238	344 682	Out.	Médio
Águas de Valongo, SA	0	191 024	142 149	333 173	Out.	Médio
Águas de Paredes, SA	0	80 475	62 108	142 583	Out.	Médio
Águas de Paços de Ferreira	0	86 326	63 134	149 459	Out.	Médio
Indáqua Matosinhos	0	0	348 690	348 690	Out.	Médio
Águas de Gondomar, SA	0	0	235 584	235 584	Out.	Médio
Indáqua Oliveira de Azeméis	0	88 238	66 225	154 463	Out.	Médio
TOTAL	0	2 533 668	2 898 542	5 432 210		

E.G. - Empresas do grupo AdP / Mun. - Municípios / Out. - Outros clientes

7.2.3.2 CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Douro e Paiva ao risco de crédito, não incluindo os saldos de clientes e outros devedores, a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

TABELA 17 – RATING DOS DEPÓSITOS

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à ordem	931 669	4 090 184
Depósitos a prazo - CEDIC	2 000 011	0
Aplicações financeiras - CEDIM	12 146 656	12 146 656
Aplicações financeiras - Fundo de Compensação do Trabalho	12 645	8 640
	15 090 982	16 245 479

RATING	31.12.2022	31.12.2021
A2	0	925
A3	0	751
A-	1 169	0
Baa1	0	83 930
Baa2	267	16 150 539
BBB+	15 008 685	0
BBB	67 687	0
Ba3	0	694
BB	528	0
sem rating conhecido	12 645	8 640
	15 090 982	16 245 479

Nota: Notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras.

^(a) Em 31 de dezembro de 2022 inclui depósitos bancários junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. no montante de 862 018 euros (4 002 448 euros em 31 de dezembro de 2021).

7.2.4 RISCO DE EXPLORAÇÃO

7.2.4.1 RISCO DE CATÁSTROFE

A Águas do Douro e Paiva está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

7.2.4.2 RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo AdP. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa que podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

Na tabela seguinte estão indicados os encargos financeiros suportados pela AdDP nos últimos 5 anos, bem como a taxa média de financiamento.

TABELA 18 – ENCARGOS FINANCEIROS DA ADDP 2018-2022

ANOS	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€)	674 198,30	863 115,85	1 024 727,31	1 279 935,89	1 454 986,01
Taxa Média de Financiamento (%)	2,45%	2,24%	2,14%	2,02%	1,94%

7.3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

No sexto ano de atividade da AdDP a diminuição do endividamento foi de 25,7%, com o valor final do endividamento a situar-se nos 17,25 milhões de euros, de acordo com aplicação da fórmula patente nas “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022”.

TABELA 19 – VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DA ADDP 2022/2021

ENDIVIDAMENTO	31.12.2022	31.12.2021
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	17 252 748	30 469 488
Capital Social realizado	20 902 500	20 902 500
Novos investimentos no ano 2022 (com expressão material)*	0	0
Variação endividamento 2022/2021		-25,7%

(valores em euros)

* Nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do DLEO 2019, consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10.000.000€ ou a 10 % do orçamento anual da empresa.

7.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP)

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, aprova o Programa “Pagar a Tempo e Horas”, que visa reduzir os prazos médios de pagamento praticados por entidades públicas a fornecedores de bens e serviços. A referida resolução estabelece a fórmula a usar para o cálculo do Prazo Médio de Pagamento (PMP) registado no final de cada trimestre pelas empresas públicas.

O Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, adaptou o indicador de PMP previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, alterando a respetiva fórmula de cálculo.

De acordo com o Despacho n.º 9870/2009, o PMP da AdDP a dezembro de 2022 corresponde a 39 dias, cumprindo, assim, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008.

TABELA 20 – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS 2022/2021

PMP	2022	2021	VARIAÇÃO 2022/2021	
			VALOR	%
Prazo (dias)	39	55	-16	-29,1%

TABELA 21 – DÍVIDAS VENCIDAS A 31/12/2022

DÍVIDAS VENCIDAS	VALOR (€)	VALOR DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 DIAS	90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS
Aq. de Bens e Serviços	452 333	29 576	67 922	60	38 720
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	452 333	29 576	67 922	60	38 720
Total - Dívidas Vencidas	136 278				

De acordo com o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, considera-se «Atraso no pagamento» o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

A AdDP procede trimestralmente à divulgação, no sítio na internet, da sua dívida a fornecedores (https://www.addp.pt/dados.php?ref=dividas_fornecedores).

7.5. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA NA ÚLTIMA AG DE APROVAÇÃO DE CONTAS

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

Não foram emitidas reservas na última Certificação Legal de Contas.

7.6. REMUNERAÇÕES

A AdDP aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2022 relativamente aos seus Órgãos Sociais.

Nas tabelas seguintes é possível consultar informação sobre as remunerações atribuídas em 2022.

TABELA 22 – COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

MANDATO	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO (€)	VALOR BRUTO AUFERIDO (€)
2017-2019/2020-2022	Presidente	Gonçalo Fernando Rocha de Jesus ^(a)	500	0,00
2017-2019/2020-2022	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes ^(b)	425	0,00
2017-2019/2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	350	700,00
				700,00

^(a) Em representação do Município de Castelo de Paiva. Renunciou ao cargo do presidente da AG de 29/março/2022.

^(b) Renuncia ao Valor da Senha Fixado

Relativamente ao Conselho de Administração, uma vez que dois dos Administradores Executivos acumulam funções na SIMDOURO, o seu vencimento é pago pela AdDP, sendo que, posteriormente, e de acordo com ata da Comissão de Vencimentos, a AdDP debita à SIMDOURO uma percentagem das remunerações e restantes benefícios, conforme peso do volume de negócios da SIMDOURO no volume de negócios total (AdDP + SIMDOURO). No ano 2022 a percentagem considerada foi de 30,33%.

TABELA 23 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MANDATO (INÍCIO-FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO			OPRLO ⁽²⁾		N.º DE MANDATOS
			FORMA ⁽¹⁾	DATA	SIM/NÃO	ENTIDADE DE ORIGEM	ENTIDADE PAGADORA (O/D)	
2020-2022	Presidente Não Executivo	José Luís Carneiro Machado do Vale	AG	15/06/2020	Não	-	-	2
2020-2022	Vogal Executivo	António Manuel Leitão Borges	AG	15/06/2020	Não	-	-	2
2020-2022	Vogal Executivo	Joana Mafalda Felício Ferreira	AG	15/06/2020	Não	-	-	2
2020-2022	Vogal Executivo	Vitor Manuel Simões Dias	AG	29/03/2022	Não	-	-	1
2020-2022	Vogal Não Executivo	Lucinda Silva Fonseca Moreira	AG	22/06/2021	Não	-	-	1

⁽¹⁾ indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

⁽²⁾ opção pela remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

TABELA 24 – ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

MEMBRO DO CA	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES		
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME
José Luís Carneiro Machado do Vale	SIMDOURO	Presidente não Executivo	Público
José Luís Carneiro Machado do Vale	AdNorte	Presidente Executivo	Público
Joana Mafalda Felício Ferreira	SIMDOURO	Vogal Executivo	Público
Vitor Manuel Simões Dias	SIMDOURO	Vogal Executivo	Público

TABELA 25 – REMUNERAÇÕES MENSAS FIXADAS NA ATA DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS

MEMBRO DO CA	EGP			
	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA	
	[S/N]	[A/B/C]	VENCIMENTO MENSAL (€)	DESPESAS REPRESENTAÇÃO
José Luís Carneiro Machado do Vale ^(a)	S	C	0,00	0,00
António Manuel Leitão Borges	S	C	3.662,56	1.465,02
Joana Mafalda Felício Ferreira ^(b)	S	C	3.662,56	1.465,02
Vítor Manuel Simões Dias ^(b)	S	C	3.662,56	1.465,02
Lucinda Silva Fonseca Moreira	S	C	915,64	0,00

^(a) Em virtude da acumulação de funções, não auferir rendimento pago pela AdDP

^(b) Acumula funções na SIMDOURO

TABELA 26 – REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2022

MEMBRO DO CA	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)				
	FIXA* (1)	VARIÁVEL (2)	VALOR BRUTO (3)=(1)+(2)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS** (4)	VALOR BRUTO FINAL (5) = (3)-(4)
José Luís Carneiro Machado do Vale ^(a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
António Manuel Leitão Borges	68.855,87	0,00	68.855,87	3.442,79	65.413,08
Joana Mafalda Felício Ferreira ^(b)	68.855,87	0,00	68.855,87	3.442,79	65.413,08
Vítor Manuel Simões Dias ^(b)	68.855,87	0,00	68.855,87	3.442,79	65.413,08
Lucinda Silva Fonseca Moreira	15.308,55	0,00	15.308,55	765,43	14.543,12
			221.876,17	11.093,81	210.782,36

* O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

** Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

^(a) Em virtude da acumulação de funções, não auferir rendimento pago pela AdDP

^(b) Acumula funções executivas na SIMDOURO. Em 2022, a AdDP debitou, posteriormente à SIMDOURO 30.33% da remuneração aqui indicada, conforme ata da Comissão de vencimentos.

TABELA 27 – BENEFÍCIOS SOCIAIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2022

MEMBRO DO CA	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)								
	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		ENCARGO ANUAL SEGURO DE VIDA	ENCARGO ANUAL SEGURO DE SAÚDE	ENCARGO ANUAL SEG. ACIDENTES TRABALHO	OUTROS	
	VALOR / DIA	MONTANTE PAGO ANO	SEGURANÇA SOCIAL	ENCARGO ANUAL				ENCARGO ANUAL VIATURAS	ENCARGO ANUAL COMUNICAÇÕES
José Luís Carneiro Machado do Vale ^(a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
António Manuel Leitão Borges	7,14	1.756,44	23,75%	16.255,54	1.573,97	2.499,22	1.051,74	16.053,18	135,59
Joana Mafalda Felício Ferreira ^(b)	7,14	1.756,44	23,75%	16.263,46	1.000,00	2.028,56	1.051,74	10.795,31	175,92
Vítor Manuel Simões Dias ^(b)	7,14	1.756,44	23,75%	16.263,46	1.000,00	1.349,22	1.051,74	11.339,20	123,64
Lucinda Silva Fonseca Moreira ^(a)	7,14	0,00	23,75%	3.451,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		5.276,46		52.234,22	3.573,97	5.877,00	3.155,22	38.187,69	435,15

^(a) Em virtude da acumulação de funções, não auferir rendimento pela AdDP

^(b) Acumula funções executivas na SIMDOURO. Em 2022, a AdDP debitou à SIMDOURO 30.33% dos benefícios sociais aqui indicados, conforme ata da Comissão de vencimentos.

TABELA 28 – ENCARGOS COM VIATURAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2022

MEMBRO DO CA	ENCARGOS COM VIATURAS								
	VIATURA ATRIBUÍDA	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO	VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA	MODALIDADE (1)	ANO INÍCIO	ANO TERMO	VALOR DA RENDA MENSAL	GASTO ANUAL COM RENDAS	PRESTAÇÕES CONTRATUAIS REMANESCENTES
	[S/N]	[S/N]	(€)				(€)	(€)	(N.º)
José Luís Carneiro Machado do Vale	N	N	-	-	-	-	-	0,00	-
António Manuel Leitão Borges ^(a)	S	S	33 679	Outra	2018	2022	522,58	11.785,05 *	-
Joana Mafalda Felício Ferreira ^{(a)/(b)}	S	S	33 932	Outra	2018	2022	549,27	6.591,28	-
Vítor Manuel Simões Dias ^{(a)/(b)}	S	S	33 932	Outra	2018	2022	549,27	6.591,28	-
Lucinda Silva Fonseca Moreira	N	N	-	-	-	-	-	0,00	-

(*) Aquisição; ALD; Leasing ou outra

(a) Contrato AOV (Aluguer Operacional de Viatura)

(b) A AdDP debitou à SIMDOURO 30,33% rendas com viaturas, conforme estabelecido pela ata da Comissão de Vencimentos.

* Foi incluído valor debitado pela locadora devido ao recálculo das rendas de anos anteriores por motivo de extensão contratual (contrato inicial terminou a 31/07/2022).

TABELA 29 – GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO EM 2022

MEMBRO DO CA	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)					
	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTO COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS		GASTO TOTAL COM VIAGENS (Σ)
				IDENTIFICAR	VALOR	
José Luís Carneiro Machado do Vale	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
António Manuel Leitão Borges	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Joana Mafalda Felício Ferreira	185,49	0,00	0,00	-	0,00	185,49
Vítor Manuel Simões Dias	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Lucinda Silva Fonseca Moreira	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
						185,49

TABELA 30 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO MENSAL (€)	N.º DE MANDATOS
			FORMA ⁽¹⁾	DATA		
2019-2021	Presidente	Saskia Márcia Ferreira Lopes	AG	02/04/2019	1 281,90	2
2019-2021	Vogal	Luís Miguel Barros Martins Damas	AG	02/04/2019	961,42	2
2019-2021	Vogal	Maria do Carmo dos Reis e Silva Mendes	AG	02/04/2019	0,00	2

(1) Indicar AG/DUE/Despacho

TABELA 31 – REMUNERAÇÕES DO CONSELHO FISCAL EM 2022

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)		
	BRUTO (1)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2)	VALOR FINAL (3) = (1) - (2)
Saskia Márcia Ferreira Lopes	17 604,69	880,23	16 724,46
Luís Miguel Barros Martins Damas	13 459,45	672,97	12 786,48
Maria do Carmo dos Reis e Silva Mendes ^(a)	14 853,51	742,68	14 110,83
	2 295,88		43 621,77

^(a) A remuneração de 2022 inclui retroativos a 22/11/2021, data em que assumiu funções em substituição do Dr. Pinto Moreira, que renunciou ao cargo.

TABELA 32 – REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

MANDATO (INÍCIO-FIM)	CARGO	NOME	IDENTIFICAÇÃO SROC/ROC		DESIGNAÇÃO			N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NO GRUPO	Nº DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA SOCIEDADE
			N.º DE INSCRIÇÃO NA OROC	N.º REGISTO NA CMVM	FORMA ⁽¹⁾	DATA	DATA DO CONTRATO		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	20161485	AG	02/04/2019	22/07/2019	4	4
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	02/04/2019	-	3	3
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	02/04/2019	-	4	4

⁽¹⁾ Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

TABELA 33 – REMUNERAÇÕES DO ROC EM 2022

NOME ROC	VALOR ANUAL CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - 2022 (€)			IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ANUAL DE SERVIÇOS ADICIONAIS - 2022 (€)		
	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)		VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	6.779	0	6.779	Despesas administrativas não incluídas no contrato	181,00	0	181,00
Carlos José Figueiredo Rodrigues	0	0	0	-	0	0	0

A Águas do Douro e Paiva, S.A. não tem Auditor Externo.

7.7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO (EGP)

No que se refere a:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Nas tabelas seguintes apresentam-se as despesas com comunicações, combustíveis e portagens.

- c) Ao valor de despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet

TABELA 34 – GASTOS COM COMUNICAÇÕES EM 2022

MEMBRO DO CA	GASTOS COM COMUNICAÇÕES(€)		OBSERVAÇÕES
	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	VALOR ANUAL	
José Luís Carneiro Machado do Vale	n.a.	0	
António Manuel Leitão Borges	80	135,59	
Joana Mafalda Felício Ferreira ^(a)	80	175,92	
Vítor Manuel Simões Dias ^(a)	80	123,64	
Lucinda Silva Fonseca Moreira	n.a.	0	
		435,15	

^(a) Em virtude da acumulação de funções, em 2022, 30,33% do valor dos gastos com comunicações deste administrador foi redebitado à Simdouro

- d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

TABELA 35 – GASTOS ASSOCIADOS A VIATURAS EM 2022

MEMBRO DO CA	PLAFOND MENSAL COMBUSTÍVEL E PORTAGENS	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)			OBSERVAÇÕES
		COMBUSTÍVEL	PORTAGENS	TOTAL	
José Luís Carneiro Machado do Vale	n.a.	0,00	0,00	0,00	
António Manuel Leitão Borges	366,26	2.845,85	1.350,60	4.196,45	
Joana Mafalda Felício Ferreira ^(a)	366,26	3.462,33	461,95	3.924,28	
Vítor Manuel Simões Dias (a)	366,26	2.648,94	1.687,13	4.336,07	
Lucinda Silva Fonseca Moreira	n.a.	0,00	0,00	0,00	
				12.456,80	

^(a) Em virtude da acumulação de funções, em 2022, 30,33% do valor dos gastos com viaturas deste administrador foi redebitado à Simdouro

7.8. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO E DO ARTIGO 11.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A AdDP dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

7.9. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS CONFORME DETERMINA O N.º 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade.

Atualmente a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens pode ser encontrada na seguinte ligação: <https://www.addp.pt/dados.php?ref=remuneracoes>

7.10. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS E DO RELATÓRIO ANUAL ONDE É INDICADO O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ELENCADAS NO PLANO, TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, DESIGNADAMENTE A RECOMENDAÇÃO DO REFERIDO CONSELHO, DATADA DE 1 DE JULHO DE 2009

A empresa adotou, desde janeiro de 2018, um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC), disponível no sítio da empresa na internet (<https://www.addp.pt/dados.php?ref=plano-gestao-riscos>). No início de 2022 foi efetuada a revisão do documento, aprovada pelo Conselho de Administração em 7 de janeiro de 2022, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas. A revisão do documento incluiu a alteração do nome, passando a designar-se Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRIC).

O PPRIC tem como principais objetivos identificar as áreas que, potencialmente, poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação. O Plano pretende, também, reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais *stakeholders*.

Abrangendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009, bem como ao definido no Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdDP procede à avaliação anual do PPRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AdDP e remetido às entidades competentes.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação, alinhado com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdDP uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando o seu comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, bem como de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade. A AdDP e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e o empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, a empresa efetuou a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores, visando a definição dos próximos passos, com vista ao seu robustecimento e integral implementação.

Registe-se ainda que, em 2019, a empresa subescreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

7.11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços até 31 de julho de 2020 e através da AdP-SGPS, a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP-SGPS. Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP-SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP-SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2021, assegurada diretamente pela AdP-SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, enquanto as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

O Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, introduziu alterações à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, bem como ao Código dos Contratos Públicos e ao Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento. Por conseguinte, no quadro da uniformização de práticas ao nível de procedimentos de contratação pública no seio do Grupo AdP, mas igualmente para concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos, incorporando as inovações introduzidas pelo citado Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, foram promovidas formações explicativas aos diversos intervenientes nos processos de contratação pública, avançando os esclarecimentos ou aclaração de interpretações e entendimentos de índole jurídica.

No ano 2022 não foram praticados atos ou celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros, não tendo consequentemente sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas em qualquer processo.

ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente: Papel e economato; Vigilância e segurança; Combustíveis rodoviários; Veículos automóveis e motociclos; Licenciamento de software e serviços conexos e Higiene e Limpeza. É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP-SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

7.12. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS PREVISTAS NO ARTIGO 44.º DO DLEO 2022, JUSTIFICANDO O NÃO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DEFINIDOS

A tabela seguinte apresenta as medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 144.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO) 2022.

TABELA 36 – EFICIÊNCIA OPERACIONAL

EFICIÊNCIA OPERACIONAL (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	2022 EXEC.	2022 ORÇ.	2021 EXEC.	2020 EXEC.	2019 EXEC.	2022/2021		2022/2019	
						Δ ABSOL.	VAR %	Δ ABSOL.	VAR %
(0) EBITDA	21 763	18 244	18 239	18 692	19 226	3 524	19%	2 537	13%
(1) CMVMC	521	564	474	492	524	47	10%	-3	-1%
(2) FSE *	7 942	12 373	11 085	12 733	12 951	-3 143	-28%	-5 009	-39%
(3) Gastos com pessoal*	5 618	5 504	5 143	5 006	4 867	475	9%	751	15%
i. Relativos aos Órgãos Sociais ^{a)}	285	239	235	238	233	49	21%	51	22%
ii. Indemnizações pagas por rescisão ^{a)}	0	0	0	40	0	0	-	0	-
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}	0	0	0	0	0	0	-	0	-
iv. Efeitos do absentismo e do cumprimento de disposições legais ^{a) d)}	730	659	303	122	27	427	141%	703	2597%
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	4 603	4 606	4 605	4 606	4 607	-1	0%	-4	0%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais ^{b)}	351	381	142	69	0	209	147%	351	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(3)-(5)	13 730	18 059	16 560	18 163	18 342	-2 830	-17%	-4 612	-25%
(7) Volume de Negócios (VN)	35 503	36 797	34 737	36 574	37 297	767	2%	-1 794	-5%
Subsídios à Exploração	0	0	0	0	0	0	-	0	-
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0	0	0	-	0	-
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais ^{b)}	0	0	1 237	680	0	-1 237	-	0	-
(9) Volume de Negócios p/ efeitos de apuramento da eficiência operacional (7)+(8)	35 503	36 797	35 974	37 254	37 297	-470	-1%	-1 794	-5%
(10) Peso dos Gastos / VN = (6) / (9)	38,7%	49,1%	46,0%	48,8%	49,2%	0	-16%	0	-21%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	17	23	15	2	14	2	14%	3	20%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ pessoal)	2	2	0	0	2	2	750%	0	31%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	509	415	413	353	436	96	23%	73	17%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	11	36	27	37	45	-16	-59%	-33	-75%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	540	475	456	392	497	83	18%	43	9%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	163	163	152	153	92	11	7%	71	77%
N.º Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	12	12	0	0%	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	10	10	10	10	10	0	0%	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	141	141	130	131	130	11	8%	11	8%
N.º Trabalhadores / N.º CD	14	14	13	13	13	1	8%	1	8%
N.º de Viaturas	58	58	55	54	54	3	5%	4	7%

* valor da demonstração de resultados mais gastos capitalizados

^{a)} Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022.

^{b)} Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

^{c)} Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos. A partir de 2019, métrica calculada considerando o efeito da IFRS 16.

^{d)} Foram valorizadas todas as ausências pontuais durante o ano. Em 2020, 2021 e 2022 foram deduzidos os impactos nos gastos com pessoal decorrentes da pandemia COVID-19 (testes, horas extra e prevenção) e incluídos os valores relativos à reintegração de colaboradores cedidos antes de 2017. No ano de 2022 inclui também o valor correspondente à regularização de 11 vínculos.

Sobre os valores apresentados na tabela Eficiência Operacional, entende-se oportuno dar as seguintes notas:

IMPACTOS NOS GASTOS DECORRENTES DE FATORES EXCECIONAIS

No cálculo do rácio de eficiência operacional (Peso dos gastos/Volume de negócios) foram considerados os seguintes impactos decorrentes de fatores excecionais:

- 2020: Gastos para minimização impactos da pandemia de COVID-19 (EPI, testes diagnóstico, horas extra, etc.) no valor de 69 mil euros
- 2021: Gastos para minimização impactos da pandemia de COVID-19 (EPI, testes diagnóstico, horas extra, etc.) no valor de 142 mil euros
- 2022: Gastos para minimização impactos da pandemia de COVID-19 (EPI, testes diagnóstico, horas extra, etc.) no valor de 87,4 mil euros e gastos com a implementação do artigo 21.º do Acordo Coletivo de Trabalho, no valor de 263,8 mil euros

EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL (PESO DOS GASTOS/VOLUME DE NEGÓCIOS)

Em 2022, devido à acentuada descida das TAR (Tarifas de Acesso à Rede elétrica), os gastos com eletricidade ficaram mais de 60% abaixo do valor gasto em 2021 (-4,3 M€). Esta poupança permitiu acomodar alguns aumentos de preço noutras rubricas, em virtude da subida de inflação acima do esperado (reagentes, tratamento de lamas, combustíveis e aluguer de viaturas, entre outras). Permitiu, ainda, acomodar a atualização salarial de 2022. Ainda assim, o rácio de eficiência operacional ficou 10,4 p.p abaixo do previsto no PAO, fazendo antecipar dificuldades em manter o valor do rácio em 2023, mercê da elevada inflação que se vem sentindo, nomeadamente, na energia elétrica.

EVOLUÇÃO DO VALOR DO CONJUNTO DE GASTOS COM DESLOCAÇÕES E ALOJAMENTO, AJUDAS DE CUSTO, FROTA E ESTUDOS/CONSULTORIA

Analisando a evolução do valor do conjunto de gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo, frota e estudos/consultoria, conclui-se pelo aumento face a 2021 e 2019. Este desvio resulta, essencialmente, dos gastos com frota, justificado por 4 fatores: aumento dos gastos combustíveis pela inflação (+35,4% no gasóleo e de +21,4% na gasolina); retoma da "normal" atividade após período pandémico; mais 3 viaturas que as existentes em 2021 (aprovadas no PAO 2022) e aumento no valor das rendas devido ao prolongamento de contratos de AOV (atrasos na adjudicação de novos concursos).

7.13. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, ARTIGO 136.º DA LOE 2022 E ARTIGO 102.º DO DLEO 2022)

A AdP-SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP-SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos, para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário;

Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP-SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP-SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP-SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto de a AdP-SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Foram constituídos, no Grupo AdP, depósitos a prazo no IGCP (CEDICs) em dezembro de 2022, no valor de 403,5 milhões de euros, com vencimento em 2 de janeiro de 2023.

O Grupo AdP, para o biênio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC n.º 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – *Digital Payment Gateway* da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

Na tabela seguinte apresentam-se as disponibilidades e aplicações financeiras em 2022:

TABELA 37 – PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

IGCP	1.º TRIM 2022	2.º TRIM 2022	3.º TRIM 2022	4.º TRIM 2022
Disponibilidades	2 711 539	4 874 244	3 763 527	862 018
Aplicações financeiras MLP	12 010 557	12 010 557	12 010 557	12 010 557
Aplicações financeiras CP	0	0	0	2 000 000
Total	14 722 096	16 884 801	15 774 084	14 872 575

BANCA COMERCIAL	1.º TRIM 2022	2.º TRIM 2022	3.º TRIM 2022	4.º TRIM 2022
BPI	25 371	39 335	51 803	67 687
Santander	925	925	925	925
BBVA	0	0	0	0
BCP	705	705	581	528
CGD	572	572	267	267
Montepio Geral	0	0	0	0
Bankinter	650	650	271	244
Total	28 223	42 187	53 847	69 651
Juros auferidos	0	0	0	0

(valores em euros)

7.14. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPECTIVO RESULTADO.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

7.15. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE

Foi definida no Grupo AdP a Política de igualdade de género e implementado na AdDP o Plano para a igualdade de género.

A 4 de dezembro de 2020 foi aprovada pelo Conselho de Administração, o Política de Igualdade entre Homens e Mulheres. Esta política encontra-se estruturada em 7 áreas/dimensões agregadoras: 1. Estratégia, Missão e Valores; 2. Igualdade no acesso a emprego; 3. Formação inicial e contínua; 4. Igualdade nas condições de trabalho; 5. Proteção na parentalidade; 6. Conciliação Entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional e 7. Prevenção da prática de assédio no trabalho.

Estas 7 dimensões compreendem várias medidas de intervenção, às quais se associam o estado de implementação e as entidades/órgãos responsáveis pela sua execução.

Atualmente, e nos termos conjugados do artigo 7.º desta Lei e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Foi disponibilizado pela CITE um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor.

O Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, de apoio às empresas na elaboração dos Planos para Igualdade.

O Plano de Igualdade para 2022 foi carregado no Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas do CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego).

7.16. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A AdDP, de acordo com o estabelecido no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais (CSC), não é considerada uma grande empresa (número médio de trabalhadores inferior a 500), pelo que não está obrigada à apresentação da Demonstração Não Financeira. Não obstante, a informação requerida nos n.os 2 dos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC poderá ser encontrada nos capítulos relativos à sustentabilidade e à gestão do capital humano, do presente Relatório de Gestão.

7.17. QUADRO COM INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SÍTIO DO SEE NA INTERNET

Não aplicável.

Conforme orientações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a AdDP não divulga informação no sítio do Setor Empresarial do Estado (SEE) na internet por não ser participada diretamente pelo Estado. A divulgação da informação é feita pela PARPÚBLICA.

8. PERSPETIVAS FUTURAS

No âmbito do Plano de Atividades e Orçamento, em 2023 a AdDP orientará o seu foco e a sua estratégia de atuação para a concretização dos objetivos e das metas nele estabelecidos.

Genericamente, pretende-se dar continuidade ao cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, em alinhamento com as ambições de sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, dando resposta à garantia da prossecução das políticas setoriais e consolidando a AdDP como uma empresa de referência no setor do ambiente.

A tarifa a aplicar pela AdDP em 2023 será de 0,3673 €/m³, valor aprovado pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática. A componente tarifária acrescida (CTA), a pagar à Águas do Norte, S.A. nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro e do Contrato de Concessão, será de 0,0798 €/m³.

A AdDP prevê fornecer um volume de 103 milhões de m³ de água, em 2023.

Considerando que os gastos serão bastante afetados pelo aumento geral da inflação, e, em particular, pelo aumento de preços no mercado mundial de energia, na sequência da crise geopolítica que resultou do conflito armado na Ucrânia, a AdDP terá de envidar todos os esforços na contenção de gastos operacionais e financeiros, de forma a equilibrar o seu rácio de eficiência operacional (peso dos gastos no volume de negócios).

Para 2023 está previsto um investimento total de cerca de 18,3 milhões de euros, sendo de destacar: Reabilitação da ETA de Castelo de Paiva; Reabilitação da captação do rio Ferreira; Fornecimento e instalação dos equipamentos solar fotovoltaico AdDP; Abastecimento a Fajões (Oliveira de Azeméis); Ampliação do reservatório de Souto Redondo e Duplicação da conduta Lagoa – Seixo Alvo. Antecipa-se que a crise geopolítica instalada traga alguns constrangimentos à execução dos investimentos previstos, quer por dificuldades de obtenção de matérias, quer devido à elevada inflação que se tem feito sentir.

A revisão do EVEF da AdDP, a concluir em 2023, suportará o segundo período tarifário de vida da empresa. Neste EVEF estão incluídos os principais planos de intervenção operacional para os próximos anos.

A AdDP irá manter os compromissos assumidos na política empresarial nas várias vertentes da sustentabilidade, nomeadamente através da renovação da certificação do Sistema de Gestão nas normas de qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social, energia, ativos e conciliação.

A AdDP continuará, ainda, a exercer a atividade de oferta de rede e serviço de comunicações eletrónicas, que permite o acesso a serviços de comunicações, nomeadamente internet de grande capacidade.

Sempre tendo como principal preocupação a satisfação dos seus Clientes, a AdDP manterá o empenho na prestação de um serviço eficaz e eficiente, disponibilizando um produto de qualidade a uma tarifa socialmente aceitável e garantindo a satisfação dos seus Clientes.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na passagem de mais um ano de atividade da AdDP, importa salientar que os principais objetivos da empresa foram cumpridos.

Durante 2022 a AdDP distribuiu 99 milhões de metros cúbicos de água, aos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra, Valongo e Vila Nova de Gaia.

Relativamente ao investimento nas infraestruturas do sistema de abastecimento de água, destacam-se os investimentos realizados em Lever, Castelo de Paiva e Baião, onde se iniciou a obra da nova origem e se está a construir o abastecimento à zona nascente.

Foi possível concluir o ano com um rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios igual a 38,7%, valor inferior ao previsto no PAO 2022.

A gestão rigorosa dos gastos operacionais permitiu, uma vez mais, registar nas contas da AdDP um Desvio de Recuperação de Gastos bruto (DRG) superavitário de 13,3 milhões de euros, o que levou ao aumento do DRG bruto acumulado em balanço, de natureza superavitária, que, no final de 2022, atinge um valor de 63,2 milhões de euros.

Na perspetiva social, a empresa tem dado ênfase à motivação e estabilidade dos seus colaboradores, à qualidade da prestação de serviços e à sua atuação como instrumento de desenvolvimento da região em que se insere, nomeadamente, através da promoção dos conceitos de proteção e valorização do ambiente junto da comunidade.

Consciente da importância do seu papel, a AdDP continuará a pautar a sua atividade pelos mais elevados níveis de desempenho, procurando contribuir eficazmente para o desenvolvimento da região em que se insere, contando com o envolvimento de todos os Colaboradores e o apoio de Acionistas, Clientes, Regulador, Fornecedores e Comunidade Envolvente.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 30.º dos Estatutos da Sociedade constantes do Anexo ao Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, este Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo de 1.182.568,43 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva Legal – 59.128,42 euros
- Distribuição de Dividendos – 1.123.440,01 euros

Em cumprimento das disposições legais vigentes, informa-se que não se encontram em mora quaisquer dívidas ao Setor Público Estatal.

11. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS



RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2022.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Porto, 27 de fevereiro de 2023

Os Administradores Não Executivos da Águas do Douro e Paiva, S.A.



José Luís Machado do Vale



Lucinda Silva Fonseca Moreira

Por fim, o Conselho de Administração, reconhecendo o contributo e apoio que tem recebido, de forma direta ou indireta, na prossecução dos objetivos da Águas do Douro e Paiva, S.A., agradece:

Ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática,

À Águas de Portugal, SGPS, S.A.,

Aos Municípios acionistas da empresa,

Aos restantes órgãos da empresa,

E, finalmente, aos Colaboradores da empresa que com a sua elevada dedicação tornaram possível a concretização dos objetivos definidos.

Porto, 7 de março de 2023

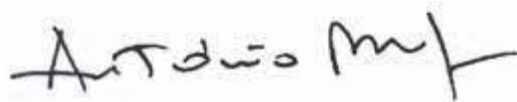
O Conselho de Administração,



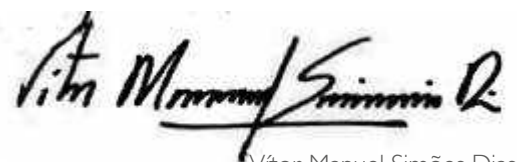
José Luís Carneiro Machado do Vale



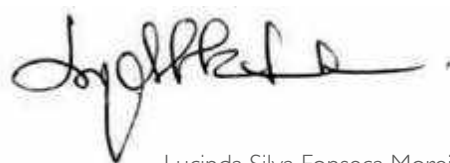
Joana Mafalda Felício Ferreira



António Manuel Leitão Borges



Vítor Manuel Simões Dias



Lucinda Silva Fonseca Moreira

CONTAS DO EXERCÍCIO



CONTAS INDIVIDUAIS

Nos termos da Lei e dos estatutos, vem o Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano 2022.

Em termos de apresentação, o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira
- Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral
- Demonstração das Variações do Capital Próprio
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas às Demonstrações Financeiras

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do ROC
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- Certificação Legal de Contas



2022

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	NOTAS	31.12.2022	31.12.2021
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	8	141 188 159	145 682 763
Ativos fixos tangíveis	9	457 404	508 606
Ativos sob direito de uso	10	231 549	336 767
Outros ativos financeiros	11	12 159 301	12 155 296
Impostos diferidos ativos - desvio de recuperação de gastos	12/22	16 431 978	12 723 468
Impostos diferidos ativos - outros	12	12 182 082	12 194 156
Total dos ativos não correntes		182 650 474	183 601 055
Ativos Correntes			
Inventários	13	697 548	674 142
Clientes	14	5 432 210	5 569 405
Outros ativos correntes	15	630 198	523 744
Caixa e seus equivalentes	16	2 934 180	4 092 684
Total dos ativos correntes		9 694 136	10 859 975
Total do ativo		192 344 610	194 461 030
Capital próprio			
Capital social	17	20 902 500	20 902 500
Reservas e outros ajustamentos	17	8 939 850	8 902 164
Resultado líquido do exercício	17	1 182 568	753 707
Total do capital próprio		31 024 918	30 558 371
Passivos Não Correntes			
Acréscimos de gastos para investimento contratual	20	19 399 305	21 682 997
Subsídios ao investimento	21	43 879 990	46 528 432
Empréstimos	18	15 972 708	29 252 748
Passivos da locação	10	79 706	50 966
Fornecedores e outros passivos não correntes	19	668 600	598 626
Impostos diferidos passivos	12	4 054 136	4 221 788
Desvio de recuperação de gastos	22	63 199 917	49 895 955
Total dos passivos não correntes		147 254 364	152 231 512
Passivos Correntes			
Empréstimos	18	1 302 239	1 243 712
Passivos da locação	10	54 440	190 359
Fornecedores e outros passivos correntes	19	11 422 950	9 990 738
Imposto sobre o rendimento do exercício	23	1 285 700	246 339
Total dos passivos correntes		14 065 329	11 671 147
Total do passivo		161 319 692	163 902 659
Total do passivo e do capital próprio		192 344 610	194 461 030

A Contabilista Certificada



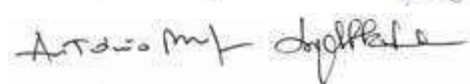
O Diretor Administrativo e Financeiro



O Conselho de Administração







DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

	NOTAS	31.12.2022	31.12.2021
Rédito de contratos com clientes	24	35 503 255	34 736 663
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	25	8 240 550	4 881 161
Desvio de recuperação de gastos	22	-13 303 963	-9 075 895
Gastos com mercadorias e matérias consumidas	26	-521 134	-474 045
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	25	-8 240 550	-4 881 161
Fornecimentos e serviços externos	27	-7 894 939	-11 035 130
Gastos com pessoal	28	-5 184 406	-4 793 195
Amortizações do exercício	29	-10 702 576	-10 670 894
Subsídios ao investimento	21	3 242 440	3 166 776
Outros gastos e perdas operacionais	30	-668 930	-740 401
Outros rendimentos e ganhos operacionais	31	529 334	545 181
Resultados operacionais		999 082	1 659 060
Gastos financeiros	32	-639 411	-876 979
Rendimentos financeiros	33	751 763	791 100
Resultados financeiros		112 352	-85 879
Resultados antes de imposto		1 111 434	1 573 181
Imposto do exercício	23	-3 792 954	-2 860 415
Imposto diferido - desvio de recuperação gastos	23/12	3 708 510	2 110 253
Imposto diferido - outros	23/12	155 579	-69 312
Resultado líquido do exercício	38	1 182 568	753 707
Rendimento integral		0,00	0,00
Resultado por ação	17	0,057	0,036

A Contabilista Certificada

 Luísa Mendes

O Diretor Administrativo e Financeiro

 João Paulo Santos

O Conselho de Administração

 Paulo
 António Manuel
 João

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	NO- TAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Saldo inicial - 01 de janeiro de 2021		20 902 500	1 906 133	6 957 195	0	776 726	30 542 554
Reforço da Reserva Legal	-	0	38 836	0	0	-38 836	0
Distribuição de dividendos (2020)	-	0	0	0	0	-737 890	-737 890
Resultado líquido de 2021	-	0	0	0	0	753 707	753 707
Saldo final - 31 de dezembro de 2021		20 902 500	1 944 969	6 957 195	0	753 707	30 558 371
Reforço da Reserva Legal	17	0	37 685	0	0	-37 685	0
Distribuição de dividendos (2021)	17	0	0	0	0	-716 021	-716 021
Resultado líquido de 2022	17	0	0	0	0	1 182 568	1 182 568
Saldo final - 31 de dezembro de 2022		20 902 500	1 982 654	6 957 195	0	1 182 568	31 024 918

A Contabilista Certificada



O Conselho de Administração



O Diretor Administrativo e Financeiro







DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	39 019 144	41 973 073
Pagamentos a fornecedores	(10 197 431)	(15 047 263)
Pagamentos ao pessoal	(5 332 136)	(5 261 777)
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento	(2 638 739)	(2 708 347)
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional	(1 401 830)	(648 998)
	19 449 008	18 306 687
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de subsídios de investimento	593 998	0
Pagamentos de investimentos financeiros	0	0
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(952)	(25 049)
Pagamentos de ativos intangíveis	(6 964 532)	(3 123 321)
	(6 371 485)	(3 148 370)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	2 500 000	0
Recebimento de juros aplicações financeiras	563 278	563 278
Recebimentos financeiros - Outros n. especificados	0	0
Pagamentos de empréstimos obtidos	(15 716 740)	(12 117 272)
Pagamentos de capital dos passivos da locação	(107 179)	(225 477)
Pagamentos de juros e gastos similares	(833 047)	(1 040 254)
Pagamentos de dividendos	(642 350)	(661 969)
	(14 236 038)	(13 481 694)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1 158 515)	1 676 623
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 092 684	2 416 061
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 934 169	4 092 684
	(1 158 515)	1 676 623

A Contabilista Certificada

Luzides BEATO STELLA

O Diretor Administrativo e Financeiro

Paulo Roberto Santos

O Conselho de Administração

Flavio

Antônio Manoel Simões R.

Artur M. de Aguiar

DECOMPOSIÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	2 500	2 500
Depósitos à ordem	931 669	4 090 184
Depósitos a prazo (sem acréscimo de juros a receber)	2 000 000	0
	2 934 169	4 092 684
Descobertos bancários de depósitos à ordem	0	0
	2 934 169	4 092 684

RECONCILIAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

	31.12.2021	PAGAMENTOS	RECEBIMENTOS	31.12.2022
Empréstimos bancários BEI	18 469 488	1 216 740	0	17 252 748
Empréstimos - empresa-mãe	12 000 000	14 500 000	2 500 000	0
Total de empréstimos	30 469 488	15 716 740	2 500 000	17 252 748

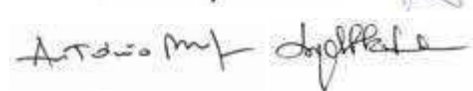
A Contabilista Certificada

 Luísa Mendes

O Diretor Administrativo e Financeiro

 João Paulo Santos

O Conselho de Administração

 João Paulo Santos
 António Manuel
 António Manuel

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. ATIVIDADE ECONÓMICA DA ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.

1.1. INTRODUÇÃO

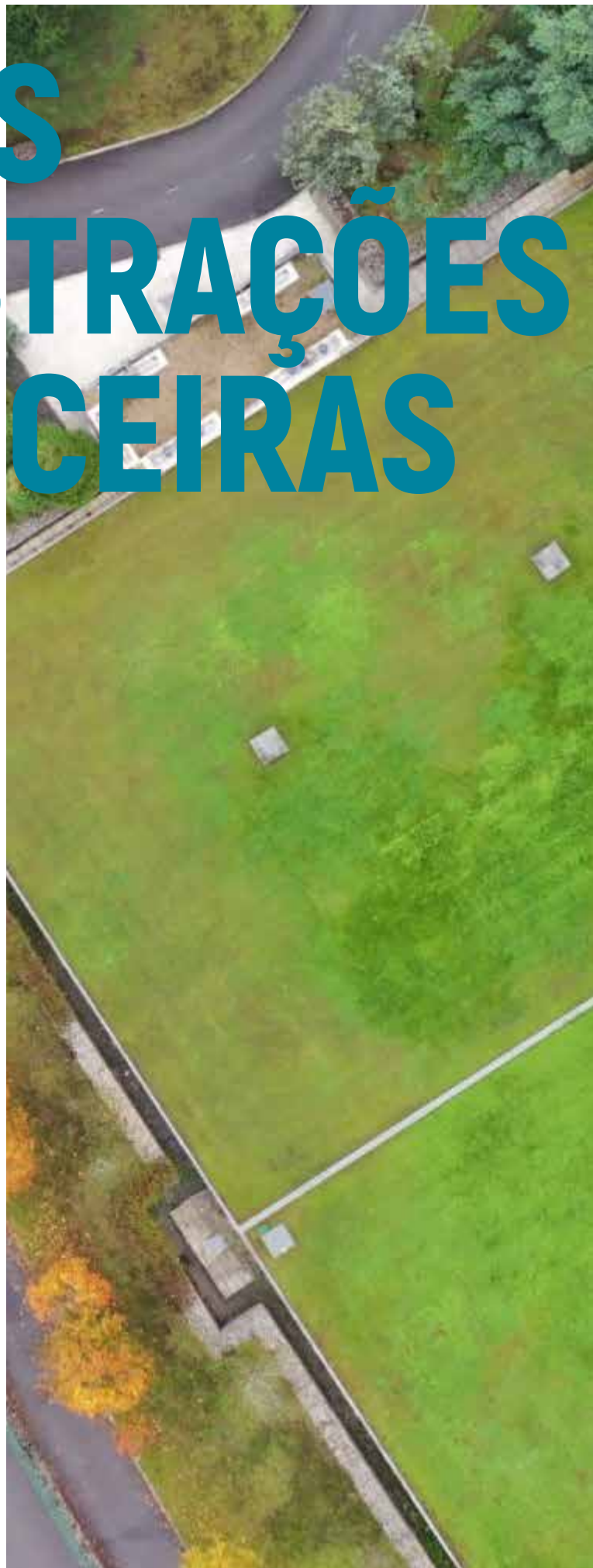
A Águas do Douro e Paiva, S.A. (adiante designada também por AdDP, empresa, concessionária ou sociedade) foi constituída em 11 de fevereiro de 2017, tendo a sua sede social na Rua de Vilar, 235 – 5º andar, no Porto.

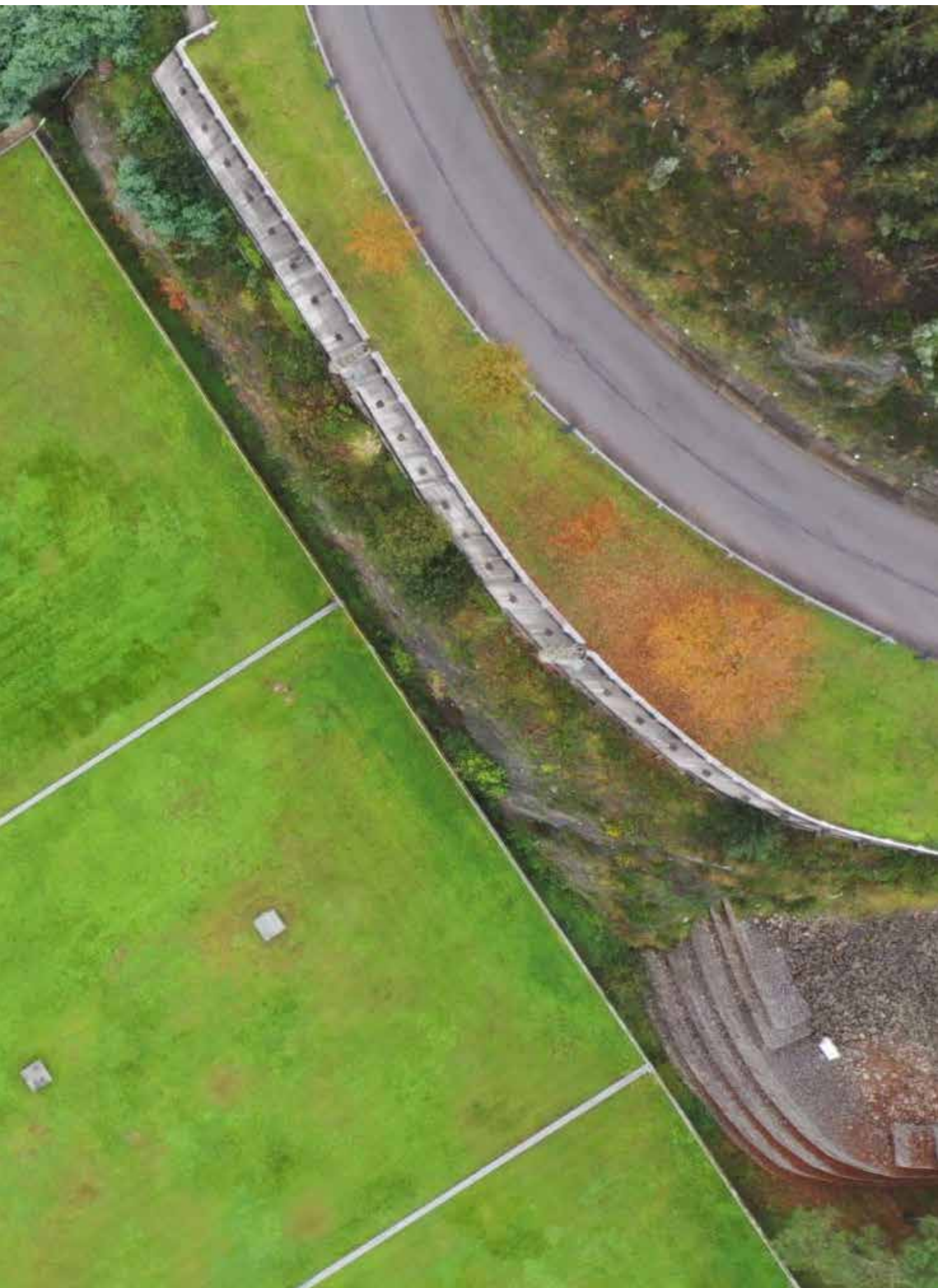
A Águas do Douro e Paiva, S.A. tem como objeto a exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto.

1.2. ATIVIDADE

A Águas do Douro e Paiva, S.A. foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, por cisão da sociedade Águas do Norte, S.A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, tendo-lhe sido atribuída a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, exceto nas situações previstas no contrato de concessão.

Por efeito da cisão da sociedade Águas do Norte, S.A. operada nos termos e pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, foram transferidos para a concessionária todos os direitos e obrigações, de qualquer fonte e natureza, incluindo as posições contratuais de que era titular a Águas do Norte, S.A., e que para ela tinham sido transferidos mediante a transferência do património global da sociedade Águas do Douro e Paiva, S.A. com o número de matrícula e identificação de pessoa coletiva 503.537.624, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio.





A concessionária sucede ainda em todos os direitos e obrigações de que a Águas do Norte, S.A. é titular desde a data da sua constituição e que não resultaram da transferência prevista no número anterior, mas respeitam ainda ao sistema, sendo transferidos todos os elementos patrimoniais que correspondem à universalidade de bens, direitos e obrigações relacionados, direta ou indiretamente, com as infraestruturas do sistema e que à data da cisão se encontram na esfera da Águas do Norte, S.A..

A AdDP tem como objeto social a exploração e gestão em regime de exclusivo do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, o qual integra como utilizadores os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Porto, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Valongo, Vila Nova de Gaia, Paredes, Lousada, Felgueiras e Paços de Ferreira.

A atividade da empresa vigorará por um período de 20 anos, período definido para a concessão que termina no último dia civil do vigésimo ano, i.e. 31.12.2036. A atividade é regulada pelo contrato de concessão outorgado entre o Estado Português e a Águas do Douro e Paiva, S.A., em 22 de fevereiro de 2017. Este contrato previsto no decreto-lei da constituição da sociedade, integra um estudo de viabilidade económica e financeira que fixa um conjunto de pressupostos relevantes, entre os quais se destacam as regras e os valores definidos para as tarifas e o cálculo do desvio de recuperação de gastos, correspondendo este à diferença existente, à data da extinção da sociedade Águas do Douro e Paiva, S.A. com o número de matrícula e identificação de pessoa coletiva 503.537.624, que foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, entre os resultados líquidos da concessionária advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a concessionária tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, bem como à diferença verificada, anualmente, a partir de 01 de janeiro de 2017, entre o resultado líquido obtido pela concessionária adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas que permitissem a cobertura integral dos gastos das atividades em cenário de eficiência produtiva e uma remuneração adequada dos capitais próprios da concessionária.

De acordo com o contrato de concessão, o valor do desvio de recuperação de gastos a reconhecer anualmente fica sujeito a aprovação pela entidade reguladora do setor (ERSAR) até ao final de fevereiro do ano seguinte a que respeita.

Assim, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da concessão, caudais e as próprias tarifas aprovadas.

1.3. ACIONISTAS

O capital social subscrito está representado por 20.902.500 ações, com o valor nominal de 1 euro cada, encontrando-se realizado na totalidade.

A estrutura atual do capital subscrito e realizado é a seguinte:

ACIONISTAS	%	N.º AÇÕES	CAPITAL REALIZADO
ADP - Águas de Portugal	51,00	10 660 275	10 660 275
Município de Amarante	2,99	624 000	624 000
Município de Arouca	0,29	59 985	59 985
Município de Baião	0,53	111 000	111 000
Município de Castelo de Paiva	0,27	55 420	55 420
Município de Cinfães	0,16	34 420	34 420
Município de Espinho	1,43	299 350	299 350
Município de Gondomar	4,03	842 185	842 185
Município de Maia	2,71	566 805	566 805
Município de Matosinhos	5,39	1 127 560	1 127 560
Município de Oliveira de Azeméis	1,63	341 605	341 605
Município de Ovar	0,91	190 375	190 375
Município de Porto	13,31	2 781 220	2 781 220
Município de St.ª. Maria da Feira	2,33	486 270	486 270
Município de S. João da Madeira	0,37	77 655	77 655
Município de Valongo	2,75	575 240	575 240
Município de Vila Nova de Gaia	5,44	1 136 910	1 136 910
Município de Paredes	1,53	319 725	319 725
Município de Lousada	0,69	143 325	143 325
Município de Felgueiras	1,15	241 325	241 325
Município de Paços de Ferreira	1,09	227 850	227 850
TOTAL	100,00	20 902 500	20 902 500

1.4. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 7 de março de 2023.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As presentes Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e Interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (SIC), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente, exceto quando referido em contrário.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

2.1.1. INTRODUÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Douro e Paiva, S.A. foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. CONVERSÃO CAMBIAL

2.2.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdDP estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdDP e respetivas notas são apresentadas em euros (EUR), salvo indicação explícita em contrário..

2.2.2. TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em Outras reservas, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas do Douro e Paiva, S.A. de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

À data de 31 de dezembro de 2022 não existem saldos em moeda diversa do euro.

2.3. ATIVIDADE REGULADA

2.3.1. INTRODUÇÃO

A Águas do Douro e Paiva S.A., enquanto gestora do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, desenvolve a sua atividade num setor regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente, à exceção das tarifas a praticar no primeiro período tarifário (primeiros 5 anos), definidas no anexo III ao contrato de concessão e atualizadas para o ano da sua aplicação, de acordo com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor; sendo esta atualização ratificada pela entidade reguladora do setor (ERSAR).

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a Águas do Douro e Paiva, S.A. pode registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

A AdDP está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

2.3.2. ENQUADRAMENTO – ATIVIDADE CONCESSIONADA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma as empresas concessionárias do Grupo prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto na IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IFRS 15.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.3.3. CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionária classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetados ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.3.4. AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas concessionárias de água são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

2.3.5. ACRÉSCIMOS DE GASTOS PARA INVESTIMENTO CONTRATUAL

Em cumprimento do estipulado no contrato de concessão e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas do Douro e Paiva, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), na rubrica acréscimos de custos para investimentos contratuais, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.3.6. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) a diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) a diferença verificada, anualmente, até

ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. A Águas do Douro e Paiva, S.A. regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados nos termos do presente decreto-lei, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.3.7. VALOR RESIDUAL

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo Concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão dar lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Os investimentos que se encontrem nessas condições são classificados como ativos financeiros não correntes (valor a receber, mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva).

2.4. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas do Douro e Paiva, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

2.5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Douro e Paiva, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem e as que se encontram divulgadas ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas notas.

2.5.1. PROVISÕES

A Águas do Douro e Paiva, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Douro e Paiva, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber e na situação financeira dos clientes.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A 31.12.2022 não existem provisões na AdDP.

2.6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS

3.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentada nos comparativos.

3.2. NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2022

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

3.3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2023 ou posteriores e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

JÁ ENDOSSADAS PELA EU

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso / passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UE

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa após 1 de janeiro de 2023.

3.4. NORMAS EM REVISÃO

IFRS 14 CONTAS DE DIFERIMENTO RELACIONADAS COM ATIVIDADES REGULADAS

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os *cash-flows* futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os *cash-flows* futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

4.1. FATORES DE RISCO

As atividades da Águas do Douro e Paiva, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

A exposição do risco cambial é reduzida sendo a quase totalidade das operações em euros.

4.2. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas do Douro e Paiva, S.A.. A AdDP está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

4.2.1. CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de vendas a clientes (fornecimento de água). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). De facto, do montante de faturação a clientes de 49,1 milhões de euros, a 31.12.2022, não se encontra qualquer valor vencido.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando o prazo médio de recebimento e a condição financeira do cliente, neste pressuposto a empresa entende não ser necessário registar nas contas qualquer ajustamento de risco de crédito.

	TOTAL VENCIDO	NÃO VENCIDO	ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	TOTAL	TIPO	RISCO
AdRA	0	0	85 461	85 461	EG	Baixo
AdNorte	0	166 995	122 732	289 727	EG	Baixo
Epal	0	959	0	959	EG	Baixo
Município de Lousada	0	0	51 353	51 353	Mun.	Baixo
SMEAS da Maia	0	0	221 101	221 101	Mun.	Baixo
Águas de Gaia, EM, SA	0	703 991	518 848	1 222 839	Mun.	Baixo
Município de Felgueiras	0	0	86 129	86 129	Mun.	Baixo
Município de Espinho	0	87 745	64 167	151 913	Mun.	Baixo
Município de Vale de Cambra	0	0	1 663	1 663	Mun.	Baixo
CMPEA do Porto	0	822 476	602 616	1 425 092	Mun.	Baixo
Município de Castelo de Paiva	0	68 785	52 315	121 100	Mun.	Baixo
Águas de São João, EM, SA	0	26 657	18 930	45 586	Mun.	Baixo
Penafiel Verde, EM	0	11 556	9 096	20 651	Mun.	Baixo
Indáqua Feira	0	198 444	146 238	344 682	Out.	Médio
Águas de Valongo, SA	0	191 024	142 149	333 173	Out.	Médio
Águas de Paredes, SA	0	80 475	62 108	142 583	Out.	Médio
Águas de Paços de Ferreira	0	86 326	63 134	149 459	Out.	Médio
Indáqua Matosinhos	0	0	348 690	348 690	Out.	Médio
Águas de Gondomar, SA	0	0	235 584	235 584	Out.	Médio
Indáqua Oliveira de Azeméis	0	88 238	66 225	154 463	Out.	Médio
TOTAL	0	2 533 668	2 898 542	5 432 210		

E.G. - Empresas do grupo AdP / Mun. - Municípios / Out. - Outros clientes

4.2.2. CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Douro e Paiva, S.A. ao risco de crédito, não incluindo os saldos de clientes e outros devedores, a 31 de dezembro de 2022:

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à ordem - nota 16	931 669	4 090 184
Depósitos a prazo - CEDIC	2 000 011	0
Aplicações financeiras - CEDIM - nota 11	12 146 656	12 146 656
Aplicações financeiras - Fundo de Compensação do Trabalho	12 645	8 640
	15 090 982	16 245 479

RATING	31.12.2022	31.12.2021
A2	0	925
A3	0	751
A-	1 169	0
Baa1	0	83 930
Baa2	267	16 150 539
BBB+	15 008 685	0
BBB	67 687	0
Ba3	0	694
BB	528	0
sem rating conhecido	12 645	8 640
	15 090 982	16 245 479

Nota: Notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras.

4.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade para liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica do negócio subjacente, a tesouraria da Águas do Douro e Paiva, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito linhas de crédito disponíveis. A Águas do Douro e Paiva, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Douro e Paiva, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados, a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS
Passivos			
Empréstimos	1 302 239	5 943 336	10 029 372
Fornecedores	3 982 828		668 600
Outros passivos correntes	4 303 960		
	9 589 027	5 943 336	10 697 972

O valor de 1,3 milhões de euros relativo a financiamentos de curto prazo é constituído pelas amortizações a efetuar em 2023 dos financiamentos BEI.

Além dos financiamentos BEI, a AdDP utilizou também parcialmente uma linha de suprimentos da AdP-SGPS de renovação bienal no valor de 45 milhões de euros e tem disponível uma outra linha, também da AdP-SGPS, de apoio à tesouraria, não utilizada, no valor de 5 milhões de euros.

Não se preveem dificuldades para a liquidação dos financiamentos de curto prazo devido ao nível de *cash-flow* gerado pela empresa e ao facto de ser expectável a renovação das linhas de suprimentos e apoio à tesouraria disponibilizadas pela AdP-SGPS, que ascendem a 51 milhões de euros, e que se encontram totalmente disponíveis, conforme nota 18.6.

4.4. RISCO DE MERCADO

4.4.1. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da Águas do Douro e Paiva, S.A. advém da contratação de empréstimos. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Douro e Paiva, S.A. ao risco de fluxos de caixa e os empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Douro e Paiva, S.A. ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e consequente desvio tarifário.

A taxa de juro real média incorrida em 2022 foi de 2,45 % (2,24% em 2021).

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DE TAXA DE JURO

		31.12.2022	31.12.2021
Juros suportados	Real - nota 32	674 198	863 116
Juros suportados	Tx Média + 1 p.p.	949 381	1 248 435
Juros suportados	Tx Média - 1 p.p.	399 015	477 796

O impacto de uma eventual variação de 1 ponto percentual, favorável ou desfavorável, na taxa média de juro, terá uma variação de 40,82%, positiva ou negativa, no gasto com juros suportados.

4.4.2. RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais na AdDP em energia e combustíveis, representam aproximadamente 38% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Serviços negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.5 RISCO DE CAPITAL

O objetivo da Águas do Douro e Paiva, S.A. em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Douro e Paiva, S.A. é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos não correntes	15 972 708	29 252 748
Empréstimos correntes	1 302 239	1 243 712
Disponibilidades	2 934 180	4 092 684
Dívida	14 340 767	26 403 776
Subsídios ao investimento	43 879 990	46 528 432
Total do capital próprio	31 024 918	30 558 371
Capital	74 904 908	77 086 803
Dívida / Capital	19%	34%

Os subsídios ao investimento foram incluídos no cálculo do rácio uma vez que o subsídio ao investimento não é uma obrigação presente e, por isso, não é uma obrigação da qual se espere exfluxos financeiros futuros. Para este efeito deve ser tratado como capital próprio e, todos os anos, esse capital é transformado em rendimento de forma a acompanhar as depreciações dos bens a que está associado.

O modelo de financiamento da Águas do Douro e Paiva, S.A. assenta tipicamente em três tipos:

- financiamento bancário remunerado, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI,
- financiamento pela casa mãe a título de suprimentos e apoio à tesouraria,
- capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

4.6. RISCO DE EXPLORAÇÃO

4.6.1. RISCO DE CATÁSTROFE

A Águas do Douro e Paiva, S.A. está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.6.2. RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo AdP. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa que podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. COMPARABILIDADE

Não foi introduzido ou alterado qualquer princípio contabilístico que leve à necessidade de reexpressar as contas de anos anteriores.

Os valores finais das demonstrações financeiras de 2022 são diretamente comparáveis com os valores apresentados em 2021.

6. INFORMAÇÃO POR ATIVIDADES

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público.

O objeto da concessão compreende ainda a conceção, a construção, a instalação, a aquisição das infraestruturas e instalações necessárias para a realização da sua atividade.

ATIVIDADE EM ALTA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	AA	CONSTRUÇÃO
	31-12-2022	31-12-2022
Rédito de contratos com clientes	35 503 255	0
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	0	8 240 550
Desvio de recuperação de gastos	-13 303 963	0
Custo com mercadorias e matérias consumidas	-521 134	0
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	0	-8 240 550
Fornecimentos e serviços externos	-7 894 939	0
Gastos com pessoal	-5 184 406	0
Amortizações do exercício	-10 702 576	0
Subsídios ao investimento	3 242 440	0
Outros gastos e perdas operacionais	-668 930	0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	529 334	0
Resultados operacionais	999 082	0
Gastos financeiros	-639 411	0
Rendimentos financeiros	751 763	0
Resultados financeiros	112 352	0
Resultados antes de imposto	1 111 434	0
Imposto do exercício	-3 792 954	0
Imposto diferido	3 864 089	0
Resultado líquido do exercício operações	1 182 568	0

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

	ATIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS A 31.12.2022
Outros ativos financeiros	12 159 301	0	12 159 301
Clientes	5 432 210	0	5 432 210
Outros ativos correntes	72 641	0	72 641
Caixa e seus equivalentes	2 934 180	0	2 934 180
Total do ativo	20 598 333	0	20 598 333
Empréstimos não correntes	0	15 972 708	15 972 708
Fornecedores e outros passivos não correntes	0	668 600	668 600
Empréstimos correntes	0	1 302 239	1 302 239
Fornecedores e outros passivos correntes	0	3 042 721	3 042 721
Total do passivo	0	20 986 268	20 986 268

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

8.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (DUI) – CONCESSÕES

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.3.

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os outros ativos fixos intangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciados ao longo do período da concessão a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento.

Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do ativo.

IMPARIDADE

Os ativos da Águas do Douro e Paiva, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector. Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a empresa efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

8.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão). De salientar que as estimativas de caudais a tratar/abastecer está sujeita a revisões periódicas, com base em nova informação disponível.

Na determinação do investimento contratual a empresa utiliza para efeitos de base de depreciações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de concessão e/ou EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeito a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

8.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe e movimento ocorrido nos ativos intangíveis nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

VALOR BRUTO	31.12.2021	AUMENTOS	ALIENAÇÕES /ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2022
Outros intangíveis	1 555 456	0	0	0	0	1 555 456
Direitos de utilização de infraestruturas	431 450 235	2 329 034	0	0	3 194 963	436 974 232
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	6 090 441	5 911 516	0	0	-3 194 963	8 806 993
TOTAL	439 096 132	8 240 550	0	0	0	447 336 682

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2021	AUMENTOS	ALIENAÇÕES /ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2022
Outros intangíveis	1 186 467	25 390 ^(*)	0	0	0	1 211 857
Direitos de utilização de infraestruturas	292 226 902	9 945 070 ^(*)	0	0	2 764 695 ^(**)	304 936 667
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	0		0	0	0	0
TOTAL	293 413 369	9 970 460	0	0	2 764 695	306 148 524

(*) conforme nota 29

(**) conforme nota 20

VALOR LIQUIDO	31.12.2021	AUMENTOS	ALIENAÇÕES /ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2022
Outros intangíveis	368 989	-25 390	0	0	0	343 599
Direitos de utilização de infraestruturas	139 223 333	-7 616 036	0	0	430 268	132 037 566
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	6 090 441	5 911 516	0	0	-3 194 963	8 806 993
TOTAL	145 682 763	-1 729 910	0	0	-2 764 695	141 188 159

VALOR BRUTO	31.12.2020	AUMENTOS	ALIENAÇÕES /ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2021
Outros intangíveis	1 555 456	0	0	0	0	1 555 456
Direitos de utilização de infraestruturas	428 753 146	251 253	-9 234	0	2 455 069	431 450 235
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	3 915 602	4 629 908	0	0	-2 455 069	6 090 441
TOTAL	434 224 204	4 881 161	0	0	0	439 096 132

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2020	AUMENTOS	ALIENAÇÕES /ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2021
Outros intangíveis	1 161 354	25 114 ^(*)	0	0	0	1 186 467
Direitos de utilização de infraestruturas	281 247 593	9 564 466 ^(*)	0	0	1 414 842 ^(**)	292 226 902
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	0	0	0	0	0	0
TOTAL	282 408 947	9 589 580	0	0	1 414 842	293 413 369

^(*) conforme nota 29

^(**) conforme nota 20

VALOR LIQUIDO	31.12.2020	AUMENTOS	ALIENAÇÕES /ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2021
Outros intangíveis	394 103	-25 114	0	0	0	368 989
Direitos de utilização de infraestruturas	147 505 553	-9 313 213	-9 234	0	1 040 226	139 223 333
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	3 915 602	4 629 908	0	0	-2 455 069	6 090 441
TOTAL	151 815 258	-4 708 419	-9 234	0	-1 414 842	145 682 763

O valor das aquisições da concessionária, realizado em 2022, ascendeu a 8,2 milhões de euros, dos quais se destacam as seguintes empreitadas:

- Reabilitação de açude e muro suporte captação da Ponte da Bateira - Castelo de Paiva (concluída em 2022)
- Novos pontos de entrega de Lousada (concluída em 2022)
- Reabilitação da ETA do Ferro (concluída em 2022)
- Abastecimento de Água a Baião, captação no rio Douro (a concluir em 2023)
- Abastecimento de Água a Baião, zona nascente (a concluir em 2023)

Em 2022 foram ainda desenvolvidos projetos no âmbito do cumprimento do Contrato de Concessão, da reabilitação de infraestruturas e da otimização energética, sendo de destacar os seguintes:

- Produção de energia - projeto solar/fotovoltaico
- Ampliação do reservatório de Souto Redondo
- Projeto-piloto de proteção catódica dos filtros de pré-tratamento da ETA de Lever
- Reabilitação da cobertura do edifício CoCodaff, na ETA de Lever
- Substituição parcial da conduta Louredo/Abelheira, Arouca
- Reabilitação da captação do Rio Ferreira
- Reabilitação da ETA de Castelo de Paiva
- Abastecimento de água a Fajões (Oliveira de Azeméis)

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

9.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciados em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

DEPRECIAÇÃO

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

IMPARIDADE

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Águas do Douro e Paiva, S.A.. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospectiva.

DESRECONHECIMENTO

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

9.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

9.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe e movimento dos ativos fixos tangíveis, bem como os movimentos ocorridos nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

VALOR BRUTO	31.12.2021	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2022
Edifícios e outras construções	704 235	0	0	0	0	704 235
Equipamento básico	50 849	0	0	0	0	50 849
Equipamento de transporte	50 243	0	0	0	0	50 243
Equipamento administrativo	3 196 723	952	-854 335	0	0	2 343 340
Outro ativo fixo tangível	1 537 660	0	-147 328	0	0	1 390 332
TOTAL	5 539 711	952	-1 001 663	0	0	4 539 000

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2021	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2022
Edifícios e outras construções	266 713	18 036	0	0	0	284 749
Equipamento básico	22 023	4 030	0	0	0	26 053
Equipamento de transporte	48 997	1 246	0	0	0	50 243
Equipamento administrativo	3 195 737	1 731	-854 335	0	0	2 343 133
Outro ativo fixo tangível	1 497 636	27 111	-147 328	0	0	1 377 419
TOTAL	5 031 105	52 153	-1 001 663	0	0	4 081 596

VALOR LIQUIDO	31.12.2021	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2022
Edifícios e outras construções	437 523	-18 036	0	0	0	419 487
Equipamento básico	28 826	-4 030	0	0	0	24 797
Equipamento de transporte	1 246	-1 246	0	0	0	0
Equipamento administrativo	987	-779	0	0	0	208
Outro ativo fixo tangível	40 024	-27 111	0	0	0	12 913
TOTAL	508 606	-51 202	0	0	0	457 404

VALOR BRUTO	31.12.2020	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2021
Edifícios e outras construções	702 443	1 793	0	0	0	704 235
Equipamento básico	50 849	0	0	0	0	50 849
Equipamento de transporte	50 243	0	0	0	0	50 243
Equipamento administrativo	3 265 440	0	-68 716	0	0	3 196 723
Outro ativo fixo tangível	1 537 660	0	0	0	0	1 537 660
TOTAL	5 606 635	1 793	-68 716	0	0	5 539 711

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2020	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2021
Edifícios e outras construções	248 677	18 036	0	0	0	266 713
Equipamento básico	17 993	4 030	0	0	0	22 023
Equipamento de transporte	47 750	1 246	0	0	0	48 997
Equipamento administrativo	3 260 626	3 828	-68 716	0	0	3 195 737
Outro ativo fixo tangível	1 430 440	67 196	0	0	0	1 497 636
TOTAL	5 005 486	94 336	-68 716	0	0	5 031 105

VALOR LIQUIDO	31.12.2020	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	REVERSÕES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2021
Edifícios e outras construções	453 766	-16 244	0	0	0	437 523
Equipamento básico	32 856	-4 030	0	0	0	28 826
Equipamento de transporte	2 492	-1 246	0	0	0	1 246
Equipamento administrativo	4 814	-3 828	0	0	0	987
Outro ativo fixo tangível	107 220	-67 196	0	0	0	40 024
TOTAL	601 149	-92 543	0	0	0	508 606

10. LOCAÇÕES

10.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As locações nas quais a Águas do Douro e Paiva, S.A. é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a Águas do Douro e Paiva, S.A. reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A empresa reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A Águas do Douro e Paiva, S.A. apenas tem locações enquanto locatário (edifícios, viaturas e licenças Microsoft).

IDENTIFICAÇÃO DE UMA LOCAÇÃO

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

SEPARAR COMPONENTES DE UM CONTRATO

Se um contrato é, ou contém uma locação, a Águas do Douro e Paiva, S.A. contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a Águas do Douro e Paiva, S.A. (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e a componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

PRAZO DA LOCAÇÃO

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("*commencement date*") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

CONTABILIZAÇÃO COMO LOCATÁRIO

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a Águas do Douro e Paiva, S.A. reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Licenças de software	3
Edifícios e outras construções	1 - 50
Equipamento de transporte	1 - 4
Outro equipamento	1 - 2

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a Águas do Douro e Paiva, S.A. mensura o passivo da locação por:

- Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):

- a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
- b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela empresa enquanto locatário

A Águas do Douro e Paiva, S.A. utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado novo inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a Águas do Douro e Paiva, S.A. é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

Vendas seguidas de locação (“Sale and leaseback transactions”)

Se uma entidade (vendedor-locatário) transferir um ativo para outra entidade (comprador-locador) e locar esse ativo do comprador/locador, ambas as entidades devem registar a transferência do ativo da seguinte forma:

- a) A transferência do ativo é uma venda

Se a transferência do ativo pelo vendedor-locatário satisfaz os requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda de um ativo:

- O vendedor-locatário deve mensurar o ativo sob direito de uso que resulta da locação (“leaseback”) pela proporção do valor líquido contabilístico do ativo que corresponde ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Deste modo, o vendedor-locatário deve reconhecer apenas o montante de qualquer ganho ou perda que corresponde aos direitos transferidos para o comprador-locador;
- O comprador-locador deve registar a compra do ativo de acordo com as Normas IFRS que sejam aplicáveis, e para a locação deverá aplicar a Norma IFRS 16 nos termos aplicáveis aos locadores.

Se o justo valor da venda do ativo não for igual ao justo valor do ativo, ou se os pagamentos da locação não forem a taxas de mercado, uma entidade deve efetuar os seguintes ajustamentos na mensuração do valor da venda ao justo valor:

- Quaisquer condições abaixo de mercado devem ser contabilizadas como um pagamento antecipado da locação; e
- Quaisquer condições acima de mercado devem ser contabilizadas como um financiamento adicional concedido pelo comprador-locador ao vendedor-locatário.

- b) A transferência do ativo não é uma venda

Se a transferência do ativo pelo vendedor-locatário não satisfaz os requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda de um ativo:

- O vendedor-locatário deve continuar a reconhecer o ativo transferido e deve reconhecer um passivo financeiro por valor equivalente ao montante recebido, nos termos do IFRS 9;
- O comprador-locador não deve reconhecer um ativo transferido e deve reconhecer um ativo financeiro por valor equivalente ao montante pago, nos termos do IFRS 9.

A Águas do Douro e Paiva, S.A. não tem operações consideradas como “Sale and leaseback transactions”.

10.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

10.3. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe e movimento dos ativos sob direito de uso ocorridos nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

VALOR BRUTO	31.12.2021	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	CORREÇÕES	31.12.2022
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	81 982	0	0	0	81 982
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	369 500	93 742	-272 769	0	190 473
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	332 975	0	0	0	332 975
TOTAL	784 458	93 742	-272 769	0	605 431

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2021	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	CORREÇÕES	31.12.2022
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	31 427	16 396	0	0	47 823
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	296 023	71 572	-272 769	0	94 826
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	120 241	110 992	0	0	231 233
TOTAL	447 691	198 960	-272 769	0	373 881

VALOR LÍQUIDO	31.12.2021	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	CORREÇÕES	31.12.2022
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	50 556	-16 396	0	0	34 159
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	73 477	22 171	0	0	95 648
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	212 734	-110 992	0	0	101 742
TOTAL	336 767	-105 218	0	0	231 549

VALOR BRUTO	31.12.2020	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	CORREÇÕES	31.12.2021
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	81 982	0	0	0	81 982
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	359 797	9 702	0	0	369 500
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	332 975	0	0	0	332 975
TOTAL	774 755	9 702	0	0	784 458

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2020	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	CORREÇÕES	31.12.2021
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	15 030	16 396	0	0	31 427
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	188 370	104 140	0	3 513	296 023
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	9 249	110 992	0	0	120 241
TOTAL	212 650	231 528	0	3 513	447 691

VALOR LIQUIDO	31.12.2020	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	CORREÇÕES	31.12.2021
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	66 952	-16 396	0	0	50 556
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	171 427	-94 438	0	-3 513	73 477
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	323 726	-110 992	0	0	212 734
TOTAL	562 105	-221 826	0	-3 513	336 767

10.4. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

O detalhe dos passivos da locação nos exercícios de 2021 e de 2022 é o seguinte:

CAPITAL EM DÍVIDA POR NATUREZA DE ATIVO	CORRENTE	NÃO CORRENTE	31.12.2022
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	17 145	19 163	36 308
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	37 295	60 543	97 839
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	0	0	0
TOTAL	54 440	79 706	134 147

PASSIVOS DA LOCAÇÃO	ATÉ 1 ANO	1-5ANOS	MAIS 5 ANOS	31.12.2022
Futuros pagamentos mínimos	58 349	81 989	0	140 338
Juros	3 909	2 282	0	6 191
Valor presente dos pagamentos mínimos	54 440	79 707	0	134 147

CAPITAL EM DÍVIDA POR NATUREZA DE ATIVO	CORRENTE	NÃO CORRENTE	31.12.2021
Ativos sob direito de uso - Edifícios e Outras Construções	16 639	36 308	52 947
Ativos sob direito de uso - Equipamento de transporte	62 650	14 658	77 308
Ativos sob direito de uso - Intangíveis - Licenças	111 070	0	111 070
TOTAL	190 359	50 966	241 325

PASSIVOS DA LOCAÇÃO	ATÉ 1 ANO	1-5ANOS	MAIS 5 ANOS	31.12.2021
Futuros pagamentos mínimos	193 903	52 334	0	246 237
Juros	3 544	1 367	0	4 911
Valor presente dos pagamentos mínimos	190 359	50 966	0	241 325

10.5. PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO

TOTAL DE PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO	31.12.2022
Contabilizados de acordo com modelo único previsto no IFRS 16	206 046
Contabilizados como despesa em resultados	181 841
TOTAL	387 887

TOTAL DE PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO	31.12.2021
Contabilizados de acordo com modelo único previsto no IFRS 16	233 553
Contabilizados como despesa em resultados	117 389
TOTAL	350 942

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

11.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas a outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 14.1.

11.2. DETALHE

O detalhe dos outros ativos financeiros nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Certificados Especiais de Dívida de Médio e Longo Prazo (IGCP)	12 010 557	12 010 557
Certificados Especiais de Dívida de Médio e Longo Prazo (IGCP) - Juros a receber	136 099	136 099
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	12 645	8 640
Total dos investimentos financeiros	12 159 301	12 155 296

O valor aplicado em CEDIM decorre da constituição e reforço do fundo de reconstituição do capital, para dar cumprimento aos anteriores contratos de concessão.

O atual contrato de concessão da Águas do Douro e Paiva, S.A. (cláusula 23.ª), dispensa a empresa de manter quaisquer fundos de reconstituição de capital, podendo dispor na sua atividade dos valores acumulados nos fundos constituídos pelas concessionárias extintas, designadamente para redução do endividamento, mas estas aplicações manter-se-ão até ao seu vencimento (25.10.2023).

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas a impostos diferidos, consultar divulgação na nota 23.1.

12.2. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe e movimento dos impostos diferidos ativos e passivos nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

	31.12.2021	REGULAR- IZAÇÃO	ACERTO TX EFETIVA	DOTAÇÃO	UTILIZAÇÃO	31.12.2022 ⁽¹⁾
Taxa de IRC + Derrama municipal + Derrama estadual	25,5%	26,0%	-0,5%	26,0%	26,0%	26,0%
Ativos por Impostos Diferidos						
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	47 820 219	0	0	481 003	1 447 058	46 854 164
Desvio tarifário	49 895 955	0	0	13 303 963	0	63 199 917
Outros (IFRS 16)	0	0	0	0	0	0
Base de incidência	97 716 174	0	-97 716 174	13 784 966	1 447 058	110 054 081
IRC	24 917 624	0	488 581	3 584 091	376 235	28 614 061
Imposto diferido ativo reconhecido	24 917 624	0	488 581	3 584 091	376 235	28 614 061
Passivos por impostos diferidos						
Ajustamentos Transição -Amortizações/ subsídios - investimento contratual não realizado	11 271 243	0	0	0	751 416	10 519 827
Diferença Amortização fiscal / contabilística / subsídio investimento contratual realizado	5 284 973	0	0	0	211 787	5 073 187
Outros (IFRS 16)	0	0	0	0	0	0
Base de incidência	16 556 216	0	-16 556 216	0	963 203	15 593 013
IRC	4 221 788	0	82 781	0	250 433	4 054 137
Imposto diferido passivo reconhecido	4 221 788	0	82 781	0	250 433	4 054 137

	31.12.2020	CORRECÇÕES	ACERTO TX EFETIVA	DOTAÇÃO	UTILIZAÇÃO	31.12.2021 ^(*)
Taxa de IRC + Derrama municipal + Derrama estadual	26%	25,5%	0,5%	25,5%	25,5%	25,5%
Ativos por Impostos Diferidos						
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	48 524 441	0	0	755 450	1 459 672	47 820 219
Desvio tarifário	40 820 059	0	0	9 075 895,13	0	49 895 955
Outros (IFRS 16)	0	0	0	0	0	0
Base de incidência	89 344 501	0	-89 344 501	9 831 345	1 459 672	97 716 174
IRC	23 229 570	0	-446 723	2 506 993	372 216	24 917 624
Imposto diferido ativo reconhecido	23 229 570	0	-446 723	2 506 993	372 216	24 917 624

Taxa de IRC + Derrama municipal + Derrama estadual	26%	25,5%	0,5%	25,5%	25,5%	25,5%
Passivos por impostos diferidos						
Ajustamentos Transição -Amortizações/subsídios - investimento contratual não realizado	12 022 659	0	0	0	751 416	11 271 243
Diferença Amortização fiscal / contabilística / subsídio investimento contratual realizado	5 572 424	0	0	0	287 451	5 284 973
Outros (IFRS 16)	0	0	0	0	0	0
Base de incidência	17 595 084	0	-17 595 084	0	1 038 867	16 556 216
IRC	4 574 675	0	-87 975	0	264 911	4 221 788
Imposto diferido passivo reconhecido	4 574 675	0	-87 975	0	264 911	4 221 788

(*) ver nota 23.5

A empresa regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

12.3. DIFERIMENTO FISCAL DOS EFEITOS DA TRANSIÇÃO CONTABILÍSTICA PELO PRAZO REMANESCENTE DA CONCESSÃO

No decurso de um *Pedido de Informação Vinculativo* (PIV) submetido pelo Grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de custos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC, e consequentemente, da Diretriz Contabilística n.º 4, e a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se mantém inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que a empresa AdDP está vinculada.

As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas retrospectivamente, conforme preconizado nas normas, tendo as empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes.

A AdDP é de opinião que este entendimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas multimunicipais, onde se enquadra a AdDP.

Assim, este foi o procedimento adotado pelas empresas, nos seus registos contabilísticos do exercício de 2010 e 2011, bem como nos Modelos 22 (IRC) de 2010 e 2011.

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei n.º 66-B/2012, onde, no seu art.º 255.º, se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas multimunicipais, aditando, para o efeito, ao Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, o artigo 5.º-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5.º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim, as empresas mantiveram o procedimento em que os ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual não realizado à data de 31/12/2009 concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável pelo prazo remanescente da concessão. Os restantes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como definido no Decreto-Lei n.º 159/2009, em partes iguais, em 5 anos (período já terminado em 2014).

12.4 IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS POTENCIAIS

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos tenha sido reconhecido no balanço.

13. INVENTÁRIOS

13.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

13.2. DETALHE

O detalhe dos inventários nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Matérias -subsidiárias	169 923	149 355
Materiais de aplicação geral	527 625	524 787
	697 548	674 142

As matérias subsidiárias da empresa são integralmente constituídas por reagentes.

Os materiais de aplicação geral são maioritariamente constituídos por materiais de conservação.

14. ATIVOS FINANCEIROS

14.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da Águas do Douro e Paiva, S.A., a empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

AVALIAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO PARA A GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS CONTRATUAIS DOS ATIVOS FINANCEIROS (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

RECONHECIMENTO INICIAL

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, a empresa valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo. Face à atividade da Águas do Douro e Paiva, S.A., a empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a empresa recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela empresa no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

CRÉDITO ABATIDO AO ATIVO (WRITE-OFF)

A empresa reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

14.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Douro e Paiva, S.A., não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da empresa.

14.3. CLIENTES DETALHE

O detalhe de Clientes nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

	31.12.2022			31.12.2021		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
AdNorte	166 995	0	166 995	168 688	0	168 688
Lousada	0	0	0	0	0	0
Santa Maria da Feira	198 444	0	198 444	0	0	0
Vila Nova de Gaia	703 991	0	703 991	738 463	0	738 463
Valongo	191 024	0	191 024	203 297	0	203 297
Felgueiras	0	0	0	0	0	0
Paredes	80 475	0	80 475	158 889	0	158 889
Espinho	87 745	0	87 745	0	0	0
Paços de Ferreira	86 326	0	86 326	0	0	0
Porto	822 476	0	822 476	799 690	0	799 690
Matosinhos	0	0	0	465 741	0	465 741
Castelo de Paiva	68 785	0	68 785	77 791	0	77 791
São João da Madeira	26 657	0	26 657	31 662	0	31 662
Penafiel	11 556	0	11 556	202	0	202
Oliveira de Azeméis	88 238	0	88 238	86 761	0	86 761
Outros	959	0	959	0	0	0
Total Clientes (faturação emitida)	2 533 668	0	2 533 668	2 731 184	0	2 731 184
Acréscimo de rendimentos – nota 26	2 898 542	0	2 898 542	2 838 221	0	2 838 221
Total Clientes	5 432 210	0	5 432 210	5 569 405	0	5 569 405

	31.12.2022			31.12.2021		
	VENCIDO	NÃO VENCIDO	TOTAL	VENCIDO	NÃO VENCIDO	TOTAL
AdNorte		166 995	166 995		168 688	168 688
Lousada		0	0		0	0
Santa Maria da Feira		198 444	198 444		0	0
Vila Nova de Gaia		703 991	703 991		738 463	738 463
Valongo		191 024	191 024		203 297	203 297
Felgueiras		0	0		0	0
Paredes		80 475	80 475		158 889	158 889
Espinho		87 745	87 745		0	0
Paços de Ferreira		86 326	86 326		0	0
Porto		822 476	822 476		799 690	799 690
Matosinhos		0	0		465 741	465 741
Castelo de Paiva		68 785	68 785	6 420	71 371	77 791
São João da Madeira		26 657	26 657		31 662	31 662
Penafiel		11 556	11 556		202	202
Oliveira de Azeméis		88 238	88 238		86 761	86 761
Outros		959	959			0
Total Clientes	0	2 533 668	2 533 668	6 420	2 724 765	2 731 184

A rubrica de Clientes integra os acréscimos de rendimentos relativos ao fornecimento de água efetuados em dezembro, a faturar em janeiro do ano seguinte.

15.4. CLIENTES – MUNICÍPIOS

A seguinte tabela representa a exposição corrente da Águas do Douro e Paiva, S.A. referente a serviço aos municípios, a 31 de dezembro de 2021 e 2022:

	31.12.2022			31.12.2021		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Lousada	0	0	0	0	0	0
Maia	0	0	0	0	0	0
Vila Nova de Gaia	703 991	0	703 991	738 463	0	738 463
Felgueiras	0	0	0	0	0	0
Espinho	87 745	0	87 745	0	0	0
Porto	822 476	0	822 476	799 690	0	799 690
Castelo de Paiva	68 785	0	68 785	77 791	0	77 791
São João da Madeira	26 657	0	26 657	31 662	0	31 662
Penafiel	11 556	0	11 556	202	0	202
Total Clientes	1 721 209	0	1 721 209	1 647 808	0	1 647 808

	31.12.2022			31.12.2021		
	VENCIDO	NÃO VENCIDO	TOTAL	VENCIDO	NÃO VENCIDO	TOTAL
Lousada	0	0	0	0	0	0
Maia	0	0	0	0	0	0
Vila Nova de Gaia	0	703 991	703 991	0	738 463	738 463
Felgueiras	0	0	0	0	0	0
Espinho	0	87 745	87 745	0	0	0
Porto	0	822 476	822 476	0	799 690	799 690
Castelo de Paiva	0	68 785	68 785	6 420	71 371	77 791
São João da Madeira	0	26 657	26 657	0	31 662	31 662
Penafiel	0	11 556	11 556	0	202	202
Total Clientes	0	1 721 209	1 721 209	6 420	1 641 388	1 647 808

15. OUTROS ATIVOS CORRENTES

15.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas a outros ativos correntes, consultar divulgação na nota 14.1.

15.2. DETALHE

O detalhe de outros ativos correntes nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Outros devedores	77 349	72 380
Acréscimos de proveitos - outros	9 293	47 501
Gastos a reconhecer	223 089	235 142
Estado e outros entes públicos	320 466	168 722
	630 198	523 744

16. CAIXA E BANCOS

16.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

16.2. DETALHE

O detalhe de caixa e seus equivalentes nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	2 500	2 500
Depósitos à ordem	931 669	4 090 184
Depósitos a prazo	2 000 000	0
Acréscimo de juros de depósitos a prazo	11	0
	2 934 180	4 092 684

O valor do caixa em 31.12.2021 e 31.12.2022 é composto pelo fundo fixo de caixa de 2.500 euros.

17. CAPITAL PRÓPRIO

17.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

DIVIDENDOS

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando atribuídos.

17.2. CAPITAL SOCIAL

O capital social é constituído por 20.902.500 ações ao valor nominal de 1 euro cada..

ACIONISTAS	31.12.2022			31.12.2021		
	% DE CAPITAL REALIZADO	TOTAL DO CAPITAL SUBSCRITO	TOTAL DO CAPITAL REALIZADO	% DE CAPITAL REALIZADO	TOTAL DO CAPITAL SUBSCRITO	TOTAL DO CAPITAL REALIZADO
ADP - Águas de Portugal	51,00	10 660 275	10 660 275	51,00	10 660 275	10 660 275
Município de Amarante	2,99	624 000	624 000	2,99	624 000	624 000
Município de Arouca	0,29	59 985	59 985	0,29	59 985	59 985
Município de Baião	0,53	111 000	111 000	0,53	111 000	111 000
Município de Castelo de Paiva	0,27	55 420	55 420	0,27	55 420	55 420
Município de Cinfães	0,16	34 420	34 420	0,16	34 420	34 420
Município de Espinho	1,43	299 350	299 350	1,43	299 350	299 350
Município de Gondomar	4,03	842 185	842 185	4,03	842 185	842 185
Município de Maia	2,71	566 805	566 805	2,71	566 805	566 805
Município de Matosinhos	5,39	1 127 560	1 127 560	5,39	1 127 560	1 127 560
Município de Oliveira de Azeméis	1,63	341 605	341 605	1,63	341 605	341 605
Município de Ovar	0,91	190 375	190 375	0,91	190 375	190 375
Município de Porto	13,31	2 781 220	2 781 220	13,31	2 781 220	2 781 220
Município de St. ^a Maria da Feira	2,33	486 270	486 270	2,33	486 270	486 270
Município de S. João da Madeira	0,37	77 655	77 655	0,37	77 655	77 655
Município de Valongo	2,75	575 240	575 240	2,75	575 240	575 240
Município de Vila Nova de Gaia	5,44	1 136 910	1 136 910	5,44	1 136 910	1 136 910
Município de Paredes	1,53	319 725	319 725	1,53	319 725	319 725
Município de Lousada	0,69	143 325	143 325	0,69	143 325	143 325
Município de Felgueiras	1,15	241 325	241 325	1,15	241 325	241 325
Município de Paços de Ferreira	1,09	227 850	227 850	1,09	227 850	227 850
TOTAL	100	20 902 500	20 902 500	100	20 902 500	20 902 500

17.3. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

Nos exercícios de 2021 e 2022, o resultado líquido por ação é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido	1 182 568	753 707
Número médio de ações	20 902 500	20 902 500
	0,057	0,036

17.4. DETALHE E MOVIMENTO

O movimento de capital próprio em 2022 é o seguinte:

	31.12.2021	AUMENTO DE CAPITAL	AFETAÇÃO DO RES.LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO	31.12.2022
Capital social	20 902 500	0	0	0	20 902 500
Reservas e outros ajustamentos	8 902 164	0	37 685	0	8 939 850
Resultado do exercício	753 707	0	-753 707	1 182 568	1 182 568
	30 558 371	0	-716 021	1 182 568	31 024 918

Na Assembleia Geral de 29.03.2022 foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos no montante de 716.021 euros. O valor pago, líquido de retenções, ascendeu a 642.350 euros.

Em Reservas e outros ajustamentos estão consideradas a reserva legal, a reserva contratual e as doações.

18. PASSIVOS FINANCEIROS

18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

18.2. EMPRÉSTIMOS DETALHE

O detalhe de empréstimos nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos bancários BEI	15 972 708	17 252 748
Empréstimos - empresa-mãe	0	12 000 000
Não correntes	15 972 708	29 252 748
Empréstimos bancários BEI	1 280 040	1 216 740
Acréscimos de juros - Empréstimos bancários BEI	19 803	21 116
Acréscimos de juros - Empréstimos - empresa-mãe	2 396	5 856
Correntes	1 302 239	1 243 712
Total de empréstimos	17 274 947	30 496 460

18.3. EMPRÉSTIMOS POR INTERVALOS DE MATURIDADE

	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	1 280 040	1 216 740
De 1 a 2 anos	1 348 932	13 280 040
De 2 a 3 anos	1 446 684	1 348 932
De 3 a 4 anos	1 521 144	1 446 684
De 4 a 5 anos	1 626 576	1 521 144
Superior a 5 anos	10 029 372	11 655 948
	17 252 748	30 469 488

Os compromissos que se vencem no próximo ano serão liquidados através da contratação/renovação de linhas de crédito ou por recurso a linhas de crédito disponíveis e ainda não utilizadas, entre as quais as linhas de suprimentos e apoio à tesouraria contratualizadas com a holding Águas de Portugal, SGPS, S.A..

18.4. EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO

TAXA DE JURO VARIÁVEL	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	0	0
De 1 a 2 anos	0	12 000 000
De 2 a 3 anos	0	0
Superior a 3 anos	0	0
	0	12 000 000

TAXA DE JURO FIXA	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	1 280 040	1 216 740
De 1 a 2 anos	1 348 932	1 280 040
De 2 a 3 anos	1 446 684	1 348 932
Superior a 3 anos	13 177 092	14 623 776
	17 252 748	18 469 488
	17 252 748	30 469 488

18.5. FLUXOS DE CAIXA DE EMPRÉSTIMOS

	31.12.2021	PAGAMENTOS	RECEBIMENTOS	31.12.2022
Empréstimos bancários BEI	18 469 488	1 216 740	0	17 252 748
Empréstimos - empresa-mãe	12 000 000	14 500 000	2 500 000	0
Total de empréstimos	30 469 488	15 716 740	2 500 000	17 252 748

18.6. LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS E NÃO UTILIZADAS

	31.12.2022	31.12.2021
Expira num ano (taxa variável)	6 000 000	6 000 000
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	45 000 000	33 000 000
	51 000 000	39 000 000

18.7. GARANTIAS ASSOCIADAS AOS EMPRÉSTIMOS

	31.12.2022	31.12.2021	GARANTIA DA ADP
Empréstimos bancários BEI	17 252 748	18 469 488	Sim
Empréstimos - empresa-mãe	0	12 000 000	Não
Total de empréstimos	17 252 748	30 469 488	

19. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

19.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como passivos não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

19.2. DETALHE

19.2.1. O DETALHE DE FORNECEDORES NÃO CORRENTES NOS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2022 É O SEGUINTE:

	31.12.2022	31.12.2021
Integração de Património	0	0
Fornecedores de Imobilizado	668 600	598 626
	668 600	598 626

19.2.2. O DETALHE DE FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES NOS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2022 É O SEGUINTE:

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	3 982 828	2 783 902
Acréscimos com férias e subsídio de férias	704 533	584 329
Outras operações com pessoal	14	0
Acréscimo de gastos - energia	1 12 759	671 173
Acréscimo de gastos - seguros	37 157	40 977
Acréscimo de gastos - outros	384 537	77 977
Outros credores	381 395	353 057
Rendimentos a reconhecer - Fundo Ambiental (*)	0	1 040
Componente tarifária acrescida (**)	2 661 368	2 708 923
Estado e outros entes públicos	3 158 361	2 769 361
	11 422 950	9 990 738

(*) Subsídio recebido referente a comparticipação na aquisição de 5 viaturas elétricas, que serão utilizadas em regime de AOV, pelo que este valor será reconhecido ao longo de 48 meses (desde fevereiro 2018 até janeiro 2022).

(**) Componente Tarifária Acrescida (CTA), conforme n.ºs 9 a 13 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro (valor unitário de 0,0777€/ m³ em 2020 e de 0,0770/ m³ em 2021).

20. ACRÉSCIMOS DE GASTOS PARA INVESTIMENTO CONTRATUAL

20.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ver política contabilística na nota 2.3.5.

20.2. MOVIMENTO DO PERÍODO

O movimento ocorrido em acréscimos de gastos para investimento contratual no exercício de 2022 foi o seguinte:

	31.12.2021	ACRÉSCIMOS (NOTA 29)	REALIZAÇÃO INVESTIMENTO (NOTA 8)	31.12.2022
Investimentos contratuais	21 682 997	481 003	-2 764 695	19 399 305

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual a preços correntes, definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são reconhecidos em gastos, na rubrica de amortizações do exercício e no passivo não corrente, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

A Águas do Douro e Paiva, S.A. revê regularmente a calendarização dos seus investimentos contratuais face ao EVEF, sendo que o eventual atraso na realização de algumas empreitadas não coloca em causa a realização destes investimentos em exercícios futuros.

21. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

21.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios ao investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Douro e Paiva, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios ao investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

21.2. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe e movimento dos subsídios ao investimento nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

	31.12.2021	AUMENTOS	RECONHECIMENTO	REGULARIZAÇÕES	31.12.2022
Fundo de Coesão	45 955 319	0	3 155 615	0	42 799 704
POSEUR	370 668	593 998	66 378	0	898 288
Outros subsidios	202 445	0	20 448	0	181 998
	46 528 432	593 998	3 242 440	0	43 879 990

	31.12.2020	AUMENTOS	RECONHECIMENTO	REGULARIZAÇÕES	31.12.2021
Fundo de Coesão	49 076 421	0	3 121 102	0	45 955 319
POSEUR	395 894	0	25 226	0	370 668
Outros subsidios	222 893	0	20 448	0	202 445
	49 695 208	0	3 166 776	0	46 528 432

O valor registado corresponde aos montantes de comparticipação de candidaturas a subsídios ao investimento previamente aprovadas, não se antecipando qualquer risco de desreconhecimento dos proveitos reconhecidos à data e/ou devolução dos montantes recebidos, por incumprimento do disposto nas candidaturas.

No exercício de 2022 foram registadas transferências para resultados no valor de 3.242.440 euros.

22. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

22.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação de gastos, consultar divulgação na nota 2.3.6.

22.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

O Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), para a atividade da AdDP, é calculado nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, e do contrato de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração, o investimento e uma remuneração do capital social realizado e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% a partir da data da sua realização, constituição ou reforço e a remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos a partir da data em que era devida a respetiva distribuição, não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (Critérios de Eficiência Produtiva).

Nos termos do Contrato de Concessão, a concessionária deve enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro.

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

22.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe e movimento do desvio de recuperação de gastos nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

	31.12.2021	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	31.12.2022
Desvio tarifário passivo	-49 895 955	-13 303 963	0	-63 199 917
Impostos diferidos ativos - desvio de recuperação de gastos	12 723 468	3 708 510	0	16 431 978
Desvio tarifário passivo (líquido)	-37 172 486	-9 595 453	0	-46 767 939

	31.12.2020	AUMENTO	DIMINUIÇÃO	31.12.2021
Desvio tarifário passivo	-40 820 059	-9 075 895	0	-49 895 955
Impostos diferidos ativos - desvio de recuperação de gastos	10 613 215	2 110 253	0	12 723 468
Desvio tarifário passivo (líquido)	-30 206 844	-6 965 642	0	-37 172 486

DETALHE MOVIMENTO DO EXERCÍCIO	DRG 2022	CORREÇÃO TX	ACERTO ERSAR 2018	AUMENTO
Desvio tarifário passivo	-12 963 621	-337 135	-3 206	-13 303 963
Impostos diferidos ativos - desvio de recuperação de gastos	3 370 542	337 135	834	3 708 510
Desvio tarifário passivo (líquido)	-9 593 080	0	-2 373	-9 595 453

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

23.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em Outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

23.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

23.3. DETALHE

O detalhe do imposto do exercício nos exercícios de 2021 e 2022 é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Estimativa de imposto	3 814 017	2 882 975
Retenções na fonte	-189 314	-189 311
Pagamentos por conta e adicional por conta	-2 339 003	-2 447 325
Imposto a pagar	1 285 700	246 339

23.4. IMPOSTO DO EXERCÍCIO

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto corrente	-3 792 954	-2 860 415
Imposto diferido - (ver nota 12)	3 864 089	2 040 941
	71 135	-819 474

Nos valores do Imposto corrente de 2022 e 2021 estão incluídos os valores de -21.063 euros e de -22.560 euros, referentes a excessos de estimativas para imposto dos exercícios de 2021 e 2020, respetivamente.

23.5. RECONCILIAÇÃO ENTRE A TAXA NORMAL E A TAXA EFETIVA DE IMPOSTO

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes de imposto	1 111 434	1 573 181
Variações patrimoniais, acréscimos e deduções - Desvio recuper gastos	13 303 963	9 075 895
Variações patrimoniais, acréscimos e deduções - outros	17 007	419 832
Lucro tributável	14 432 403	11 068 908
Imposto à taxa normal + derrama estadual	3 557 425	2 682 916
Imposto à taxa normal - 21%	3 030 805	2 324 471
Derrama estadual entre 1.500.000 e 7.500.000 - 3%	180 000 000	180 000
Derrama estadual entre 7.500.000 e 35.000.000 - 5%	346 620	178 445
Tributação autónoma	40 106	34 025
Derrama municipal - 1,5%	216 486	166 034
Total do imposto	3 814 017	2 882 975
Taxa efetiva de imposto	26,43%	26,05%
Acertos imposto ano anterior	-21 063	-22 560
Imposto do exercício	3 792 954	2 860 415
Total do imposto (expurgado da Tributação autónoma)	3 773 911	2 848 950
Taxa efetiva de imposto (para efeitos de ID's - nota 12) (*)	26,00%	25,50%

(*) Para efeitos de imposto diferido, e por forma a simplificar metodologias e cálculos, a taxa encontrada é arredondada ao meio ponto percentual mais próximo.

24. RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

24.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Nas vendas de bens efetuadas pela empresa, existe apenas uma obrigação de desempenho ("*performance obligation*"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

24.2. DETALHE

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022 o rédito de contratos com clientes tem o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Vendas de água	32 604 713	31 898 442
Estimativa - nota 14	2 898 542	2 838 221
	35 503 255	34 736 663

O valor das vendas de água resulta do produto do volume de água fornecido (99.282.034 m³ em 2022 e 98.015.414 m³ em 2021) pela tarifa (0,3576 €/m³ em 2022 e 0,3544 €/m³ em 2021) definida e atualizada, conforme Despacho n.º 15300-B/2016 do Ministério do Ambiente.

O valor de estimativa refere-se aos fornecimentos de dezembro de 2022, a faturar em janeiro de 2023.

25. RÉDITO DA ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO

25.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

25.2. DETALHE

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022 o rédito da atividade de construção e os respetivos gastos têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Serviços de construção	8 240 550	4 881 161
Gastos diretos de construção	8 240 550	4 881 161
	0	0

26. GASTOS COM MERCADORIAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

26.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

26.2. DETALHE

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022 os gastos das vendas têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
CMVMC - Matérias - subsidiárias	521 134	474 045
	521 134	474 045

As matérias subsidiárias da empresa são integralmente constituídas por reagentes.

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

27.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

27.2. DETALHE

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhos especializados	1 671 624	1 557 991
Energia e outros fluídos	3 035 127	7 320 585
Conservação e reparação	2 122 126	1 241 056
Comunicação	35 028	30 835
Seguros	176 194	161 637
Outros FSE's	901 806	772 667
	7 941 905	11 084 771
FSE's capitalizados	-46 966	-49 640
	7 894 939	11 035 130

A redução no gasto de eletricidade em 2022 deve-se essencialmente a:

- descida das TAR (Tarifas de acesso a redes) face a 2021;
- utilização do mercado de Banda de Reserva de Regulação que, este ano, permitiu uma poupança de 795 mil euros.

28. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações OS	222 307	190 569
Remunerações pessoal	4 111 609	3 749 670
Indemnizações	547	2 209
Encargos sociais com remunerações	981 881	887 670
Outros custos com pessoal	102 141	109 298
Seguro de vida e de saúde	205 850	206 870
	5 624 336	5 146 286
Subsídios à exploração	-6 366	0
Gastos com pessoal capitalizados	-433 564	-353 091
	5 184 406	4 793 195

O aumento dos gastos com pessoal deveu-se essencialmente a:

- conclusão do processo de reclassificação dos trabalhadores à luz do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), cláusula 21º;
- atualização salarial de 1,2% conforme aprovado pela Despacho n.º 397/2022/SET.

28.1 QUADRO DE PESSOAL

NÚMERO MÉDIO DE COLABORADORES DURANTE O PERÍODO	2022	2021
Órgãos sociais	12	12
Trabalhadores efetivos e outros	141	140
	153	152

NÚMERO DE COLABORADORES A 31 DE DEZEMBRO	31.12.2022	31.12.2021
Órgãos sociais*	12	12
Trabalhadores efetivos e outros**	151	140
	163	152

* em 31 de dezembro de 2022, os Órgãos Sociais têm a seguinte composição: 5 Administradores + 3 membros mesa AG + 3 membros Conselho Fiscal + 1 ROC
** em 31 de dezembro de 2022, além dos 151 trabalhadores ao serviço da empresa, existiam 3 colaboradores com contrato com a AdDP suspenso (2 por cedência ocasional a outras empresas do grupo; 1 por nomeação para Órgão Social noutras empresas do grupo)..

29. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022 as amortizações têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Amortizações de ativos intangíveis (nota 8)	9 970 460	9 589 580
Acréscimos de gastos para investimento contratual (nota 20)	481 003	755 450
Amortizações de ativos fixos tangíveis (nota 9)	52 153	94 336
Amortizações de ativos sob direito de uso (nota 10)	198 960	231 528
	10 702 576	10 670 894

30. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos	566 707	555 542
Dívidas incobráveis	0	83 262
Descontos de pp concedidos	11 323	11 637
Donativos	50 000	57 678
Outros gastos operacionais	40 900	32 282
	668 930	740 401

O valor dos impostos é essencialmente constituído pelas taxas anuais pagas à ERSAR, tal como definido nos termos do n.º I do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro.

A empresa concede um desconto financeiro, a uma taxa anual de 2%, aos seus clientes que antecipem os pagamentos em 30 dias.

31. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos suplementares	447 210	445 609
Rendas auferidas	54 603	61 157
Ganhos em imobilizado - sinistros	27 522	38 416
Outros rendimentos e ganhos operacionais	0	0
	529 334	545 181

Em rendimentos suplementares está incluído o valor de 445 mil euros, relativo ao protocolo de cooperação com a SIMDOURO, S.A., que visa a partilha de recursos, no âmbito do referido no artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro.

32. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Juros suportados empréstimos bancários	674 198	863 116
Juros suportados locações - IFRS 16	5 125	8 189
Juros de mora	678	289
Comissões de grupo	108 690	115 686
	788 691	987 281
Gastos financeiros capitalizados	-149 281	-110 302
	639 411	876 979

A grande redução nesta rubrica deve-se, essencialmente, à redução do nível do endividamento (ver nota 18).

33. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

	31.12.2022	31.12.2021
Juros de mora	714	11 769
Juros Acordos Clientes	0	28 294
Outros juros	751 048	751 037
	751 763	791 100

Em Outros juros está registado o rendimento das aplicações feitas no IGCP (CEDIM).

34. TRANSAÇÕES E SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

	RENDIMENTOS 31.12.2022	GASTOS 31.12.2022	RENDIMENTOS 31.12.2021	GASTOS 31.12.2021
Águas de Portugal, SGPS, SA	0	1 074 361	0	1 287 867
AdP Valor, S A	0	0	0	7 800
ADP Energias, SA	-2 089	0	-2 010	0
Simdouro, SA	444 960	-60 125	444 960	-58 827
Águas da Região de Aveiro, SA	1 069 868	0	1 052 825	0
Aguas do Norte, SA	1 585 131	0	1 578 614	0
Águas do Centro Litoral	0	149	0	0
Águas do Tejo Atlântico	149	446	0	0
EPAL	0	8 269	0	0
	3 098 018	1 023 099	3 074 388	1 236 840

	ATIVOS 31.12.2022	PASSIVOS 31.12.2022	ATIVOS 31.12.2021	PASSIVOS 31.12.2021
Águas de Portugal, SGPS, SA	0	356 304	0	12 059 705
AdP Valor, S A	0	32 534	0	75 227
ADP Energias, SA	308	239	-98	204
ADP Internacional, SA	2 373	0	0	0
Simdouro, SA	53 282	-620	55 416	0
Aguas do Norte, SA	300 963	2 661 368	299 307	2 708 923
Águas da Região de Aveiro, SA	85 461	0	78 949	0
EPAL	959	1 400	0	0
	443 345	3 051 225	433 573	14 844 059

Natureza dos saldos de rendimentos:

AdDP / AdP Energias – Microprodução de energia
 AdDP/ SIMDOURO – Protocolo de colaboração
 AdDP/ ADRA – Faturação de abastecimento de água
 AdDP / Águas do Norte – Faturação de abastecimento de água
 AdDP / Águas do Tejo Atlântico – Júris procedimento contratação

Natureza dos saldos de gastos:

AdDP / AdP SGPS – Fees de Gestão, juros de financiamento
 AdDP/ SIMDOURO – Redébitos de custos de Órgãos Sociais e viaturas em utilização pela SIMDOURO
 AdDP / Águas do Centro Litoral – Júris procedimento contratação
 AdDP / Águas do Tejo Atlântico – Júris procedimento contratação
 AdDP/ Epal – Formação

ACIONISTAS

	RENDIMENTOS 31.12.2022	GASTOS 31.12.2022	RENDIMENTOS 31.12.2021	GASTOS 31.12.2021
Lousada	692 287	0	748 709	0
Maia	2 259 553	0	2 259 833	0
Vila Nova de Gaia	6 517 697	0	6 972 058	0
Felgueiras	1 098 817	0	1 107 523	0
Espinho	819 282	0	820 470	0
Porto	7 377 874	1 979	7 168 338	0
Castelo de Paiva	646 133	118	615 650	0
São João da Madeira	374 345	0	316 196	0
	19 785 988	2 097	20 008 776	0

	ATIVOS 31.12.2022	PASSIVOS 31.12.2022	ATIVOS 31.12.2021	PASSIVOS 31.12.2021
Lousada	0	0	0	0
Maia	0	0	0	0
Vila Nova de Gaia	703 911	0	738 463	0
Felgueiras	0	0	0	0
Espinho	87 745	0	0	0
Porto	822 476	214	799 690	114
Castelo de Paiva	68 785	70 327	77 791	70 336
São João da Madeira	11 556	0	31 662	0
	1 694 473	70 541	1 647 606	70 451

Natureza dos saldos de rendimentos:

AddP/ Municípios – Faturação de abastecimento de água, juros de mora e de acordos

Natureza dos saldos de gastos:

AddP / Município do Porto – Fornecimento de água em baixa

AddP / Município de Castelo de Paiva – Taxas de saneamento e resíduos sólidos

35. COMPROMISSOS

A empresa assumiu, ainda, os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

35.1. CONTRATO DE CONCESSÃO

Os Investimentos reversíveis incluídos no contrato de concessão perfazem, na sua mais recente versão constante do EVEF, anexo ao contrato de concessão, 467.203.114 euros (preços correntes), dos quais 447.336.682 euros já se encontram realizados.

35.2. CONTRATOS DE EMPREITADA E SERVIÇOS

No que respeita às empreitadas de construção do sistema explorado pela Empresa, bem como outros serviços, foram celebrados os seguintes contratos:

DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ADJUDICATÁRIO	VALOR CONTRATO (MEUROS)	TOTAL FATURADO A 31.12.2022 (MEUROS)	VALOR FINAL DO CONTRATO (ESTIMADO) (MEUROS)
AA02 EI Estabilidade taludes	NORTEJUVIL, Sociedade de Construções, S.A	118	48	118
AA007 E7 Readaptação dos gabinetes da zona norte/nascente da sede	Nível Vantagem – Construção e Engenharia Lda	13	13	13
AA009 E2 Reabilitação do Açude e execução do muro de suporte e caminho de acesso.	Castropaiva S.A.	340	358	358
AA014 EI Nova Adutora Ramalde - Pedrouços. Fase 2	AMYDRA Construções LDA /LÁLLIO Engenharia S.A	946	1 340	1 340
AA015 EI Abastecimento de Água ao Município de Baião - Zona Nascente. Abastecimento a Valadares	AMYDRA Construções LDA /LÁLLIO Engenharia S.A	1 066	610	1 066
AA022 EI Nova Origem de abastecimento a Baião	AMYDRA Construções LDA / HIDMA – Hidráulica e Automação, S.A."	2 053	1 336	2 099
AA025 EI Reabilitação da ETA do Ferro	AMYDRA Construções LDA / HIDMA – Hidráulica e Automação, S.A."	422	495	495
AA030 EI Novos Pontos de Entrega em Lousada - Lote 1 e Lote 2	AMYDRA Construções LDA / HIDMA – Hidráulica e Automação, S.A."	978	1 068	1 068
TOTAL		5 935	5 268	6 557

36. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

36.1. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2022 a empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas no valor de 914.876 euros assim discriminadas:

BENEFICIÁRIO	BPI	TOTAL
Infraestruturas de Portugal, SA	379 740	379 740
Tribunais	9 984	9 984
Diversos Proprietários	437 687	437 687
Calçadas do Douro	54 390	54 390
Imoretalho	33 075	33 075
TOTAL	914 876	914 876

36.2. PROCESSOS JUDICIAIS

No final de 2022 encontra-se pendente o conjunto de processos abaixo discriminados:

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

N.º PROCESSO	TRIBUNAL	AUTOR	RÉU	VALOR DA AÇÃO	MANDATÁRIOS JUDICIAIS
Proc. 1099/19.1BEPT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	EFACEC Electric Mobility	AdDP	8.197,58	DSJ AdP, SGPS, S.A.
Proc. 865/20.0BELSB	Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa	Ocidental Companhia de Seguros, S.A.	AdDP e participadas Grupo	30.000,01	DSJ AdP, SGPS, S.A.

PROCESSOS JUDICIAIS

N.º PROCESSO	TRIBUNAL	AUTOR	RÉU	VALOR DA AÇÃO	MANDATÁRIOS JUDICIAIS
Proc. 9879/19.1T8PRT	TJCPorto - Juízo I do Trabalho do Porto	Ana Cláudia Tomás e Outros (trabalhadores AdDP)	AdDP	6.884,06	Pinto Júnior & Associados

INJUNÇÕES - AÇÕES DECLARATIVAS

N.º PROCESSO	TRIBUNAL	AUTOR	RÉU	VALOR DA AÇÃO	MANDATÁRIOS JUDICIAIS
46766/22.8YIPRT	BNI	LNEC	AdDP	510.484,65	Beatriz Saraiva

É convicção da Administração da empresa que não existem riscos financeiros associados a estes processos.

37. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A AdDP não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou, até ao momento, qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a AdDP não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro

Declara-se que não existem dívidas em mora da empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados, em 31 de dezembro de 2022, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro de 2023.

Artigo 66.º nº5 g) do Código das Sociedades Comerciais

A Empresa não possui qualquer sucursal

38. RENDIMENTO GARANTIDO

Nos termos do contrato de concessão da AdDP, os capitais próprios aplicados na empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponde (até ao final do primeiro subperíodo do segundo período tarifário) à aplicação ao capital social e reserva legal desde a data da sua realização, constituição e reforço, de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

A remuneração que se encontrar em dívida, desde a data em que era devida a respetiva distribuição, é capitalizada até à data do seu pagamento, com a taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

O valor da remuneração do capital social, reserva legal e dividendos em dívida, calculado nos termos do contrato de concessão, é o seguinte:

2022		
Capital a 01-01-2022		20 902 500,00
Taxa de juro OT 10 anos		2,180%
Spread 3pp		3,000%
Taxa de remuneração acionista		5,180%
Remuneração do capital realizado		1 082 749,54
Reserva legal em 01-01-2022		1 944 968,96
Reforço da Reserva legal		
data	nº dias	
29/03/2022	278	37 685,33
Reserva legal a 31-12-2021		1 982 654,29
Taxa de juro OT 10 anos		2,180%
Spread 3pp		3,000%
Taxa de remuneração acionista		5,180%
Remuneração da Reserva legal		102 236,19
Acerto ERSAR a 2018		-2 372,72
Capitalização negativa dos dividendos distribuídos em excesso (1 090 dias)		
Taxa de juro OT 10 anos -2019		0,750%
Taxa de juro OT 10 anos -2020		0,410%
Taxa de juro OT 10 anos -2021		0,300%
Taxa de juro OT 10 anos -2022		2,180%
Capitalização negativa dos Dividendos distribuídos em excesso		-44,58
Remuneração acionista total do exercício de 2022		1 182 568,43

ACIONISTAS	POSIÇÃO INICIAL 31.12.2021	AFETAÇÃO A RESERVAS	DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	REMUNERAÇÃO DO ANO	POSIÇÃO EM 31.12.2022
AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA	384 427,07	19 221,35	365 205,72	603 167,45	603 167,45
M. Maia	20 561,42	1 028,07	19 533,35	32 260,95	32 260,95
M. Lousada	5 091,73	254,59	4 837,14	7 988,93	7 988,93
M. Felgueiras	8 558,27	427,91	8 130,36	13 427,96	13 427,96
M. Amarante	21 289,56	1 064,48	20 225,08	33 403,41	33 403,41
M. Arouca	2 176,13	108,81	2 067,32	3 414,34	3 414,34
M. Baião	3 787,08	189,35	3 597,73	5 941,95	5 941,95
M. Cinfães	1 248,62	62,43	1 186,19	1 959,09	1 959,09
M. Vila Nova de Gaia	41 245,21	2 062,26	39 182,95	64 713,89	64 713,89
M. Paredes	11 376,75	568,84	10 807,91	17 850,17	17 850,17
M. Castelo de Paiva	2 010,49	100,52	1 909,97	3 154,46	3 154,46
M. Espinho	10 859,22	542,96	10 316,26	17 038,15	17 038,15
M. Gondomar	30 551,12	1 527,56	29 023,56	47 934,79	47 934,79
M. Matosinhos	40 906,01	2 045,30	38 860,71	64 181,68	64 181,68
M. Oliveira de Azeméis	12 392,67	619,63	11 773,04	19 444,15	19 444,15
M. Ovar	6 906,05	345,30	6 560,75	10 835,61	10 835,61
M. Paços de Ferreira	8 102,35	405,12	7 697,23	12 712,62	12 712,62
M. Porto	100 891,56	5 044,58	95 846,98	158 299,23	158 299,23
M. S. J. Madeira	2 817,16	140,86	2 676,30	4 420,11	4 420,11
M. S. M. Feira	17 640,78	882,04	16 758,74	27 678,46	27 678,46
M. Valongo	20 867,41	1 043,37	19 824,04	32 741,03	32 741,03
TOTAL	753 706,66	37 685,33	716 021,33	1 182 568,43	1 182 568,43

39. INFORMAÇÃO RELEVANTE

39.1. EVENTOS SUBSEQUENTES

39.1.1. PROJETO DE DECISÃO DA ERSAR SOBRE OS DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS DE 2022

Relativamente ao DRG de 2022, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

40. OUTROS ASSUNTOS

COVID 19

Em 2022, especialmente no 1º semestre, fizeram-se sentir ainda alguns impactos da pandemia de COVID-19, despoletada em março de 2020.

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptabilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

Nas contas da empresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não existem impactos significativos. Ao nível das demonstrações financeiras destacam-se os seguintes impactos ocorridos em 2022:

ATIVOS

Não foram registadas imparidades para os ativos da empresa nem se antecipa que venham a ser registadas, uma vez que não é expectável que, por efeitos da pandemia, algum dos ativos venha a deixar de gerar benefícios económicos presentes e futuros de forma permanente.

RÁCIO GO/VN

Quanto ao Volume de Negócios

Em 2022 não existiram interrupções de serviço, atendendo aos planos de contingências de operação, trabalhadores e com os fornecedores.

Quanto aos Gastos Operacionais

Em 2022 foram gastos alguns valores adicionais por efeito da pandemia de COVID-19: i) limpeza e desinfestação das instalações; ii) gastos com horas extraordinárias de trabalho por forma a assegurar a capacidade de resposta das equipas; iii) equipamento de proteção individual.

RÁCIO DE VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Em 2022 a empresa não solicitou adiamentos, reestruturações ou outro tipo de alterações aos compromissos quer sejam contratualizados ou não, com os seus credores e fornecedores, nem antecipa vir a solicitar.

CRISE GEOPOLÍTICA

O ano de 2022 foi marcado pelo aumento geral da inflação, e, em particular, pela subida de preços no mercado mundial de energia, fortemente influenciado pela crise geopolítica que resultou do conflito armado na Ucrânia.

EVEF

A revisão do EVEF da AdDP, a concluir em 2023, suportará o segundo período tarifário de vida da empresa. Neste EVEF estão incluídos os principais planos de intervenção operacional para os próximos anos.

A Contabilista Certificada



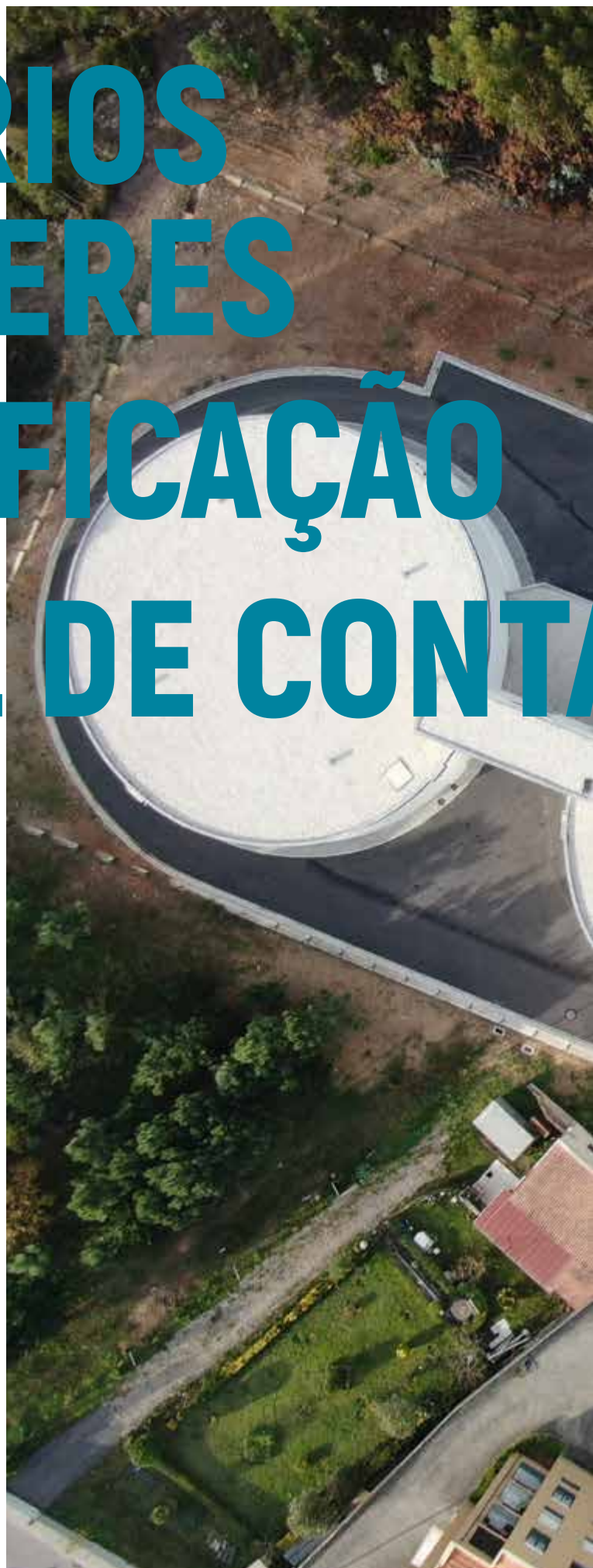
O Diretor Administrativo e Financeiro



O Conselho de Administração



RELATÓRIOS E PARECERES CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTA



AS



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022 DAS ÁGUAS DE DOURO E PAIVA, S.A. (ADDP)



RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas de Douro e Paiva, S.A. (ADDP), aprovados pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2023, relativamente ao exercício de 2022.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da **ADDP** e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença de membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados, por parte do Conselho de Administração e dos Serviços, e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Com referência ao ano de 2022 e em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas emitiram pareceres sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), o qual foi aprovado pelo Despacho conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática em 13 de outubro de 2022.
5. No que se refere ao cumprimento de metas e objetivos estabelecidos no PAO, os resultados obtidos alcançaram na generalidade as metas definidas, conforme consta dos documentos de prestação de contas.
6. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.
7. O relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos evidencia uma apreciação positiva do desempenho dos membros do órgão de administração em 2022.

- 
8. O Conselho Fiscal tem acompanhado o processo de implementação do Modelo de Controlo Interno, sendo que no presente exercício, foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). O Conselho Fiscal recomenda que seja mantido o esforço na mais breve conclusão deste processo de modo que se obtenha uma avaliação integrada do risco na empresa com o consequente amadurecimento da sua cultura de risco e tendo como objetivo máximo a fiabilidade do SCI da **AdDP**.
 9. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2022, as quais se encontram convenientemente divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório de Governo Societário.
 10. Em 22 de junho de 2021 foram aprovados em Assembleia Geral os objetivos de gestão, que vigoram para o triénio 2020/2022, e igualmente assinado um contrato de gestão entre cada um dos membros da administração da empresa e a tutela.

A análise destes indicadores é efetuada no Relatório de Gestão, sendo no que respeita aos objetivos fixados, estes foram superados, tendo em 2022, o grau de cumprimento dos objetivos ascendido a 3.

11. O Conselho Fiscal apreciou ainda a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, e obteve deste, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização. A CLC integra uma “ênfase” relacionada com o facto de à data deste relatório, a ERSAR, ainda não se ter pronunciado quanto ao Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) de 2022 – um superavit no valor de 13.303.963 euros. Conforme divulgado na nota 39 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que a referida estimativa é a melhor na presente data e que os eventuais ajustamentos após contraditório não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.
12. O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento de um “Memorandum” emitido pelo ROC, denominado “Aspetos para Partilha com o Conselho Fiscal”, o qual apresenta algumas

matérias transversais ao Grupo AdP, tais como, riscos relevantes, estimativas significativas, metodologia de auditoria, materialidade e independência.

13. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da posição financeira, Demonstração do rendimento integral, Demonstração das variações no capital próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Notas às demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da **AdDP** no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
14. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da **AdDP**.

PARECER

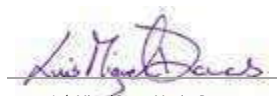
Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os factos acima referidos, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da **AdDP** aprove:

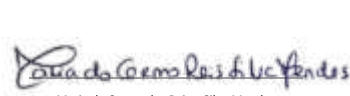
- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do Exercício de 2022.
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Porto, 10 de março de 2023

O Conselho Fiscal


Saskia Márcia Ferreira Lopes
(Presidente)


Luís Miguel Barros Martins Damas
(Vogal)


Maria do Carmo dos Reis e Silva Mendes
(Vogal)



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Douro e Paiva, S.A., a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 192.344.610 euros e um total de capital próprio de 31.024.918 euros, incluindo um resultado líquido de 1.182.568 euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Douro e Paiva, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 22 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica de "Desvios de Recuperação de Gastos" da Demonstração dos resultados, a Entidade apresenta um superavit de 13.303.963 euros. Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovada pelo Regulador. Conforme divulgado na nota 39 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que a referida estimativa é a melhor na presente data e que os eventuais ajustamentos após contraditório não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1009-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 806 626 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., pertence a uma rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, uma entidade legal autónoma e independente.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

10 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003

